

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**A Política Pública de Creche em Manaus e a Luta do Movimento de
Mulheres por sua efetivação**

**Mestranda: Mara Tereza Oliveira de Assis
Bolsista: CAPES
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Iraildes Caldas Torres**

**Manaus – AM
2013**

MARA TEREZA OLIVEIRA DE ASSIS

**A Política Pública de Creche em Manaus e a Luta do Movimento de
Mulheres por sua efetivação**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviços Social e Sustentabilidade na Amazônia como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social. Linha de Pesquisa: Políticas Sociais na Amazônia, sob a orientação da professora doutora Iraildes Caldas Torres.

MANAUS – AM

2013

MARA TEREZA OLIVEIRA DE ASSIS

**A POLÍTICA PÚBLICA DE CRECHE EM MANAUS E A LUTA DO
MOVIMENTO DE MULHERES POR SUA EFETIVAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviços Social e Sustentabilidade na Amazônia como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social. Linha de Pesquisa: Políticas Sociais na Amazônia, sob a orientação da professora doutora Iraildes Caldas Torres.

Aprovado em 26 de Agosto de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Iraildes Caldas Torres – Presidente

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof^ª. Dr^ª Rosa Ester Rossini - Membro

Universidade de São Paulo - USP

Prof^ª. Dr^ª Amélia Regina Batista Nogueira- Membro

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Assim eu vejo a vida

A vida tem duas faces: positiva e negativa.

O passado foi duro, mas deixou o seu legado.

Saber viver é a grande sabedoria.

Que eu possa dignificar

Minha condição de mulher.

Aceitar suas limitações.

E me fazer pedra de segurança,

dos valores que vão desmoronando.

Nasci em tempos rudes.

Aceitei contradições lutas e pedras como lições de vida,
e delas me sirvo.

Aprendi a viver.

(Cora Coralina)

Ofereço:

À minha mãe, Deusarina Araújo de Oliveira, por sua fibra de mulher guerreira, que fez de mim o que sou hoje;

Aos meus filhos, Gleina e Geison Maicon, dádiva que Deus me presenteou para dar cor e sabor à minha vida;

Ao meu esposo Genesio Rodrigues de Assis, que estando ao meu lado, me ampara e me protege com o seu amor na caminhada da vida.

AGRADECIMENTOS

Nossa estrada não construímos sós, os rumos a serem trilhados tem caminhos que são desconhecidos, e ao cruzá-los encontramos pessoas diferentes, com experiências diferentes e modos de vida diferentes dos nossos que precisamos compreender, aceitar e se possível partilhar. São pessoas que por vezes farão parte de nossas vidas, contribuirão com nossa caminhada, farão parte de nossas experiências, de nossas alegrias e tristezas e, muitas vezes, até mesmo de nossos sonhos e planos.

Neste trajeto, estamos expostos, e por vezes necessitando de abrigo. Abrigo seguro que nos proteja do egoísmo, que nos salve da arrogância, que nos liberte dos medos, que nos permita tirar de nossos olhos o véu da indiferença, do egoísmo, da incompreensão e do desânimo que insistimos em nos cobrir.

Um véu que inibi, não apenas nossa visão de mundo e das pessoas que nos cercam, mas que nos separa do convívio humano mais fraterno. Que nos impede de amar o próximo e partilhar do convívio social de modo mais profícuo, acreditando nas possibilidades do outro, de contribuir para o crescimento humano de todos, que nos impede de nos tornarmos pessoas melhores. Somente quando nos tornarmos mais humanos, nos desfazemos das amarras do Eu! E assim estamos prontos para dizer: hoje, eu dei minha contribuição para a comunidade onde vivo, pois dei um pouco de mim em benefício de todos.

Os caminhos que escolhemos trilhar nos levam a fazer escolhas que julgamos ser corretas e traçamos metas para alcançar o nosso alvo. Mas nem sempre percebemos que para atingir nossas metas necessitamos compartilhar todas as etapas com os que nos cercam necessitando de ajuda, apóio e colo para torná-las reais. Em reconhecimento a todos que contribuíram para esta conquista, deixo registrado os meus mais profundos e sinceros agradecimentos.

Primeiramente a Deus que me oportunizou a realização de mais um grande e lindo sonho, me segurando quando eu já não tinha forças, reanimando o meu ser e me cobrindo com seu amor;

À minha orientadora doutora Iraíldes Caldas Torres, mulher de fibra, de sabedoria ímpar que foi meu leme condutor nesta jornada. Minha eterna admiração a você professora que faz do seu trabalho uma fonte de energia, partilhando seu saber com o coletivo;

À professora doutora Rosa Ester Rossini pela sua valiosa colaboração a este estudo por ocasião do Exame de Qualificação, contribuindo para o melhor direcionamento de nossa pesquisa e a doutora Cristiane Bonfim Fernandez pela lucidez com que avaliou este trabalho por ocasião do Exame de Qualificação;

A minha mãe Deusarina Araujo de Oliveira, minha musa inspiradora, condutora dos meus passos aqui na terra, mesmo depois da partida de meu pai Raimundo Jaime. Uma mulher que me serve de exemplo, por sua fibra, dedicação e amor incondicional aos filhos;

Ao meu esposo, Genesio Rodrigues de Assis e meus filhos Gleina e Geison Maicon, que sempre acreditaram em meu potencial e me estimularam a seguir em frente, em busca de minhas realizações. Vocês são meu porto seguro;

Às minhas irmãs, Marluce, Margarete e Márcia e minha cunhada Dinéia, por seu incentivo e exemplo de perseverança e luta. Aos meus irmãos, Djalma, Djaci, Junior, Denis, Denilson e George, por me cobrirem de carinho e respeito, vocês sempre me orgulharão;

Às minhas colegas de curso e trabalho, Talita, Lady Mara, Valéria, Jane Selma, Hananda, Marta, Alexandre e em especial à Mirella, pelo apoio, força e incentivo nessa caminhada, vocês são exemplos de amigos e profissionais. Às minhas amigas Michele, Ana Claudia, Rosângela e cunhadas Nete, Elisa, Wedilla pelas constantes palavras de incentivo que me ajudaram muito nesta caminhada;

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, que auxiliaram nesta caminhada de ampliação dos meus conhecimentos na Universidade Federal do Amazonas e ao Celismar, secretário do Programa que muito gentilmente atende as nossas solicitações e dúvidas. Profissionais que fazem jus a todo e qualquer elogio a eles dispensados, pois desempenham suas funções com ética e competência para a formação de profissionais comprometidos com o social;

À CAPES pela bolsa concedida que muito me ajudou no custeio de livros e manutenção necessária dos gastos nesta trajetória. Do mesmo modo, meus sinceros agradecimentos aos meus colegas do GEPOS, por entenderem esta caminhada como um

processo coletivo, dando-me forças e encorajando-me a continuar trilhar a estrada do conhecimento; Aos meus superiores por terem me permitido realizar o mestrado, demonstrando seu interesse e abertura para ampliar os serviços de creche em Manaus.

Finalmente, às mulheres, mães dos alunos da creche e às professoras, que participaram desta pesquisa com disposição e bom grado, assim como a gerente de creche Wissilene e a Vereadora Jaqueline por sua contribuição, em especial às representantes do Movimento de Mulheres Florismar Ferreira e Luzarina Varela que deram uma valiosa contribuição com seus relatos, enriquecendo esta pesquisa.

A todos e todas, Obrigada!

RESUMO

Este estudo assume o propósito de verificar em que situação se encontra a política pública de creche na cidade de Manaus voltada ao atendimento das mulheres trabalhadoras, seus entraves e desafios, dando especial destaque à figura do movimento feminista como demandatário desta política cujos serviços são direcionados às crianças. Há uma expressiva participação das mulheres na luta pela creche no Brasil e em Manaus em vários momentos históricos, estando, pois, integradas ao movimento feminista e de mulheres para exigir do Estado o direito de creche para as mães trabalhadoras. A pesquisa é pautada na perspectiva crítico-dialética procurando compreender a realidade particular da prática política das mulheres trabalhadoras dentro da sociedade manauense, num movimento de construção social de políticas públicas, em especial a política pública de creche, observando sua efetividade e/ou insuficiência em Manaus. Dentre os múltiplos aspectos revelados ficou patente o fato de que há ineficiência da política pública de creche em Manaus, havendo, pois, um certo desconhecimento das mulheres como protagonistas de uma política tão significativa para o bem-estar das suas famílias. Há necessidade de ampliação desta política pública para as mulheres trabalhadoras o que já é sinalizado com o atual Governo de Dilma Rousseff. Este Governo tem feito grandes investimentos e com o lançamento do Programa Brasil Carinhoso em 14 de maio de 2012, o Governo Federal assinou com as prefeituras um acordo para a construção de 1.500 creches em todo o país, cujo custeio das novas vagas deverá ser do Governo Federal. Este processo começa a tomar corpo em nossa cidade e as mulheres têm, finalmente, atendido o direito de creche para a segurança de seus filhos. Por fim, podemos dizer que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres até então na não implementação de creche para seus filhos assenta-se nos liames da sociedade patriarcalista que mantém as desigualdades de gênero, considerando mulheres e crianças como extensão da casa e das relações familistas.

Palavras-chaves: Gênero, Movimento Feminista, Políticas Públicas de Creche.

ABSTRACT

This study assumes the purpose of verifying that situation is the public policy of daycare in Manaus city, focused on serving women workers, its barriers and challenges, with particular emphasis on the figure of the feminist movement as receiver of this policy whose services are directed to children. There is a significant participation of women in the struggle for childcare in Brazil and in Manaus city in various historical moments, being integrated into the feminist movement and women to demand from the State the right daycare for working mothers. The research is guided by the critical-dialectical perspective seeking to understand the particular reality of political practice of working women within Manauense society, in a movement of social construction of public policies, particularly public policy daycare, noting their effectiveness and / or failure in Manaus city. Among the many aspects revealed it was evident the fact that there is inefficiency of public policy daycare in Manaus, having, therefore, a certain ignorance of women as protagonists of a policy as significant to the well-being of their families. There is requirement to expand this policy for working women, which is already signaled by the current Dilma Rousseff's government. This Government has made major investments, with the launch of the program in Brazil Affectionate May 14, 2012, the Federal Government signed an agreement with the municipalities for the construction of 1,500 kindergartens across the country, whose funding of new jobs should be the Government Federal. This process begins to take shape in our city and women have finally met the right child care for the safety of their children. Finally, we may say that the difficulties faced by women in the non-implementation of daycare for their children based on the bonds of patriarchal society that maintain gender inequalities, considering women and children as an extension of the home and relationships family.

Keywords: Genre, Feminist Movement, Day care Public Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - O MOVIMENTO FEMINISTA E A LUTA PELA CRECHE NA SOCIEDADE MANAUENSE	17
1.1 A expressão do movimento feminista na sociedade brasileira e manauense	17
1.2 A luta pela política pública de creche no Brasil e seus reflexos em Manaus.....	27
1.3 Mulheres operárias e a luta pela creche no Distrito Industrial de Manaus.....	37
CAPÍTULO II - A CRECHE PÚBLICA EM MANAUS, SEU RECONHECIMENTO OU DESCONHECIMENTO	47
2.1 A Creche Municipal Prof ^a . Eliana de Freitas Moraes, seu pioneirismo e os serviços prestados.....	47
2.2 Caracterização das mães de crianças usuárias dos serviços da Creche Eliana de Freitas Moraes.....	62
2.3 A visão das mães trabalhadoras sobre os serviços da Creche Eliana de Freitas Moraes...75	75
CAPÍTULO III - O TRABALHO PROFISSIONAL E O PAPEL DO ESTADO NA POLÍTICA DE CRECHE	88
3.1 O trabalho da equipe multiprofissional da Creche Eliana de Freitas Moraes.....	88
3.2 A visão das autoridades sobre a política de creche.....	101
3.3 A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o foco da creche.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	124

ANEXOS	141
---------------------	------------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fachada da Creche Municipal Profª. Eliana de Freitas Moraes.....	49
---	----

Figura 2 – Modelo de Creche Padrão do MEC.....	55
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Índice de Promoção dos Alunos Ano 2009.....	59
--	----

Gráfico 2- Índice de Promoção dos Alunos Ano 2010.....	59
--	----

Gráfico 3- Índice de Promoção dos Alunos Ano 2011.....	59
--	----

Gráfico 4- Índice de Promoção dos Alunos Ano 2012.....	59
--	----

Gráfico 5- Situação socioeconômica das Mães usuárias dos serviços da creche.....	65
--	----

Gráfico 6- Estado Civil das Mães dos alunos da Creche.....	67
--	----

Gráfico 7- Faixa salarial das Mães atendidas pela creche.....	69
---	----

Gráfico 8- Lista de espera por vagas na creche.....	80
---	----

Gráfico 9- Ano de formação das Professoras da Creche.....	90
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Bairros atendidos pela creche pública.....	50
--	----

Tabela 2- Estado de origem das mães atendidas pela creche.....	63
--	----

INTRODUÇÃO

A inclusão social da mulher deve ser discutida e estudada não somente sob o viés da inserção no mercado de trabalho, mas também sob aspectos práticos da vida, como o respeito à integridade física e o acesso à saúde integral, à educação de qualidade e a particularidades que dizem respeito não somente à mulher, mas a família como um todo.

(Iraildes Caldas Torres)

Esta pesquisa realiza uma abordagem sobre como se expressa a política pública de creche em Manaus voltada ao atendimento das mulheres trabalhadoras, seus entraves e desafios, dando especial destaque à figura do movimento feminista como demandatário dessa política cujos serviços são direcionados às crianças.

O interesse pelo tema nasceu dentro da nossa prática profissional como professora de educação infantil, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED/ Manaus e, pelo fato de sermos militante do GEPOS - Grupo de Estudos e Pesquisa Observatório Social: Gênero, Política e Poder, pois como mulher e mãe sou comprometida com a luta em favor da igualdade de gênero. É de nosso interesse contribuir socialmente para a efetivação da política pública de creche nesta cidade, vislumbrando a possibilidade de sua ampliação nos marcos das políticas do Estado brasileiro em reconhecimento aos direitos das mulheres trabalhadoras.

Nossa pesquisa tem como base o debate travado com o movimento feminista e a política pública de creche, tomando como foco o protagonismo das mulheres trabalhadoras na tessitura de construção e ampliação dos movimentos de mulheres para reivindicar junto ao Estado o reconhecimento do sujeito feminino e seus direitos sociais. Nossa intenção consistiu em procurarmos saber de que forma se expressa a política pública de creche em Manaus e seu atendimento às mulheres, haja vista serem elas as protagonistas desta luta. Ou seja, o nosso propósito consistiu em desvelar como se dá a prestação destes serviços públicos na Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes e, a quem se destinam, verificando se há reconhecimento destes serviços pelo público atendido, levando-se em conta que até final de 2012 só havia uma creche pública na cidade de Manaus. É nosso propósito, sobretudo, sabermos porque havendo grande demanda esta política pública não foi ampliada em Manaus, sendo tratada com respeito e valor somente agora no Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

O processo de expansão das creches e pré-escolas tem seus marcos nos fins da década de 60 na América do Norte e Europa. No Brasil, a discussão toma corpo com o movimento feminista a partir da década de 70, sendo inserida no tema da Educação Infantil com a Constituição de 1988. Em Manaus, a expressão dessa luta se afirma com o Movimento de Luta por Creche (MLC) no Distrito Industrial, encabeçado pelas mulheres. Ghon, (2010) destaca que estamos diante da ação de um grupo, enquanto ator coletivo, que expressa suas necessidades coletivamente.

As reivindicações por creche são provenientes da organização das mulheres trabalhadoras das periferias de São Paulo, cuja organização demonstra que sua consciência de classe expressa-se num pensar coletivo que, conforme explica Thompson (1987), é resultado de experiências comuns construídas pelos sujeitos históricos e processadas nas relações de produção e reprodução cultural destes sujeitos. A partir de necessidades coletivas as mulheres se articularam para propugnar seus direitos sociais.

A preocupação com as crianças e sua segurança as uniu em torno de um mesmo ideal: a creche, enquanto direito trabalhista. Scott (2007) aponta que essa ação coletiva firmou a consciência de gênero para o reconhecimento de seus direitos, e este despertar possibilitou compreender que as diferenças impostas entre os sexos é a primeira forma de significar as relações de poder. Trata-se de uma luta árdua, mas não inglória. “As mulheres trabalhadoras da indústria não se intimidaram frente às agruras dos patrões, elas rasgaram o véu da submissão no chão de fábrica [...], com uma resistência quiçá atrevida e corajosa” (TORRES, 2005, p. 183) frente à reivindicação dos seus direitos.

No entanto, a política de creche não saiu plenamente do papel. Seu atendimento ficou restrito a uma parcela ínfima da população feminina que dela necessita, só sendo reabilitada recentemente no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, que reconheceu a luta das mulheres e a necessidade de efetivação e ampliação da política de creche, compreendendo-a como direito das mulheres trabalhadoras. O Estado brasileiro com suas instituições republicanas têm poderes para instituir as políticas públicas com capacidade de universalização, coerção e regulamentação e pode adotar medidas de caráter universal, que atenda a todo o povo (SILVA e BASSI, 2012).

O trabalho de campo foi realizado junto a uma amostra de 18 (dezoito) pessoas, estando pois distribuídas da seguinte forma: 6 (seis) profissionais que trabalham na Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes, sob a técnica de entrevistas abertas, 5 (cinco) mães de crianças atendidas pela creche e mais 1(uma) mãe não atendida, e 2 (dois) pais,

sendo 1(um) de criança atendida pela creche e o outro de uma criança não atendida, para a coleta de dados com estes utilizamos a entrevista do tipo semiestruturado. Ouvimos, por fim, em entrevista semiestruturado 2 (duas) representantes do movimento feminista de Manaus as quais autorizaram a divulgação de seus nomes, além de 2 (duas) representantes do poder público sendo uma vereadora e a outra a gerente de creches da SEMED/ Manaus, para melhor detectarmos a situação dos serviços de creche em Manaus.

Apresentamos neste trabalho as falas das mães sobre os serviços oferecidos pela creche pública, assim como a fala das profissionais da creche investigada sobre a realização do trabalho nesta instituição. Do mesmo modo, as representantes do movimento de mulheres expuseram a trajetória de luta pela creche em Manaus, cujo engajamento social e luta por justiça social constituíram-se no ideário feminista que levou a grandes vitórias.

Fez-se necessário ouvir as autoridades responsáveis pela ampliação e implementação desta política pública, oportunidade em que obtivemos informações sobre os planos futuros de creches em Manaus pela gerente de creches. Uma vereadora representante do Parlamento Municipal expôs os seus propósitos de acompanhar o desenvolvimento deste plano de ampliação das creches em Manaus.

A dissertação está estruturada em três capítulos articulados. No primeiro capítulo procuramos dar enfoque ao movimento feminista no Brasil e na sociedade manauense, destacando a luta pela política pública de creche no Distrito Industrial travada pelas trabalhadoras da indústria.

No segundo capítulo apresentamos o pioneirismo da Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes e seus serviços, dando ênfase à fala das mães das crianças usuárias da creche sobre a eficácia dos serviços públicos oferecidos pela instituição. A partir disso, foi possível traçarmos um perfil do público que busca o atendimento em creche pública, elencando suas prioridades e anseios.

O último capítulo versa sobre a equipe multiprofissional que presta serviços na Creche Municipal, dando visibilidade ao trabalho das profissionais de Serviço Social, Pedagogia, Agente de saúde e Professoras. Outro aspecto analisado nesse capítulo foi a visão das autoridades sobre a política pública de creche, trazendo à discussão o trabalho desenvolvido atualmente pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e pelo Governo de Dilma Rousseff com o foco voltado para a creche.

É assim que este estudo assume significativa importância não só para as ciências sociais aplicadas que buscam compreender os fenômenos relacionados às políticas públicas, mas também porque poderá ser importante para subsidiar o poder público municipal em sua

política de expansão das creches, anunciada pela Presidenta Dilma Rousseff, como também assume primordial relevância para as mulheres trabalhadoras e ao movimento feminista que lutam por creche na cidade de Manaus, podendo, pois, auxiliar em suas reivindicações.

Esperamos, por fim contribuir para o esclarecimento da sociedade manauense sobre as lutas encampadas pelas mulheres em favor da sociedade e reacender a chama do compromisso coletivo, superando o individualismo que consome os direitos sociais tão arduamente conquistados em nossa sociedade.

CAPÍTULO I - O MOVIMENTO FEMINISTA E A LUTA PELA CRECHE NA SOCIEDADE MANAUARA

No pedestal da igualdade, firma o povo a liberdade, um canto à fraternidade, entoa a voz da nação. Que em delírio violento fita altiva o firmamento, e adora por um momento a deusa – Revolução!

(Narcisa Amália de Campos)

1.1 A expressão do movimento feminista na sociedade brasileira e manauense.

Os atores coletivos dos movimentos sociais representam a população em suas demandas junto ao Estado. Procuram organizar a luta com método e racionalidade tendo por base objetivos comuns na reivindicação de políticas públicas. Dentro dessa perspectiva de atuação da sociedade civil é que o movimento feminista se organiza no Brasil com um caráter crítico e propositivo em favor dos direitos das mulheres contra todo tipo de discriminação e opressão.

De acordo com Barsted e Alves (1987, p.206), “em linhas gerais a categoria ‘feminismo’ refere-se a uma doutrina ou movimento social cujos adeptos principais ou ‘atores’[...] são geralmente mulheres e cuja característica é definida pelas ideias de liberdade e igualdade, e conseqüentemente, pela crítica às formas hierarquizadas de relacionamento social”. A luta do feminismo no Brasil assumiu características diversas e a reivindicação por creches foi um dos campos de engajamento social das mulheres que tem ressonância até nos dias atuais.

O movimento de luta por creche em Manaus se firmou dentro da pauta de reivindicação dos trabalhadores operários do Distrito Industrial, portanto, não se deu especificamente dentro do movimento feminista. De acordo com Torres (2005) ele ocorreu dentro do movimento sindical mais amplo como uma das bandeiras de luta das mulheres imiscuída nas demandas dos homens.

Com a criação do Comitê da Mulher Trabalhadora a luta pela creche também foi encampada pelos movimentos sociais e populares como um processo coletivo de

reivindicação das demandas de todas as mulheres que não tem com quem deixar seus filhos quando vão trabalhar.

No Brasil, a política de gênero esteve sempre voltada para o reconhecimento do sujeito mulher na sociedade e suas demandas sociais. Esta perspectiva constituiu-se no pano de fundo para a fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher no ano de 1920. Essa luta se ampliou, segundo Caldas (1997), em favor da “cidadania plena” com uma organização mais efetiva por parte das mulheres.

A autora ressalta que “a década de 70 representou um marco para as várias formas de manifestações coletivas [...] inaugurando uma nova era no âmbito da ação política” (CALDAS, 1997, p.437). Nesse período novas práticas surgiram dando novas formas às organizações sociais e populares dentre elas o movimento de luta por creche encampado pelas mulheres, passando pela fundação do Movimento Feminino pela Anistia até a criação do movimento de mulheres que lutam contra a violência sofrida pelas mulheres.

O movimento feminista no Brasil foi aos poucos e às “duras penas” conquistando seu espaço. Em 1975 com o Ano Internacional da Mulher decretado pela ONU tomou novo fôlego, momento em que as mulheres reivindicavam liberdade e autonomia sobre seus corpos na medida em que surgia a pílula anticoncepcional. Segundo Caldas (1997, p.437).

O movimento de mulheres sempre buscou fazer com que o Estado reconhecesse as suas especificidades na elaboração de políticas públicas que viessem ao encontro de suas necessidades, por exemplo: creche, auxílio maternidade, licença maternidade, serviços de saúde, reconhecimento de sua dupla jornada de trabalho, entre outros.

As muitas lutas encampadas pelo movimento feminista procuraram trazer à tona as inúmeras dificuldades vividas pelas mulheres, quer no âmbito privado do lar ou público, sendo necessário o reconhecimento de suas especificidades. A luta por políticas públicas específicas para as mulheres conforme a autora, se fez necessária para que os direitos das mulheres sejam não apenas reconhecidos, mas respeitados e concretizados.

O feminismo é a expressão de uma consciência, um modo diferente de ver o mundo expresso pelas mulheres em diferentes momentos históricos. Elas partilham experiências e interesses comuns em busca de direitos e reconhecimento político. Essa tomada de consciência não ocorre concomitantemente com todas as mulheres, porque a consciência depende do contexto histórico, cultural, econômico e social no qual estão inseridas e engajadas para perceberem sua situação de dominação e subordinação.

Atente-se para o fato de que embora muitas mulheres estejam inseridas no mesmo convívio social, o despertar dessa consciência crítica não ocorre do mesmo modo ou no mesmo momento para todas as mulheres. Trata-se de sujeitos únicos e diferenciados em sua maneira de ver, perceber e vivenciar determinadas situações.

O feminismo é um instrumento de luta em favor da libertação feminina que mesmo se manifestando diferenciadamente em diversas sociedades, o seu apanágio é a defesa intransigente dos direitos das mulheres, e em nosso país, tem avançado consideravelmente, haja vista as lutas travadas cotidianamente em nossa sociedade pelas mulheres.

No Brasil o feminismo tem seus marcos com a Proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891 que, em seu Art. 72, estabelecia o sufrágio universal para todos os brasileiros, colocando-os todos, homens e mulheres em “pé de” igualdade perante a lei, dando margem a inúmeras interpretações. Advogava direitos iguais para homens e mulheres, no entanto, a tão sonhada “igualdade de todos” continuava sendo válida somente para os homens letrados, excluindo não apenas as mulheres, mas também grandes contingentes da população especialmente a classe trabalhadora.

O movimento feminista brasileiro tem seu início com as reivindicações em favor do direito à educação e posteriormente em favor do direito ao voto. Em 1975 ressurge o novo movimento feminista como um instrumento importante para discutir o papel da mulher na sociedade sob uma nova ótica, visibilizando-a como sujeito histórico.

Com a comemoração do Ano Internacional da Mulher promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, foi realizado no Rio de Janeiro um seminário cujo propósito foi a discussão em torno da divisão sexual do trabalho e o papel tradicional da mulher na família e na sociedade, instigando a formação de diversos grupos de estudos sobre o papel da mulher, ocasionando debates acirrados no interior do movimento em meio à divergências, rachas e suscitando o surgimento de novos grupos.

De acordo com Bruschini (1990) apesar das mudanças ocorridas na esfera privada com a entrada da mulher no mercado de trabalho os papéis de gênero não se alteraram e a mulher continuava sendo vista apenas como coadjuvante. O trabalho fora de casa só era aceito em casos de necessidade, nos casos de mulheres solteiras, viúvas ou separadas, que não tinham um companheiro que pudesse prover o seu sustento.

Em 1985, conforme apontam Brandão e Bingemer (1994 p.104), “ocorreu o III Encontro Latino-Americano e do Caribe na cidade de Bertioga, em São Paulo, no qual estiveram presentes mais de mil mulheres de diferentes Estados e Países”. Esse encontro incorporou mulheres de outros movimentos resultando, assim, em um trabalho conjunto em

busca de maior conscientização da especificidade da condição feminina. A partir de então ocorreu à abertura para o feminismo em setores não plenamente conquistados como sindicatos, partidos políticos e conselhos.

Ultrapassavam-se assim as limitações impostas pela ditadura militar que coibia a participação mais efetiva das mulheres em órgãos de visibilidade e com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, articulado com as feministas do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, cujo presidente era Tancredo Neves. Este conselho criou um organismo de Estado responsável por elaborar e propor políticas públicas específicas para as mulheres. Este organismo foi desarticulado no governo de Collor de Mello.

Com essa desarticulação ocorreu uma retração do movimento feminista que perdeu visibilidade diante da mídia, mas não sua extinção, pois ele ganhou novas feições com engajamento de mulheres dos diversos setores populares que construíram *progressivamente uma consciência de gênero que traz recortes de classe e de raça*. (MOTA, 1991).

O movimento feminista no Brasil contou com uma participação crescente de mulheres de diferentes setores e segmentos, “abrindo novos campos como é o caso da luta por creches, da luta contra a violência à mulher, dos programas e práticas de saúde da mulher” (BRANDÃO e BINGEMER. 1994 p.108).

Em Manaus a luta por creches também surgiu com o movimento feminista, só que de uma forma diferente, pois as feministas estavam dentro do sindicato, e colocaram o tema da creche em pauta, dentro da luta maior dos trabalhadores. De acordo com Caldas (1997, p. 444) “as operárias que integravam a Comissão de Mulheres contribuíram significativamente nas pautas de negociações, principalmente, no tocante ao direito de creche aos filhos dos trabalhadores, introduzindo inclusive uma cláusula sobre esse direito na Convenção Coletiva do Trabalho”.

Esta atuação das feministas não se deu de modo isolado, pois o movimento feminista no mundo inteiro sempre esteve no campo das lutas ideológicas não se deixando cooptar pelo governo, sempre resguardando seus valores na reivindicação dos direitos sociais e políticos das mulheres. Esteve em trincheiras acirradas nos diversos governos lutando por uma sociedade mais justa e igualitária, defendendo especialmente os direitos das mulheres trabalhadoras cuja luta se acirrou em diferentes formas e nos diferentes governos em nosso país.

Em Manaus essa luta se fez mais visível a partir da organização do Comitê da Mulher Universitária que, segundo Caldas (1997, p. 441), “nasceu dentro dos muros da Universidade Federal do Amazonas no dia 08 de março de 1980”. Mais tarde, devido a divergências de

concepções esse comitê se fragmentou, no entanto, a luta em defesa dos direitos das mulheres não foi esquecida, apenas tomou novos rumos com a criação de outras entidades de mulheres.

Draibe (2003) em sua análise acerca da política social do período FHC ressalta que no governo de Fernando Henrique Cardoso assim como no governo ditatorial o feminismo foi amplamente combatido. Hoje o movimento feminista está em patamares seguros. Outra era se iniciou com o Governo de Luíz Inácio Lula da Silva posto que novas questões são postas na pauta de governo. Trata-se de demandas que não eram ouvidas por se tratar de minorias sociais tais como a luta das mulheres, dos homossexuais, dos negros e outros segmentos.

Essas novas vertentes de luta deram aos movimentos sociais novas características, levando-os a se reorganizar e assumir uma nova racionalização e método de atuação. Conforme Jacobi (1993, p.11) “no Brasil, a crescente visibilidade dos movimentos urbanos propicia uma multiplicidade de estudos que evidenciam a sua importância enquanto fenômeno político de uma sociedade em movimento”.

Podemos perceber o potencial dos novos movimentos sociais, sua força e poder político que, conforme aponta Evers (1984), é categoria central nas ciências sociais. Trata-se de uma renovação de padrões socioculturais e sociopsíquicos que penetram nas micro estruturas das sociedades que não se esgotam simplesmente na inserção socioeconômica, mas, pleiteiam uma reformulação mais ampla dos padrões culturais e da qualidade de vida envolvendo o respeito para com as diferenças e a conservação da natureza e do planeta.

A cidadania, nesse caso, é construída na luta coletiva de grupos e organizações que têm como finalidade a transformação social. A exclusão social é decorrente das novas dinâmicas do processo de reestruturação produtiva acirrado a partir dos anos de 1990. Autores como Brandão e Bingemer (1994, p.93),

O qualificam como verdadeiramente ‘revolucionário’. Um movimento social que não apenas renasce, mas também cria estratégias de luta – sua práxis política – a partir da troca de experiência e vivência das mulheres, e de sua reflexão coletiva. Desse processo vem a constatação de que os problemas que as mulheres vivenciam enquanto indivíduos, no seu cotidiano, têm raízes sociais e requerem, portanto, soluções coletivas. Daí a afirmativa ‘pessoal e político’, como retórica fundamental do feminismo contemporâneo.

As crises no âmbito do trabalho que ocorrem no sistema capitalista sempre acabam excluindo uma parcela significativa da população tanto do mercado de trabalho quanto do acesso a bens e serviços. As mulheres compõem o quadro de exclusão mais abertamente em

nosso país. Esse processo que desencadeou o neoliberalismo nos anos de 1990 contribuiu para aprofundar os bolsões de miséria e a exclusão social em nosso país.

Os movimentos sociais foram compelidos a buscar soluções que respondessem aos anseios do povo e ao mesmo tempo pudessem apontar caminhos para os problemas sociais, pois não bastava apenas fazer oposição ao Estado, era necessária uma participação mais efetiva em busca de alternativas para a sobrevivência de grandes contingentes que até recentemente viviam na linha de pobreza absoluta. De acordo com Gohn (1997, p.288),

A partir da década de 90, com as mudanças estruturais, a situação modificou-se sensivelmente. A exclusão social vista como um fenômeno típico do capitalismo atual está relacionada à crescente precarização do mercado de trabalho e a fragilização da inserção profissional, que geram uma ruptura progressiva dos laços sociais. Ela transforma os ‘excluídos necessários’ das décadas anteriores (o exército industrial de reserva) em ‘excluídos desnecessários’, colocando-os na posição de ‘inúteis’ e ‘excedentes’.

O Governo de Fernando Henrique Cardoso construiu em seus mandatos, sendo o 1º mandato de 1994-1997 e o 2º mandato 1998-2002, uma marca efetiva da política neoliberal no Brasil. De acordo com Draibe (2003, p. 8),

A política social proposta pelo governo FHC foi definida de modo ambicioso e apresentada sob uma armação complexa. Mais que nos registros do programa eleitoral *Mãos à obra* de 1994 (cf. PSDB, 1994), seus princípios, objetivos e prioridades foram dados a público em março de 1996, em documento intitulado *Uma estratégia de desenvolvimento social* (cf. Brasil, Presidência da República, 1996).

Exprimindo opiniões e propostas decantadas há catorze meses de iniciado o governo, ali se apresenta um denso e sofisticado programa social, definido nos termos mais gerais de um sistema nacional de proteção social e referido, de modo explícito e nada ingênuo, às principais questões que já polarizavam, na época, o debate e, diga-se de passagem, a forte crítica sobre a natureza e os limites da política social do governo.

Essas críticas são dirigidas a um modelo ideo-político assumido veementemente pelo governante do Brasil que levou à redução de políticas públicas básicas direcionando-as a grupos pauperizados por meio de redes de proteção e programas focalizados, cuja responsabilidade era estritamente individual, ou seja, as pessoas eram estimuladas a assumirem os riscos sociais sem os nexos da solidariedade coletiva.

No Governo Fernando Henrique Cardoso o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985, passa a ficar vinculado ao Ministério da Justiça e no fim do seu

Governo em 2002 foi finalmente criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher que priorizou o combate à violência contra as mulheres.

O despertar das mulheres para o seu próprio eu foi o pontapé inicial para o reconhecimento do gênero feminino enquanto sujeito de direitos. Todos os outros elementos como as conquistas e vitórias são consequências dessa tomada de consciência do sujeito mulher. Scott (2007, p. 14) afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Este pensamento é balizador das estruturas de gênero nas sociedades contemporâneas.

As relações de gênero enquanto heurística conceptual entram na academia nos anos de 1980, cuja influencia advém de Scott, assim como das posições de Janet S. Chafetz que usa o termo “*gênero inato*” e “*papéis sexuais aprendidos*” no livro *Masculine/Feminine* lançado em 1970. Essas pesquisadoras utilizam o conceito para se referir às construções sociais e culturais existentes na sociedade envolvendo mulheres e homens, retirando o foco das diferenças biológicas e priorizando as diferenças culturais. De acordo com Thompson (1987, p.09),

Os condicionamentos econômicos, sociais, políticos e culturais determinam os níveis de consciência de gênero, possíveis em determinado momento da história. Todavia, tal qual o surgimento de uma consciência de classe ‘para si’, não é algo predeterminado e sim [...] um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como da consciência.

O autor indica que os acontecimentos cotidianos que envolvem a vida humana nos campos da política, economia, social e culturais contribuem para a tomada de consciência, que pode ocorrer cedo ou tardiamente, e isso depende dos fatos históricos que envolvem os sujeitos para que os mesmos possam tomar decisões que lhes cabem.

Bruschini (1990, p.15) ressalta a importância dos estudos de gênero especialmente no que diz respeito aos papéis das mulheres trabalhadoras com sua participação mais efetiva no mundo do trabalho, fortalecendo nossa convicção de que as mulheres contribuem socialmente para o desenvolvimento do país. Uma militante do movimento de mulheres ouvida nesta pesquisa revela que,

As primeiras mulheres a participar da CUT eram mulheres intelectuais e feministas do Sindicato dos Servidores Públicos Federais e essas mulheres trouxeram a pauta do movimento feminista pra dentro da CUT, assim como

trouxeram pra dentro do PT. (Luzarina Varela da Silva, 52 anos, Entrevista/2013).

O envolvimento e participação ativa das mulheres no mundo trabalho tem sido uma constância que conforme Brandão e Bingemer (1994) têm um aumento nos anos de 1970 e 1980, pois segundo essas autoras “dados referentes ao período de 80 a 85 indicam que as mulheres continuam mantendo os mesmos níveis de participação no mercado apesar da crise, o que poderia ser explicado pela própria sexualização do mercado de trabalho” (BRANDÃO/BINGEMER, 1994, P. 117) tornando evidente a importância dos estudos de gênero.

Percebe-se que embora estivessem em uma época desfavorável em termos de pensamento livre as feministas estavam além de seu tempo, visualizando as mudanças conjunturais que vivenciamos hoje. Elas apontavam que a inclusão da mulher como protagonista da história traria novos rumos à sociedade em geral, o que de alguma forma estamos vivenciando com o governo de alguma mulher na América Latina como o de Michelle Bachelet no Chile, Cristina Kirchner na Argentina e Dilma Rousseff no Brasil.

A luta das mulheres trabalhadoras em Manaus toma força no interior da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Metalúrgicas, uma espécie de coordenadoria organizada dentro do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, que representa a voz das mulheres que encampam as suas demandas dentro do próprio sindicato. Essa organização conforme Torres (2005, p.184) tem seu ponto alto “no Encontro da Mulher Operária de Manaus¹ organizado pelas mulheres trabalhadoras da indústria”.

A Comissão das Mulheres Trabalhadoras Metalúrgicas e remanescente do Comitê da Mulher Trabalhadora que nasceu do anseio das operárias em criar uma forma ou um organismo que lutasse pela causa das mulheres junto às empresas pelo direito a creche para seus filhos, ampliação da licença maternidade, equiparação salarial e melhores condições de trabalho. Elas “colocaram-se à frente das marchas de enfrentamento com a polícia que procurava desfazer as manifestações por melhorias salariais” (MASSARO e PESSOA, 1995, p.27).

Aos poucos as mulheres foram obtendo conquistas relativas à creche no âmbito da Convenção Coletiva. E essa bandeira de luta não se restringia somente ao movimento feminista das mulheres metalúrgicas, mas se ampliava e ganhava adeptos de outras categorias de mulheres dos diversos segmentos sociais.

¹ O 1º Encontro da Mulher Operária de Manaus foi realizado no dia 07 de março de 1985 e organizado por Antônia Nascimento Priantes, Cely Aquino, Rosenilda Oliveira da Silva e Izabel Alegria Ramos Feijó, com o intuito de organização das mulheres no âmbito fabril. (TORRES 2005, p. 184).

Os movimentos sociais urbanos se organizavam em torno de questões de interesse coletivo tais como: saúde, saneamento básico e educação e, dentre essas reivindicações, estava presente a luta por creche. É nesse contexto de luta por direitos que as mulheres inseridas nos diversos movimentos sociais como associação de pais e mestres; clube de mães; associações de bairros; pastorais da igreja passam a se reconhecer enquanto sujeitos políticos capazes de interferir nos rumos da história.

A participação das mulheres como membros do sindicato ainda era restrita. Uma das mulheres ouvidas neste estudo que participou da luta pela creche revela que,

Nesse período teve uma enfermeira que teve um papel crucial para a nossa sindicalização no sindicato. Ela dizia: ‘olha vamos nos sindicalizar pra poder votar’, mas vocês não podem dizer que vão se sindicalizar pra votar, vocês digam que vão sindicalizar pra poder ir ao dentista do sindicato. Pois, se disséssemos que era pra votar não era permitido a sindicalização das mulheres. (Luzarina Varela, / Entrevista 2013).

Essa “proibição” era uma discriminação disfarçada que deixava à mostra os interesses das estruturas de poder que favoreciam visivelmente os homens em detrimento da participação mais efetiva das mulheres nos processos das lutas sindicais, reforçando a necessidade de se tratar as diferenças entre os gêneros como disputas no âmbito das relações de poder. A forma primária de significação das relações de poder (SCOTT, 1995).

Esquecer nosso passado é o mesmo que negar o que fomos e o que somos, por isso, este estudo sobre a luta por creches vem registrar pedaços da história que ficou por muito tempo no esquecimento e que agora é potencializado no Governo de uma mulher que assumiu a Presidência da República Federativa do Brasil. Uma mulher que como muitas aqui citadas, traz em sua história a marca da luta por direitos e justiça social dentro do movimento de resistência à ditadura militar.

O povo brasileiro é considerado por muitos um povo de memória curta, especialmente quando se trata de política, pois, elegemos e por vezes reelegemos políticos que pouco contribuem para o crescimento social do país. Não podemos aceitar este rótulo, não podemos deixar cair no esquecimento as conquistas que foram fruto de muitas lutas de mulheres que não se deixaram intimidar pela sociedade patriarcal e machista. Mulheres que lutaram e até tombaram pelo ideal de liberdade e igualdade de direitos, como foi o caso de Margarida Alves que tombou na luta pela terra em defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais.

A história das mulheres, sua luta por direitos e cidadania é fator crucial para o reconhecimento do sujeito feminino. Muitas de suas conquistas e participação social é

ocultada pela história oficial que por vezes insiste em deixar no esquecimento, impondo um silêncio que amordaça e “a impossibilidade de falar de si mesma acaba por abolir o seu próprio ser, ou ao menos o que se pode saber dele” (PERROT 2005, p.10). É preciso romper com a mordaça da exclusão social que silenciou muitas mulheres e as manteve cativas dentro dos lares.

1.2 A luta pela política pública de creche no Brasil e seus reflexos em Manaus.

Pensar a construção de políticas públicas implica ter claro o papel do Estado e da sociedade civil. O Estado, segundo Gramsci (1991), é uma instância política que engloba tanto os interesses das classes dominantes quanto os interesses das classes subalternas. A sociedade civil por seu turno se organiza em movimentos e organizações para lutar por seus direitos junto ao Estado. Trata-se de direitos coletivos reivindicados junto a um organismo jurídico que é o Estado (TORRES, (2007).

Homens e mulheres se organizam politicamente para atingir objetivos comuns e, assim, fugir do caos que se instalaria se cada um se entrincheirasse na defesa de seus interesses e objetivos particulares. De acordo com Arendt (1998 p.21,22),

A política trata da convivência entre diferentes em sociedades internamente diferenciadas. [...]. A política não é inerente a natureza dos homens, mas resulta do imperativo de convivência entre eles que não apenas são diferentes do ponto de vista de idade, sexo, da cor, da etnia, mas possuem valores, crenças, opiniões, ideologias distintas e estão desigualmente situados na estrutura social.

É preciso compreender que os limites das políticas sociais são reais, porém não absolutos conforme afirma Draibe (1997, p.10), e para superar estes limites faz-se necessário o reconhecimento dos novos significados que integram a noção de equidade, para que sejam pensadas as políticas sociais que combinem condições estruturais de competitividade do mercado como os objetivos de justiça social e assim poder atender a demanda social.

A Política de Estado se estabelece como ponto de partida para uma integração coletiva em favor do desenvolvimento e/ou crescimento de uma nação. Num Estado autoritário e antidemocrático a política de Estado é construída por uma elite pensante dentre eles o próprio presidente, ministros, deputados, senadores, escolhidos especificamente dentro de suas habilidades especiais, ou por eleições para desenvolver programas e projetos que possam atender a maior demanda possível.

A política de Governo, por seu turno é o conjunto de filosofias, ideais, planos e medidas que compõe uma gestão pública. Influenciada por diversos fatores incluindo as relações partidárias, alianças políticas, apoio de instituições privadas e da própria sociedade civil. As políticas de Governo atendem a decisão do Executivo mediante um processo de formulação e implementação de medidas com o intuito de responder às demandas postas na

agenda política, respeitando a hierarquia de sua construção cuja competência se dá por meio dos ministérios setoriais e da cúpula do Governo, ou seja, a partir da política de Estado.

A política pública em sua construção democrática tem na participação social o fator imprescindível. De acordo com Gohn (2010, p. 20), “as novas políticas sociais do Estado globalizado priorizam processos de inclusão social de setores e camadas tidas como ‘vulneráveis ou excluídas’ de condições socioeconômicas ou direitos culturais”. Dentre essas camadas de excluídos estão às mulheres que ao longo dos anos foram usurpadas em seus direitos, especialmente no que diz respeito à política de creche como auxílio no cuidado de seus filhos e filhas.

O Estado não possui um sistema de creches definido que possa vir a atender as demandas existentes. Assim, as crianças vulnerabilizadas são as que mais sofrem os efeitos adversos das distorções e desequilíbrio identificados nas políticas sociais. Por isso a construção de um sistema efetivo de creches públicas se faz necessário dentro do novo Governo que, chefiado por uma mulher, tem uma visão mais clara dessa necessidade social da população feminina.

Nem sempre a política pública atende necessariamente a todos, mas ela deve ser resultado de uma ação coletiva para atender a uma parcela significativa da população. Mas, se as reivindicações da maioria não forem atendidas o movimento social abre conflitos e contradições com o Estado. É nesse processo de avançar, recuar e enrijecer que a cidadania amadurece e se amplia, é no espaço de lutas dentro da cidade que a sociedade civil se qualifica para requerer os direitos dos grupos subalternos.

A construção da cidadania supõe o diálogo com o Estado que é a instância política jurídica adequada para ouvir e incorporar as demandas postas pela sociedade civil. Os movimentos sociais se contrapõem à lógica do mercado e exigem do Estado obrigações de proteção social ou ações efetivas que validem o reconhecimento do cidadão. O Estado procura efetivar essas “obrigações” sem sobrepor nem o econômico e nem o político, o que nem sempre consegue e isso por vezes gera conflitos.

Constatamos, a partir de Bobbio (1992), que é a política que permite a organização do social como espaço instituído e historicamente construído e articulado por conflitos, propiciando a diversificação e a multiplicação dos direitos de cidadania, direitos esses que nem sempre são respeitados, mas servem como objeto de luta num constante processo de vir a ser.

Se lutamos pelos direitos em coletividade ganhamos força e visibilidade para gerir ações públicas que contemplem o interesse coletivo não apenas das necessidades básicas, mas

sobretudo aqueles que dignificam o homem e a mulher em sua liberdade e autonomia. Essas ações só se tornam efetivas e eficazes se for levada em conta a participação popular, a qual junto com o Estado podem avançar em forma de políticas públicas. De acordo com Pereira (1997, p. 94), trata-se de “ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do governo”.

Somente a soberania popular possibilita a todos os cidadãos manifestarem sua vontade como *vontade geral*, que deve ser respeitada e incorporada nas leis. A participação popular possibilita às classes subalternas exercerem com legitimidade o controle social sobre as ações do Estado. Para Pereira (1997, p. 99) é preciso “1º Concretizar direitos conquistados pela sociedade e incorporá-los nas leis; 2º Alocar e distribuir bens públicos que, apresentem características que são *indivisíveis [...], públicos [...], e de fácil acesso*, devendo estar disponíveis, já que cada cidadão tem direito a eles”.

Ainda que todos tenham direito ao acesso, nem todos conseguem acessar os bens e serviços pelo fato de as políticas públicas serem voltadas aos mais necessitados, numa perspectiva de seletividade, e não como obrigação imprescindível do Estado para garantir esse direito, mesmo de forma restrita.

Não há políticas públicas sem a intervenção do Estado. A política pública está sempre relacionada a interesses de classes e conflitos que são gerados por interesses divergentes, sendo necessária a intervenção do Estado na administração desses conflitos. Para contornar os conflitos são geridas novas alternativas de ações por parte do Estado para dar direcionamento e encaminhamento às pautas reivindicadas contemplando a vontade da maioria.

Quando uma proposta política é tida como viável ela ganha força e passa a ser vista como necessária. Em seguida ocorre de forma automática a difusão das ideias que Capella (2006) afirma ser o ponto crucial para a aceitação da proposta refletindo no *bandwagon* ou efeito multiplicador.

Se ocorrem mudanças imediatas no Governo ou em empresas públicas e até nos cargos de chefia, os rumos da agenda política de encaminhamento dessas políticas também mudam e é nesse momento que o grupo de pressão entra em cena para mobilizar a opinião pública, demonstrando que não se faz uma política pública sem participação e envolvimento popular. A força de sua mobilização influencia tanto a esfera estadual como a governamental, e a definição de alternativas a serem tomadas caberá ao chefe supremo da Nação, o Presidente da República, mas não depende dele o resultado final de uma política.

A política pública se efetiva por vezes com a ratificação e aceitação popular, pois conforme vimos anteriormente, é a sociedade civil que deve demandá-la de acordo com a necessidade da população para que a mesma ganhe força e reconhecimento, assim, a aceitação passa a ser coletiva, pública, e desse modo, a participação inspira respeito por parte do Estado, mas, isso nem sempre acontece.

É nesse contexto de unidade que a sociedade civil passa a se organizar e a combater de modo mais enfático a repressão vivenciada na ditadura militar com grupos de resistência que modificaram as estruturas da luta de classe. Dentro dos grupos de esquerda houve separação, pois enquanto alguns forçosamente continuaram na clandestinidade, envolvidos mais diretamente nas lutas armadas, outros optaram pelo trabalho de mobilização social, mas todos conforme aponta (GOHN 1995, p. 101), lutavam com o intuito de resistir aos avanços do modelo de desenvolvimento ditado pelos Estados Unidos, sobretudo o FMI e o Banco Mundial que “orquestraram” os golpes de Estado na América Latina.

Em meados dos anos de 1970 entram em cena os atores principais da denominada “era da participação” *os movimentos sociais* que ressurgem na cena brasileira formando redes articuladas, contribuindo significativamente para a queda do regime ditatorial fazendo cair por terra o denominado “milagre econômico”. Nesse movimento de luta pela redemocratização do país surgem os novos movimentos sociais como o eco-feminismo e vários movimentos de mulheres que vêm se somar ao feminismo já existente. O movimento feminista retoma a luta pra valer a partir do ano de 1975 incorporando novas dinâmicas sociais iniciadas numa perspectiva internacional. E conforme apontam Brandão e Bingemer (1994 p.118/119).

A presença mais marcante de mulheres no mercado de trabalho, sua situação discriminada e, principalmente, as dificuldades que são forçadas a enfrentar para conciliar responsabilidades familiares e profissionais - fato que se agudiza pela intensificação do ingresso de casadas e mães no mercado -, tem estimulado uma relativa organização das trabalhadoras, visando pressionar o Estado para a adoção de políticas públicas e lutar por uma legislação mais compatível com a realidade vivida pelas famílias brasileiras.

O ano de 1975 é emblemático para a retomada da luta do feminismo porque foi o Ano Internacional da Mulher decretado pela ONU. Nesse processo veio a público através da mídia temas como o divórcio, aborto e mercado de trabalho para as mulheres, o que facilitou a reabilitação do movimento feminista na cena brasileira (TORRES, 2005).

O Movimento de luta por creche é uma das primeiras bandeiras do movimento feminista retomada em 1975. As mulheres trabalhadoras eram o alvo das organizações

feministas em suas reivindicações por creche. Conforme Rosenberg (1989, p. 47), trata-se de “grupos organizados de moradores de um bairro, ou ainda, grupos de mulheres das classes trabalhadoras que se deslocam a fim de manifestar sua necessidade de creche ao Estado”.

Em 1979 ocorre o Primeiro Congresso de Mulheres Paulistas no qual são tratados assuntos diversos relacionados aos interesses das mulheres fazendo surgir oficialmente o MLC - Movimento de Luta por Creche. Essa organização, segundo Costa (1995), contribuiu para o fazer-se classe, para a construção coletiva, a luta autônoma e as mobilizações dos trabalhadores. Homens e mulheres da região industrial se constituíram em espaços educativos e formadores da compreensão social, demonstrando a relevância da iniciativa popular mesmo frente às dificuldades impostas na construção das políticas públicas.

A criação do MLC no Brasil se dá inicialmente na cidade de São Paulo onde a indústria necessitava da mão de obra feminina e, ao se inserir no mercado de trabalho, as mulheres mães não tinham onde deixar seus filhos. É assim que também elas passam a se organizar para reivindicar melhorias na condição de vida, e através das pequenas associações e organizações passam a pressionar o poder público para que o mesmo possa prover suas necessidades básicas.

Neste movimento, de acordo com Haddad (1987), tanto no movimento de mulheres como no movimento feminista a creche aparece como reivindicação principal, sendo essa uma reivindicação até outrora desconhecida no Brasil. Gayoto (1992, p.25) assinala que “o trabalho de atendimento aos menores de 0 a 6 anos, na cidade de São Paulo, passou a ser da competência da área do Bem-Estar Social, e durante várias gestões administrativas, passou de Secretaria para Coordenadoria, depois para Superintendência, e depois retornou a Secretaria do Bem-Estar Social”

Nesse período a creche não era vista como direito e sim como uma forma de assistência às mães trabalhadoras para que elas não abandonassem seus filhos, para eles não ficarem sozinhos em casa e viessem a sofrer acidentes e danos irreparáveis. A autora também ressalta que

As primeiras creches municipais foram criadas pela Prefeitura, que cuidou ainda de garantir parte de sua manutenção, mas foram assumidas por entidade particulares para seu gerenciamento. [...] implementava-se assim uma assessoria técnico pedagógica ao lado da assessoria técnico-administrativa às creches. Por essas razões históricas, quando em 1978, a Prefeitura de São Paulo solicitou da Cobes o atendimento das reivindicações populares, o corpo técnico deste órgão promoveu uma ampla discussão sobre os aspectos técnicos e políticos desta intervenção. E o documento “Creche-

Programação Básica – 1980” foi uma tentativa de mudança da visão assistencialista, e das diretrizes de atuação (GAYOTO, 1992, p. 25).

A criação deste documento tinha como propósito a superação da visão assistencialista da creche cujo resultado na prática não foi atingido e a prestação dos serviços de creche a partir de 1980 aumentaram devido as constantes reivindicações dos MLCs, fazendo com que os serviços da Coordenadoria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo passassem a implantar uma rede de creches municipal.

É preciso reconhecer a creche como um direito da mulher trabalhadora e um direito educacional da criança e não como uma mera política em favor da liberação da mão de obra feminina para o mercado industrial. Mas o feminismo não baixou guarda, a luta por creche não cessou e as mulheres não se mostraram satisfeitas com a ampliação de creches, pois elas tinham que ser percebidas como espaço educacional e psicossocial, e não como um mero “depósito” de crianças.

Era preciso compreender que a creche é um espaço educativo e como tal é um desafio a ser vencido, pois de acordo com Gayotto (1992) a creche têm sua função educativa associada a uma ideologia de transformação com valores que devem atender os direitos das crianças enquanto seres humanos. Para isso era necessário criar condições para que as crianças adquirissem conhecimentos básicos e assim pudessem se desenvolver adequadamente.

Ainda hoje, existem pessoas que visualizam a creche como um local onde as crianças são apenas cuidadas, quando na verdade a creche é um local de aprendizagem específico para a primeira infância. Para trabalhar na creche os profissionais devem ser capacitados e qualificados para executarem com qualidade o trabalho educativo relativo ao cuidado maternal, preparando a criança para a pré-escola e para a vida.

Essa mudança só ocorreu mais tarde com o estabelecimento da LDB – Lei de Diretrizes e Bases. De acordo com Veiga (2005, p. 20) “é o momento em que a educação infantil, respeitando o direito da criança preconizado pela Constituição Federal de 1988, passa, com mais lentidão do que queríamos, para a área da educação. A mudança de locus decisório significa, também, mudança de estatuto social e político da educação infantil”.

Mudou-se o foco da creche como política social dirigida à mãe trabalhadora para o direito educacional da criança. A partir do evento da LDB parece ter ocorrido um salto quanto à visão assistencialista da creche, vista agora como direito das crianças, mas a própria sociedade ainda não absorveu essa ideia por completo e a creche continua sendo vista não

como processo educativo, mas como um local de cuidado para com as crianças enquanto suas mães trabalham. Observamos isso com mais clareza na fala de uma mãe ao perguntarmos a ela qual a importância da creche pública para as mães trabalhadoras, a saber:

Eu acho que é uma grande ajuda, pois a gente que não tem como pagar uma pessoa pra tomar conta dos nossos filhos e também precisam trabalhar, precisamos muito da creche. É lá que deixamos nossos filhos que são bem cuidados e longe dos perigos das ruas. (Rosa, 28 anos, entrevista/ 2012).

A educação infantil sob os auspícios da LDB não considera a criança como um ser incapaz, mesmo que ela o seja civilmente², mas para ser compreendida como sujeito terá que enfrentar obstáculos tais como o reconhecimento de seus direitos e necessidades. Para isso, faz-se necessário a elaboração de pesquisas científicas e compromisso profissional para desmistificar a creche como mero assistencialismo, compreendendo-a dentro do direito social e legal da criança e de responsabilidade da família.

Apesar de estar garantida na LDB, enquanto direito, a educação de crianças pequenas em idade de creche de 0 a 6 anos está sendo negligenciada pela maioria dos Estados e Municípios. Se compararmos o quadro quantitativo de Creches em São Paulo antes do estabelecimento do MLC³ vamos perceber que já passavam de 15 creches construídas pela prefeitura e depois do reconhecimento do MLC passou a ser uma rede, aumentando significativamente o número de creches no Estado de São Paulo.

Em Belo Horizonte na década de 1979 foi criado o MLPC – Movimento de Luta Pró-Creche que já no seu início tinha criado 5 (cinco) creches com o auxílio da comunidade, especialmente contando com a ajuda e coordenação dos clubes de mães. Conforme Veiga (2005, p. 35) uma liderança comunitária, dona Eva Joana Brás, “conhecendo de perto a situação das mães que tinham que trabalhar fora para sustentar a família, tendo muitas vezes que deixar os filhos trancados e sozinhos dentro de suas casas ou mesmo soltos pelas ruas, propôs a criação de uma creche, com o auxílio da própria comunidade”.

² Uma criança é incapaz de se defender e se proteger, mas não pode ser considerada como incapaz e o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente afirma em seu Art. 4º que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Tornando assim todos responsáveis pela mesma.

³ O Movimento de Luta por Creches se gestou na luta contra a ditadura militar dos anos de 1970 junto aos movimentos populares urbanos intensificando a reivindicação de creches como direito das trabalhadoras e dever do Estado essa luta teve seu ponto central de organização na cidade de São Paulo em 1979, como resolução do 1º Congresso da Mulher Paulista. O MLC conseguiu integrar feministas de diversas tendências, grupos de mulheres associados ou não à Igreja Católica, aos partidos políticos legais ou clandestinos, grupos independentes de moradores que reivindicavam o direito à creche nos bairros, sendo este movimento um importante ponto de articulação para o movimento feminista no Brasil.

As dificuldades enfrentadas para a manutenção da creche foram inúmeras, mas, não impediu que outras creches fossem criadas em outros bairros, cuja situação das mães trabalhadoras e seus filhos eram semelhantes. Em Manaus, esse é um dos obstáculos enfrentados para a criação e estabelecimento de creches haja vista que os gastos são diferenciados entre uma creche e uma escola de tempo parcial.

Esse obstáculo se expressa também no quadro funcional que deve ser constituído por profissionais preparados para atuar na creche, com uma carga horária maior de trabalho e melhor remuneração, assim como deve ter orçamento para cobrir os gastos com a manutenção dos espaços físicos que devem ser adequados, alimentação de qualidade e outros elementos necessários para o funcionamento de uma instituição deste porte.

Não encontramos justificativa para a ausência do poder público com investimentos em creches públicas em Manaus. Esse atendimento só veio acontecer com a construção da primeira creche municipal em 2008 que é a Creche Municipal Prof.^a Eliana de Freitas Moraes. Esta foi a primeira e até o final de 2012 foi a única creche pública existente em Manaus.

Lembre-se que a luta das mulheres por creche em Manaus teve início no DI – Distrito Industrial cuja vitória ocorreu com a criação da creche do SESI- Serviço Social da Indústria cuja instituição está presente há mais de 60 anos no Amazonas. Outras parcerias com as indústrias foram efetivadas com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Amazonas para o atendimento dos filhos/ as das trabalhadoras em creche (TORRES, 2005).

A creche do SESI atendia parcialmente somente as mães trabalhadoras das fábricas do DI, cumprindo assim o que determinava a CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas que prevê as empresas privadas que empregam mais de 30 mulheres com idade superior a 16 anos, que forneçam atendimento em berçário para as crianças de até 6 meses de idade, filhas de seus funcionários. As empresas não prestavam esses serviços como sendo um direito educacional das crianças em geral. Nesse contexto a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Metalúrgicas posiciona-se em favor da luta por creche nos parâmetros da Zona Franca de Manaus visando a ampliação e garantia desse direito definido em acordo na Convenção Coletiva do Trabalho que estabelece o seguinte:

- a) empresas com mais de 30 (trinta) empregados manterão vagas em creche próprias ou conveniadas, na forma, padrões, limites legais para atendimento de filho de até 3 (três) anos e 11 (onze) meses de idade.
- b) o Sindicato Profissional, por intermédio de pessoal especializado, fiscalizará as creches que mantenham convênio com as empresas da categoria para que as empresas enviem ao Sindicato Profissional, os

endereços das creches conveniadas, dentro do prazo de 90 (noventa) dias do início da vigência desta Convenção, ou da instalação da empresa nova, obrigando-se o Sindicato Profissional a enviar às empresas relatório de fiscalização às respectivas creches (Convenção Coletiva 93/94, Cláusula 13).

Havia uma preocupação não apenas com o estabelecimento das creches, mas com a sua manutenção. Cabia a Comissão de Mulheres fiscalizar⁴ as instituições para averiguar se as instalações eram adequadas e principalmente o teor dos serviços oferecidos que eram cuidadosamente verificados por uma assistente social e um diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, sendo essa fiscalização realizada sem marcação prévia, ou seja, de surpresa.

É preciso chamar a atenção para o fato de que embora o Brasil disponha de uma ampla legislação sobre a política de creche⁵ esses serviços não se mostram efetivos em nossa cidade até o momento. É recente a instalação de mais três creches públicas em Manaus, ocorreu no mês de maio deste ano de 2013, pois como dissemos anteriormente, havia até então só uma creche em Manaus.

A primeira creche criada em Manaus possui perfil filantrópico, assistencial e educativo, não como direito social garantido e estabelecido em Lei. Isso se deve à forma de sua criação que foi no âmbito do setor privado e não na esfera dos serviços públicos. A creche do SESI assim como as de outras empresas do DI, destinava seu atendimento específico aos filhos de funcionários do DI, mas era um serviço limitado que não atendia todos os filhos dos trabalhadores porque inexistiam vagas para todos. “Ainda que de forma precária, a assistência social é o mecanismo principal através do qual ‘os destituídos’ têm acesso a serviços sociais e urbanos tais como creches, abrigo para idosos, programas de geração de renda, habitação etc” (SPOSATI et AL, 2008, p.4).

Assim como os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus precisavam dos serviços de creche, todos os outros setores do mercado de trabalho manauense também possuíam mulheres nos seus quadros funcionais que necessitavam de creche para os seus filhos. Por isso, era necessária uma maior mobilização do movimento de luta por creche em Manaus para pressionar o poder público e ampliar esses serviços.

⁴ A professora Iraíldes Caldas Torres e sua então aluna-bolsista Lucilene Ferreira de Melo da UFAM prestaram assessoria à Comissão de Mulheres Trabalhadoras Metalúrgicas realizando essa vistoria, sendo esta uma contribuição significativa da Universidade Federal do Amazonas no processo de organização e estabelecimento das creches em Manaus.(vide Relatório do PIBIC/ UFAM 1995).

⁵ A Constituição Brasileira de 1988 no capítulo III que trata da Educação, da Cultura e do Desporto no Art. 208 e § 4º prevê o atendimento em creches e pré-escolas às crianças menores de 6 anos, ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA no capítulo IV, Art. 54, a Lei Orgânica do Município de Manaus também prevê na seção II, da Educação no Cap. 347 o atendimento em creches às crianças de 0 a 3 anos de idade.

No seu nascedouro em nosso país a creche era tida como um mal necessário e às vezes percebida como “um depósito de crianças” como assinala Castanho (1989, p. 27) ressaltando que “sua origem era assistencial, filantrópica, com caráter higienista e disciplinador, devendo combater a pobreza e a mortalidade infantil, buscando a higiene perfeita”. Uma visão meramente assistencialista em que a creche era percebida como uma alternativa para minimizar os danos causados às crianças pela ausência de suas mães, que necessitavam trabalhar fora de casa, sendo vista apenas como um lugar para guardar as crianças em substituição aos cuidados da mãe.

De acordo com Nassaro e Amaral (1995, p.35) a visão assistencial começou a mudar e, “nos anos 60, com as teorias pedagógicas, as creches passaram a se preocupar com programas educativos, estabelecendo assim funções compensatórias para as crianças das camadas populares de acordo com a faixa etária de cada uma”

Começam a ocorrer mudanças na maneira de se perceber a creche, e isso se dá devido ao intenso movimento de luta por creches públicas encampado pelos movimentos populares, que estava em efervescência na cidade de São Paulo, conseguindo mediante suas reivindicações, o estabelecimento dos Centros Infantis, que era um programa destinado às crianças carentes de 0 a 6 anos de idade.

Embora a visão assistencialista permanecesse, ela começa a tomar novas formas, passando a ter uma preocupação maior com a educação das crianças que eram vistas como “carente cultural”, ou seja, com pouca ou sem nenhuma instrução, que necessitavam de auxílio, mesmo que fosse sob a forma de uma educação compensatória.

Na década de 70 os movimentos de luta por creche se intensificam ainda mais ampliando sua zona de atuação, chegando a mais lugares como São Paulo, Minas Gerais e Belo Horizonte, ganhando mais visibilidade. As mulheres tiveram, enfim, sua luta reconhecida com a Constituição de 1988 Art.208 cap. III da Educação. A Carta Magna que determina como obrigação do Estado o atendimento às Creches e Pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos, ultrapassando assim a atenção destinada pela CLT às crianças que só visava o atendimento de 0 a 6 meses. A Constituição Federal de 1988 expande essa atenção às crianças até os 6 anos de idade.

Embora haja garantia de creche de maneira formal na CF de 1988 ainda há muito o que fazer e a luta pela efetivação da política pública de creche continua nos dias atuais, embora de forma mais branda no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, pois a política de creche em seu governo tem sido um ponto prioritário com investimentos para ampliar os aparelhos e os programas educacionais.

1.3 Mulheres operárias e a luta pela creche no Distrito Industrial de Manaus.

A luta das mulheres pela creche em Manaus se gesta no chão de fábrica nos parâmetros da Zona Franca. O Projeto Zona Franca assenta-se sob o discurso propalado desenvolvimento regional, o que para Scherer (1989, p. 37), foi mais uma estratégia do Governo Federal para a expansão do capital na região.

Esse projeto que se inscreve no âmbito dos grandes projetos amazônicos gerou grandes contradições sociais na região especialmente no que diz respeito ao “inchaço” da cidade de Manaus, o que levou a população a improvisar barracos na periferia da cidade em condições subumanas.

Com o estabelecimento da Zona Franca em Manaus o capital passa a fazer uma procura ávida por mão de obra feminina porque era mais adequada para o trabalho na empresa eletroeletrônica de montagem das peças. As mulheres são mais requisitadas para estas empresas porque elas não necessitavam de qualificação profissional. Seu perfil com mãos finas e dedos alongados, atenção redobrada, acuidade e perfeccionismo, é tido como natural, próprio da educação feminina (TORRES, 2005).

O desejo de lutar por uma sociedade mais justa e mais humana começava a aflorar de modo mais veemente. De acordo com uma das feministas e representante das MUSAS⁶ ouvida neste estudo Florismar Ferreira da Silva, 50 anos,

A minha militância não vêm pelo chão da fábrica, vem da igreja mesmo, nessa discussão de Puebla, Medellín, opção pelos pobres, por uma vida melhor e mais digna. A minha militância inicia aí. Eu morava em Itacoatiara e a gente trabalhava muito com os sindicatos rurais, com a formação dos sindicatos dos trabalhadores rurais, com a CUT e a criação do Partido dos Trabalhadores. Da igreja eu venho direto para o movimento social porque já estamos articulados. E a ANAMPOS⁷, nasce da discussão para a articulação do Movimento Sindical e Popular. A ANAMPOS cria a CUT e toda essa articulação que ela fez em termo de Brasil, se vira para os Movimentos Sociais Organizados, nesse momento, nós estávamos começando a comprar uma briga que era a questão da implantação do SUS. E dentro dessa grande articulação nacional de luta pelo direito do solo urbano nós viemos, com essa formação e essa discussão a gente tem em mente dentro dessa articulação a organização dos trabalhadores na comunidade, [...]. A minha militância vem daí, dessa bandeira de luta que no meu entender, se eu estava brigando por direitos era para todos, eu não tinha a compreensão dessa divisão homem e

⁶ Movimento de Mulheres Solidárias da Amazônia, do qual Florismar Ferreira da Silva e Luzarina Varela fazem parte.

⁷ Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais que atuou no processo de fundação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, e que existiu até a fundação da Central de Movimentos Populares, dez anos depois. A Anampos foi organizada em fevereiro de 1980, em um encontro realizado em João Monlevade – Curitiba, convocado pelo sindicato dos metalúrgicos daquela cidade.

mulher, para mim era uma luta da classe trabalhadora, era a luta do trabalhador no poder, era a briga do socialismo. (entrevista/2013).

Pochmann, (2012, p.9) assinala que esses novos sujeitos sociais coletivos surgem na medida em que afloram os problemas sociais e trabalhistas que são transformados em “plataforma do movimento social reivindicativo, capaz de motivar conflitos e lutas de empoderamento de novos agentes sociais”. Nessa tessitura é que o engajamento de Florismar Ferreira floresce.

Ligadas ao movimento sindical e ao movimento comunitário, Florismar Ferreira e Luzarina Varela, se dispuseram a participar da luta por direitos sociais, por melhorias de condições de trabalho, por respeito ao ser humano, abrindo um espaço na sociedade manauense para o engajamento e luta de muitas outras mulheres. Luzarina Varela relembra que,

A luta pela mulher foi um processo que surgiu nessa caminhada da luta sindical. Quando a CUT foi fundada, todos os sindicatos filiados a ela tinham um departamento feminino, mas era exclusivamente para discutir questões trabalhistas e creches. Só que esse departamento feminino foi evoluindo e se transformando em comissões de mulheres trabalhadoras a nível nacional, onde a gente acabou fazendo parte da Comissão das Mulheres Trabalhadoras da CUT (Luzarina, entrevista/2013).

Dentro desse engajamento de luta social, Rossini e Calió (2009, p. 330) ressaltam que, “mesmo que passem a trilhar outros caminhos, navegar noutros rios, acalentar outros sonhos, as mulheres não perdem de vista sua condição de sujeito social”. É nesta condição de militante do movimento de mulheres que Luzarina foi buscar formação em São Paulo junto à Central Única dos Trabalhadores, para qualificar o seu engajamento e militância social e não apenas ela, mas segundo relatos da outra feminista, havia uma exigência de formação para a luta sindical, que exigia um período de estudo e participação coletiva, para que apreendessem os princípios básicos que amparam o engajamento e a luta por justiça social. É o que podemos perceber na sua fala:

Tanto no movimento sindical, quanto no movimento popular nós passamos por um local em São Paulo chamado CAJAMAR que era onde ocorria a nossa formação política, era conhecida como a ‘cidade dos trabalhadores’, era lá que a gente bebia na fonte, a gente aprendia o que era necessário. Eu mesma deixei minha filha com três meses de idade para ir pra São Paulo receber formação para a criação do movimento. Lá nós éramos formados para saber como iríamos criar o movimento, como obter ajuda, como agir, e

como não se deixar cooptar. E essas formações estão na nossa alma (Florismar, entrevista/2013).

Observe-se que essas mulheres se apropriaram das armas do conhecimento sindical e atuaram em favor da coletividade, buscando implantar em Manaus a Central dos Movimentos Populares, embora não tivessem logrado muito êxito, conforme revela Florismar Ferreira, a saber:

A minha militância antes era só com moradia. Eu participei da pro-central dos movimentos populares como coordenadora a nível nacional, porque a Anamos fazia parte. A gente criou dentro dos movimentos sociais a pro-central e, é a partir dela que a gente cria a central de movimentos populares. Nós conseguimos implantar em todos os outros Estados menos aqui na região Norte, por conta de brigas e picuinhas entre partidos, e a luta pelo poder dentro do próprio movimento. Aí fica difícil compreender qual é a causa, qual é a luta e assim não se trabalha o empoderamento necessário para que o militante se aproprie do que está fazendo, porquê está lutando, para ele saber ao certo o que deveria saber, com autonomia, com transparência, com dignidade e sonho (Florismar, entrevista/2013)

Observe-se que não é nada fácil a luta e o engajamento social mesmo que esteja ligada a interesses comuns, pois há sempre aqueles que priorizam o que melhor lhes convêm, sem se preocupar com o bem-estar da coletividade. A luta pelo poder é o traço mais forte do egoísmo, que evidencia a pequenez do ser humano diante do oceano de problemas sociais que necessitam de uma atenção mais aguerrida, mais humana, mais coletiva. Para Gohn, (2010, p.11), “o campo de temas e problemas sociais continua bastante amplo, entrando no universo da cultura, da economia, das relações sociais e políticas, dos valores morais e religiosos. Tudo isso tem alterado a forma e as estruturas do associativismo da sociedade civil e suas relações com o Estado”. Essas alterações se evidenciam na luta dos movimentos populares.

A luta das operárias no Distrito Industrial de Manaus tem à sua frente mulheres comprometidas com o bem-estar da população, com uma sociedade que anseia por justiça e desenvolvimento humano. À medida que as mulheres vão tomando consciência de seu papel social enquanto trabalhadoras e sujeitos de direitos, mais vão se empoderando e empunhando as bandeiras de luta por direitos iguais. Se os direitos não se igualam, há que se buscar meios para mantê-los em “pé de igualdade” e por isso a luta se amplia. O Comitê da Mulher Trabalhadora aglutinou a luta das mulheres no campo do feminismo em Manaus, antes da criação da Comissão das Mulheres Metalúrgicas. De acordo com Luzarina Varela,

Nós fundamos o Comitê da Mulher Trabalhadora para atender a todas as mulheres trabalhadoras, independente se são ou não metalúrgicas. A presidente era a Flávia Carneiro e a nossa briga ganha força e em 08 de Março de 1986 os deputados aprovam e nos dão de presente no 8 de março essa conquista da Delegacia da Mulher. (Luzarina, entrevista/2013).

Debert (2006, p.2) assinala que a criação da Delegacia da Mulher “só pode ser compreendida no contexto da reabertura democrática dos anos 80 e da pressão exercida pelos movimentos feministas que, com muita veemência, criticaram o descaso com que a violência contra a mulher era tratada pelo sistema de justiça”. Esta foi sem dúvida, uma conquista primordial para as mulheres amazonenses.

Na trajetória deste processo da luta feminista dentro do Sindicato dos Metalúrgicos, as mulheres engajadas eram procuradas cotidianamente por outras mulheres de diversos setores da sociedade que buscavam conselhos e encaminhamento de demandas e lutas nos bairros. Eram donas de casa, trabalhadoras autônomas, trabalhadoras do comércio e outras, todas em busca de auxílio para suas preocupações e problemas. Foi para atender a essa demanda que é criado o Comitê da Mulher Trabalhadora, visando o atendimento a todas as mulheres indistintamente.

Com a atuação do Comitê da Mulher Trabalhadora, a demanda pela creche cresceu consideravelmente, pois todas as mulheres dos diversos setores reivindicavam o direito a creche. No entanto, embora esse direito tenha sido conquistado, na Convenção Coletiva dos Metalúrgicos ele não foi plenamente efetivado, pois não haviam vagas suficientes para atender a demanda como assinalamos anteriormente.

O Estado não possuía creches e nem o município de Manaus. Com essa realidade quem mais sofriam eram as mães que necessitavam desse serviço para deixar seus filhos com segurança enquanto trabalhavam, e também quando vão procurar emprego ou vão estudar. É o que constatamos na fala da feminista entrevistada.

Na questão da educação, na questão da creche, nós lutamos pelo direito do trabalhador pra que o filho não ficasse na rua, nós lutamos para a creche se estabelecer enquanto um direito para todos, não só para as mães que trabalham, mas para que a desempregada possa sair tranqüila deixando seu filho num lugar seguro enquanto procura emprego. Nós lutamos pela creche para que as adolescentes que já são mães possam voltar a estudar, se profissionalizar e se qualificar para dar uma vida digna para o seu filho, é por isso que nós lutamos pela creche (Luzarina, entrevista/2013).

Percebe-se que essa é uma luta árdua, que não deve parar, pois se a população almeja uma sociedade melhor deve lutar para que o Estado garanta condições para que as mulheres possam trabalhar com mais segurança e tranqüilidade, sabendo que seus filhos estão seguros e bem cuidados. O poder público deve propiciar condições para que as crianças desfrutem de um ambiente saudável e acolhedor para o seu pleno desenvolvimento. Para a obtenção de êxito com o estabelecimento das creches é preciso que seja colocado em curso o controle social para que as crianças também possam ser “vistas como cidadãs de direitos que precisam ser respeitadas na sua especificidade, as crianças pertencem a uma classe social, um grupo, uma cultura”,(KRAMER 2005, p. 16).

Com a vitória das mulheres metalúrgicas pelo direito à creche mesmo que o atendimento fosse só para uma parcela pequena das crianças, a cobrança para que esse atendimento fosse extensivo às outras camadas da população, fez com que a creche fosse inserida na pauta política. Foi reconhecida como uma política pública na Constituição Federal de 1988 e ratificada como política educacional na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

No início da organização das mulheres operárias no DI a luta não era só em torno das condições de trabalho e da creche. Luzarina Varela relembra essa situação nos seguintes termos:

Quando a gente funda a comissão de mulheres nos surpreendemos, pois tinha uma grande demanda não só das questões trabalhistas, mas da questão de creches, de mulheres com problemas de pensão alimentícia, vítimas de violência, e já naquela época a gente lutava. Eu me lembro até hoje as bandeiras que nós tínhamos que eram: Creches, restaurante comunitário, lavanderias públicas e a criação da Delegacia de Defesa da Mulher que era bandeira de todo o movimento feminista em todo o Brasil e a gente conquistou a Delegacia da Mulher, a nossa conquistada foi em 1986. (Luzarina, entrevista/ 2013).

De acordo com Farah (1999), a agenda de reformas e mudanças no Estado brasileiro pós-regime ditatorial contou com a participação dos movimentos sociais que estiveram presentes na luta pela democratização do regime, reivindicando acesso aos serviços públicos para a melhoria da qualidade de vida, se fazendo presente nessa luta a problemática de gênero.

O envolvimento dos movimentos sociais e comunitários trouxeram fortalecimento à luta das mulheres por políticas públicas, dentre elas a política de creche, juntando-se a ela outras demandas específicas das mulheres como o combate à violência, a discriminação salarial que era imposta às mulheres com salários menores para o desempenho das mesmas

funções que os homens, denunciando assim o preconceito sofrido no âmbito do trabalho dentre outras reivindicações por serviços coletivos.

Com essa atuação os movimentos sociais e comunitários saem dos espaços privados e passam a atuar mais intensamente nos espaços públicos, tornando público temas só antes debatidos na esfera privada, elevando a história desses movimentos como sendo parte da constituição das mulheres como sujeito coletivo, na construção e conquista de seus direitos. A luta das mulheres operárias ganhava força e se fazia cada vez mais necessária, exigindo delas determinação e altivez, o que não é tarefa fácil. Para Perrot (2005, p.288),

Na cidade, as operárias são duplamente negadas: como mulheres, por serem a antítese da feminilidade (operária, esta palavra ‘ímpia’, diz Michelet); como trabalhadoras, pois seu salário estatutariamente inferior ao do homem, é considerado como um ‘complemento’ ao orçamento da família, que define sua tarefa e seu destino. Setores produtivos inteiros lhes são fechados. E no século 20, a identidade operária se constrói segundo o modo da virilidade, tanto no nível do cotidiano e do privado, quanto do público e do político.

No chão de fábrica vivencia-se essa realidade de modo ostensivo quando são negados dentro da própria fábrica os espaços que deveriam ser coletivos como a participação no grêmio, o usufruto das áreas de lazer, como revela nossa entrevistada Luzarina, que passou a reivindicar o mesmo espaço de lazer para as mulheres depois de sua filiação ao sindicato. A luta que já era desigual passou a incomodar mais ainda quando as mulheres do DI conseguiram usufruir o que pagavam no grêmio, organizando passeios de seus interesses. Ouçamo-na:

Eu organizava passeios que antes eram só para os homens, brigamos pelo grêmio que era descontado do nosso salário e as mulheres não usufruíam disso, tinham as quadras, o campo e só os homens usavam, aí brigamos pra que esse direito fosse também das mulheres. Ou seja, a gente estava ali construindo uma liderança e nem sabia. (Luzarina, entrevista, 2013)

Pode-se pensar que eram conquistas pequenas, mas não deixavam de ter uma grande importância, pois dava às mulheres oportunidades de um passo mais a frente, de um espaço a mais na busca por direitos. Bruschini e Sorj (1994 p.15) revelam que “não é mera e simples reprodução de fronteiras sexuais: elas se deslocaram com notável velocidade nas últimas décadas – sem terem, contudo desaparecido. Mantêm-se ainda vivas nos vários exemplos de diferenças hierarquizantes no nível material”. E isso se mostra nas diferenças salariais entre homens e mulheres e na ocupação de espaços hierarquizados pelos homens.

Neste período de lutas as perseguições eram constantes e o desemprego acabava sendo uma consequência de quem se voltava contra o sistema, e para as mulheres do DI essa realidade não era diferente, para driblar os “cortes” cujo intuito era a desarticulação do movimento operário, muitas lideranças se refugiavam na CIPA⁸ Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, conforme podemos perceber na fala de Luzarina Varela:

Me tornei cipeira, ou seja, da CIPA para garantir o emprego, pois se não fosse da CIPA, enquanto liderança eles me mandariam embora, como mandaram muitos companheiros de luta. E aí fui realmente assumindo esse papel pois se a comida estava ruim o pessoal chegava e me cobrava, perguntando: e aí o que tu vai fazer? (entrevista/ 2013).

Já prevendo as perseguições que enfrentariam os representantes dos trabalhadores na luta em defesa de seus direitos trabalhistas, amparados pela Consolidação das Leis do Trabalho (1985) e pela Constituição Federal brasileira, reivindicaram e conquistaram junto ao Ministério do Trabalho que os membros titulares da CIPA eleitos (os representantes dos empregados) tivessem dois anos de estabilidade no emprego, durante os quais só poderão ser desligados através de demissão por justa causa.

Conforme o relato de Luzarina, somente fazendo parte da CIPA é que a funcionária ganhava direito à estabilidade no emprego, sendo garantida a sua permanência na fábrica. Como Luzarina já havia conquistado a confiança das mulheres e homens na luta pela defesa de seus direitos trabalhistas, sua reeleição como representante dos mesmos na CIPA se repetiu por diversas vezes, protegendo-a da demissão, ao mesmo tempo em que a moldava para a luta, que mais tarde ultrapassou o chão das fábricas e se fincou na sociedade manauense.

Essa e outras mulheres encamparam a luta por creches no DI, e quando perceberam essa luta não se restringia só aos operários, já era uma luta maior pertencente e pertinente a toda a sociedade que também necessitava desses serviços. E essa luta por creches de qualidade não parou, “essa luta não pára enquanto as creches não forem efetivadas” (Florismar, entrevista/ 2013).

⁸ A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é, segundo a legislação brasileira, uma comissão constituída por representantes indicados pelo empregador e membros eleitos pelos trabalhadores, de forma paritária, em cada estabelecimento da empresa, que tem a finalidade de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

Essa chama coletiva se mantém acesa porque as mulheres sabem que a creche enquanto política pública voltada para todas as mulheres que necessitam dela, ainda está engatinhando em Manaus. Perguntamos à essas lideranças feministas se houve um arrefecimento dos movimentos sociais com relação à luta por creches em Manaus. Elas responderam nos seguintes termos:

O capitalismo se modernizou na maneira como cooptar as militâncias, e os movimentos sindicais e sociais não acompanharam essa mudança e por isso se mostram fragilizados quando seus membros são cooptados. Mas, as mulheres tiveram a visão de que o patriarcado anda junto com capitalismo, nos permitindo um olhar diferenciado que tem nos “protegido” dessa cooptação. (Luzarina, entrevista/ 2013).

O movimento social e movimento sindical não pararam a sua luta e o engajamento em prol das creches, o que houve foi que esses movimentos começaram a ser cooptados. E quando se começa a ser cooptado as bandeiras de lutas só serão efetivadas se houver fiscalização e cobrança. Porque se eu brigo pelo que quero e não vou fiscalizar não vai sair do papel. Eu digo isso com muita humildade, nós temos essa compreensão, pois eu fui forjada, preparada para o Movimento Social cuja luta é árdua e longa e eu não consigo ser cooptada, ou me deixar cooptar, pois se eu fizer isso estarei ferindo meus princípios cristãos. Mas têm muitos colegas que se deixam levar pelas promessas e pelas facilidades e por isso se deixaram cooptar, (Florismar, entrevista/ 2013).

Percebe-se uma tristeza nessa afirmação, muitos de seus companheiros de luta se deixaram corromper, deixando de ser oposição para tornarem-se situação. Some-se a isto, o fato de que muitos deles se utilizam da sua posição dentro dos sindicatos, dos movimentos sociais, dos movimentos populares, associações de bairro dentre outros, para tirar proveito próprio. Nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff a postura endurecida do Governo em relação aos movimentos sociais e sindicais se mostra mais maleável, pois começam a fazer parte do Governo membros desses movimentos.

Assim, a oposição acirrada perdeu sua força, pois agora a oposição estava no poder, deixando de ser oposição para virar situação, e isso ocasionou rupturas dentro dos movimentos no país. A cooptação de algumas lideranças dos movimentos sociais causou indignação aos militantes que não seguiram o mesmo caminho, podemos perceber na fala de nossa entrevistada. E ao realizar este desabafo, Luzarina e Florismar, expõem uma fragilidade que necessita ser trabalhada para que o movimento social possa erguer novas bandeiras, sem se deixar abalar ou seduzir por promessas e/ ou benevolências que não favorecem a todos. A

cooptação dos movimentos sociais já se fazia presente desde o Estado novo, como aponta Torres (1997, p. 434).

É preciso lembrar que com o advento do Estado Novo, em 1937 vai haver um recrudescimento dessas organizações de mulheres, bem como de todo o movimento popular organizado, já que a política Getulista de cooptação das lideranças e atrelamento das entidades cede lugar à perseguição e à cassação tanto de líderes quanto das entidades da sociedade civil.

Desde então, essa atitude vem contribuindo para a fragilização do coletivo, dando subsídios para que a luta em prol do bem comum se enfraqueça, abrindo brechas para a corrupção interna dentro dos movimentos sociais. De acordo com Luzarina Varela,

O movimento de luta por creche não arrefeceu, nem diminuiu a força, mas, ele em parte se aliou ao Governo. Eu aprendi desde que entrei no movimento social que ou você é movimento ou você é governo, e hoje a gente vê muita gente do próprio movimento dentro das secretarias. A CUT baixou um decreto determinando que todo sindicalista afiliado a ela se for assumir cargo no Governo Federal, Estadual ou Municipal tem que se afastar das suas funções de sindicalista renunciar mesmo. E isso está certo, porque se você é sindicalista e vai para o governo, você vai defender quem? O Governo é claro (entrevista/ 2013).

Na opinião de Dulci (2010, p.144), “longe de jogarem a toalha ou serem cooptados, os movimentos sociais foram fundamentais para o fortalecimento da governabilidade e legitimidade”, justificando enquanto secretário-geral da Presidência da República durante o governo Lula, a presença de militantes dos movimentos sociais no governo.

Para as feministas entrevistadas neste estudo é claro o fato de que as lideranças que foram para o Governo calaram sua voz em favor do povo e dos trabalhadores, pois como diz o ditado bíblico “não se pode servir a dois senhores”.

Luzarina e Florismar abraçaram causas coletivas, sem se deixar iludir por promessas e favores pessoais, pois têm consciência de que o compromisso assumido foi selado com princípios éticos com o empenho na luta, com a certeza de estarem lutando por uma causa justa em benefício das mulheres. E a creche pública é uma delas. Caldas (1997, p. 444) ressalta que “a questão da creche representa a principal bandeira de luta na organização das mulheres operárias do Distrito Industrial de Manaus”.

Esta bandeira de luta tem se mantido erguida, mesmo diante das inúmeras dificuldades impostas às mulheres. Neste atual governo da Presidenta Dilma, após reivindicações e lutas, a creche tem merecido lugar de destaque na pauta das políticas públicas, haja vista os

investimentos feitos pelo Governo Federal com vistas a ampliação do quadro de creches em todo o país. Esperamos que haja um compromisso maior de nossos governantes, para a ampliação deste quadro aqui em Manaus, pois a luta continuará conforme expressa Florismar:

A luta por creches de qualidade não vai parar, essa luta não pára enquanto as creches não forem efetivadas. Nós queremos creches que sejam realmente estabelecidas enquanto Política Pública, pois, ela não é um programa, ela é uma política. E quando elas estiverem estabelecidas plenamente então poderemos dizer que temos uma política pública de creche, no momento não, pois como dizer que temos uma política de creche no Amazonas se não temos creches. Se não dá pra fazer uma creche em cada bairro, vamos fazer pelo menos uma creche por Zona da cidade, para atender minimamente, mas não é isso que nós queremos, nós queremos creche para quem precisa e não apenas um atendimento mínimo (entrevista/ 2013).

De acordo com Faria; Silveira; Nobre (2000, p. 29) “ o atendimento cotidiano de saúde ou educação enquanto política pública é visto como algo dirigido aos setores mais pobres da população, e não como uma política universal”. Ou seja, pontuais, minimizadas, direcionadas à população mais pobre, quando deveria ser uma política pública no sentido amplo que pudesse atender a todos indistintamente.

O Estado não pode se ausentar de suas responsabilidades em propiciar políticas universais que possam atender a todos como é a política pública de creche, pois ela atende a família, com cuidados direcionados às crianças, que certamente trarão benefícios para toda a sociedade e não apenas para as mulheres, embora sejam as mulheres as vozes que clamam pela efetivação desta política pública.

Que suas vozes possam ser ouvidas, pois são mulheres que sonham com uma sociedade melhor, com pessoas mais conscientes de seu papel social, com representantes do povo mais comprometidos, com direitos garantidos porque só assim teremos um mundo melhor. Mulheres que trabalham e que deram seu sangue e suor no desenvolvimento de nossa cidade e que merecem ser ouvidas e respeitadas.

CAPITULO II - A CRECHE PÚBLICA EM MANAUS, SEU RECONHECIMENTO OU DESCONHECIMENTO

Um sujeito é sempre ao mesmo tempo liberdade e história, projeto e memória. Se for só projeto, individual ou coletivo, ele se confunde com suas obras e nelas desaparece; se for só memória, torna-se comunidade e deve submeter-se aos depositários da tradição.

(Touraine)

2.1 A Creche Municipal Eliana de Freitas Moraes, seu pioneirismo e os serviços prestados.

A Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes está localizada na área urbana da cidade de Manaus, na Rua 16 de Agosto, S/Nº, Riacho Doce III, no bairro da Cidade Nova I, zona norte da capital do Estado do Amazonas. Foi inaugurada no dia 13 de junho de 2008, e formalizada, com o Ato de Criação, pela Lei Nº 1.296 de 02 de dezembro de 2008 com o objetivo de assegurar os direitos da criança, oportunizando às mesmas uma formação de qualidade que desenvolva seus aspectos biopsicossocial e educacional dentro de uma formação integral.

Nasceu de demanda antiga da luta por creches das mulheres dos diversos movimentos sociais e comunitários de Manaus. Uma luta travada em princípio, pelas mulheres industriárias conforme vimos anteriormente e que, com a diminuição da prestação dos serviços de creche no DI e na cidade, a procura por instituições infantis que oferecessem esses serviços se fez latente, chamando atenção dos políticos concorrentes à Prefeitura Municipal de Manaus, mais especificamente no ano de 2004.

A creche utilizada como plataforma de campanha do candidato a prefeito pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB Serafim Fernandes Corrêa que, prometeu construir 5 (cinco) creches públicas em seu mandato, teve um peso significativo para que o mesmo conseguisse ser eleito no pleito de 2004, já que este foi um pleito muito concorrido.

Este pleito eleitoral surpreendeu a muitos, pois os candidatos mais votados no primeiro turno foram Amazonino Mendes do PFL com 43,49% das intenções de voto, destacando-se como mais cotado pela imprensa local a vencer as eleições, e Serafim Correa do PSB com 28,77% da preferencia do eleitorado. A surpresa deu-se diante da reviravolta no

segundo turno em que o candidato Serafim Correa conseguiu se eleger com a maioria de 51,68% dos votos válidos, contra 48,31% dos votos de seu oponente. (Superior Tribunal Eleitoral do Amazonas - STJ-AM, 2012).

Com a vitória no pleito eleitoral o recém-eleito Prefeito de Manaus passou a receber cobranças constantes dos movimentos sociais referentes à sua plataforma de campanha que incluía a construção de creches públicas. Inicia, então, em 2007, a construção da primeira creche municipal de Manaus. Sua localização é estrategicamente escolhida, o Riacho Doce III. Este local no comando do Prefeito Serafim Correa foi considerado área de risco por ter seu entorno circundado por barrancos de grande altura que foram ocupados irregularmente.

Nesse local, vários acidentes com deslizamentos de terra ocorreram levando famílias ao prejuízo com seus pertences. A defesa civil interditou por diversas vezes a área, mas como não ocorria uma fiscalização contínua, a área voltava a ser ocupada indevidamente. Com o intuito de melhoria na moradia dos moradores dessa comunidade a Prefeitura de Manaus implementou a urbanização do local estruturando-o e pavimentando as ruas, e somente em meados de 2007 deu início à construção da creche pública.

Inicialmente a proposta da creche era prestar atendimento à população do Riacho Doce I, II e III e seu entorno, buscando atender seus habitantes cuja população naquele período aproximava-se de 40.000 habitantes, conforme dados da Secretaria Especial para Articulação de Políticas Públicas da Prefeitura de Manaus (2008), uma construção que certamente atenderia a população carente.

Com o término das obras da creche a Prefeitura de Manaus iniciou por toda a área do Riacho Doce I, II e III, uma propaganda com a utilização de carro de som, convocando os moradores a realizarem um cadastro pleiteando a matrícula na creche. É o que relata um morador pai de uma criança atendida nesse período pela creche:

A gente via a construção sendo feita e achava muito bonito e quando o carro de som passou pedindo que fosse fazer o cadastro para a visita da assistente social, a minha mulher foi. Então a assistente social veio nos visitar, explicou que eles dariam preferência para as mães que estavam trabalhando e que moravam no Riacho Doce, porque não tinha vaga para todo mundo (Cravo, 38 anos, entrevista/ 2013).

Ressalte-se que a busca por vagas inicialmente se deu com certa desconfiança, pois algumas mães tiveram experiências negativas com seus filhos que ficaram sob os cuidados de pessoas estranhas e até da própria família. Veiga (2005, p.85) expõe que essas desconfianças atingiam também as trabalhadoras da creche, pois “as pioneiras das creches comunitárias

foram profundamente marcadas pela intensidade dos esforços exigidos, solicitação incessante das mesmas pessoas, críticas e oposições encontradas na própria família”. Havia uma preocupação das famílias referente aos cuidados, pois eram muitas crianças.



Foto nº. 1 Fachada da Creche Municipal Profª Eliana de Freitas Moraes/ Manaus 2012.
Fonte: Arquivos Fotográficos da Creche Municipal Profª. Eliana de Freitas Moraes

Mas na medida em que as mães faziam seu cadastro e viam as instalações da instituição, falavam para seus vizinhos sobre a aparência do local e sobre os profissionais que trabalhariam no mesmo, enfatizando que seriam professoras e com essa divulgação crescia a cada dia a procura por um cadastro na creche.

Deste modo, a procura por uma vaga ultrapassou em muito o quantitativo esperado. Inicialmente o quantitativo de vagas que fora estabelecido para o atendimento do Riacho Doce era de 182 vagas, mas foi preciso ampliar o número de vagas para 210 vagas, para atender parcialmente a grande demanda.

Com a creche divulgada na mídia, a procura por vagas extrapolou os limites do Riacho Doce, e a busca por vagas nesta instituição estendeu-se a pessoas de todas as zonas da cidade e não apenas da zona Norte. A procura se mostrou muito superior ao quantitativo de vagas que a Creche Municipal tinha a oferecer, podemos visualizar na tabela que ilustra o quantitativo inicial de crianças atendidas e seu bairro de origem.

BAIRROS ATENDIDOS PELA CRECHE MUNICIPAL PROF^a. ELIANA DE FREITAS MORAES EM 2008	Nº	%
Riacho Doce I, II, III	143	68%
Campo Dourado	21	10%
Cidade Nova	19	09%
Jorge Teixeira	9	04%
Nova Cidade	4	02%
Monte das Oliveiras	4	02%
Centro	4	02%
Distrito Industrial	2	01%
Alvorada	2	01%
Franceses	2	01%
TOTAL GERAL	210	100%

Tabela 1: Bairros atendidos pela Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes.
Fonte: Ficha de Anamnese da Creche Municipal. Eliana de Freitas Moraes (2008).

Evidencia-se com essa procura a necessidade das mulheres ao atendimento em creches públicas para seus filhos e não havia indícios de construção de outras creches na cidade, apenas promessas, pois a Creche Professora Eliana de Freitas Moraes inaugurou em plena efervescência da campanha eleitoral de reeleição do Prefeito Serafim Correa, o qual não foi reconduzido ao cargo.

Pelo fato de esta creche ser a pioneira na prestação destes serviços públicos às crianças, a instituição assumiu como prioridade na sua proposta pedagógica inicial a garantia de vagas para as famílias mais pobres, a saber:

Embora compreendendo a Educação Infantil como direito de toda criança, a Secretaria Municipal de Educação, cumprindo orientações do Plano Nacional de Educação, prioriza o atendimento às crianças, filhas de trabalhadores de menor renda, que não dispõem de local adequado para atender as necessidades das crianças na faixa etária específica (Diretriz Pedagógica da Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes 2008, p. 6)

A Secretaria Municipal de Educação - SEMED procurou justificar o atendimento prioritário que seria prestado na primeira creche municipal, reprimindo a grande demanda e o direito social à creche por falta de infraestrutura em termos de equipamentos sociais e de recursos humanos. De acordo com Gramsci (2012, p. 100-101),

O direito é o aspecto repressivo negativo de qualquer atividade positiva de civilização desenvolvida pelo Estado. Na concepção de direito deveriam ser

incorporadas também as atividades ‘premiadoras’ de indivíduos, de grupos etc.; a atividade elogiável e meritória é premiada assim como a atividade criminosa é punida (e punida de modo original, fazendo a opinião pública intervir como sancionadora).

É preciso admitir que, assim como para os mais carentes essa prioridade constitui-se na garantia de direito, para outras famílias que também precisavam de uma vaga na creche para deixar seu filho, e não conseguiram, essa decisão foi um castigo, uma punição, pois as deixou de fora, negando-lhes o direito outrora estabelecido à educação infantil.

A Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes recebeu esse nome em homenagem à professora Eliana de Freitas, que nasceu no dia 10 de junho de 1945 em Manaus. Filha de Arnaldo e Raimunda Moraes, formou-se Professora Normalista, depois formada em Pedagogia, iniciou sua carreira de professora na Rede Estadual de Ensino, assumindo mais tarde cargo de diretora de escola na Rede Municipal de Ensino.

Essa mulher dedicou 29 anos de sua vida à educação e segundo seu currículo essa dedicação se deu devido sua crença que visualizava a figura do educador de modo diferenciado e específico, dizendo que “a missão do educador é a de promover a autonomia moral e intelectual do aluno, tornando-o cidadão ativo e criativo na sociedade”.

Uma mulher que fez da causa da educação seu modo e objetivo de vida., assumindo uma opção política de educadora libertadora como pontua Gayoto (1992, p. 29), “o educador de creche precisa fazer uma opção política: ou ele concorda em só dar alimento, e daí cria na creche uma estrutura de doação aos necessitados, ou o educador faz uma opção política de uma educação para a libertação dele com o educando”.

A Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes tem apenas quatro anos de existência e por ser a primeira creche pública municipal a oferecer atendimento às crianças de 0 a 3 anos no município de Manaus, sempre teve uma procura por vagas muito superior à sua capacidade. Essa busca traz à instituição diariamente pessoas de todos os cantos da cidade com o intuito de conseguir vaga para colocar seus filhos. São pais e mães trabalhadoras inseridos no mercado formal, bem como mães que trabalhadoras autônomas precisam deixar seus filhos em creche e outras que saem em busca de emprego para garantir o sustento da família, ou ainda para estudar e se qualificar.

Essa constatação vem exatamente ao encontro daquilo que desejam os movimentos sociais conforme vimos nos relatos de Luzarina Varela e Florismar Ferreira. Ou seja, que os serviços de creche possam atender a todas as pessoas que dele necessitem e não apenas as

mães trabalhadoras. No entanto, é preciso compreender que como o atendimento ainda é mínimo, há necessidade de se priorizar as famílias mais necessitadas na oferta deste atendimento. Sposati; et al (2008, p. 3-4) pontuam que,

A assistência social no contexto das políticas sociais vem se comportando como um campo de benesse pública e privada ao ‘necessitado’, como uma não política, como um sistema que se autonega, sem visibilidade. É opaca, fluida e desconhecida do grande público [...]. Ainda que de forma precária, a assistência social é o mecanismo principal através do qual os ‘destituídos’ têm acesso a serviços sociais e urbanos tais como creches, abrigo para idosos, programas de geração de renda, habitação etc.

Dentro dessa realidade de assistência social, a creche municipal Prof^a Eliana de Freitas, tem prestado esses serviços públicos orientados pela SEMED e com o apoio técnico de profissionais do Serviço Social e equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social Pública (SEMASP). Esta secretaria possui profissionais de Serviço Social, Pedagogia, Psicologia e Fonoaudiologia, que dão suporte educacional aos alunos da rede pública municipal, atendendo o que designa o Conselho Municipal de Educação de que “a Educação Infantil tem como finalidade, o desenvolvimento integral da criança até 06 (seis) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em complementação a ação da família e da comunidade” (Resolução N°04/CME/98 Aprovada em 05.03.98).

A creche municipal vem desempenhando seu papel sem desvincular-se do contexto social no qual está inserida, levando em conta a situação dos pais responsáveis pelas crianças que são atendidas pela instituição. A creche possui papel fundamental no âmbito educacional e social. Suas ações proporcionam a construção de conhecimentos e de cultura visando à formação integral da criança, assim como amplia o convívio social das mesmas propiciando interação não apenas delas, mas de seus familiares com pessoas de níveis sociais e culturais diferentes. Isto oportuniza a partilha de conhecimentos de mundo diversos dentro da comunidade escolar e local

O trabalho é o ponto que une as mulheres, quer seja pela necessidade de sustento da família e/ou complemento de renda, quer seja pela satisfação pessoal e profissional das mulheres. E para que estas necessidades sejam sanadas, a busca por serviços de creches de qualidade é freqüente, pois a demanda é cada vez maior devido às preocupações com os cuidados primários para com as crianças. Cuidados que devem remeter para o desenvolvimento integral da criança.

A Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes valoriza a criança em sua totalidade, pensa a criança como um sujeito que tem sua história e que ao mesmo tempo a está construindo. Por esta razão apresenta em seu Regimento Interno ações administrativo-pedagógicas voltadas para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, reconhecendo a tomada de decisão da equipe escolar e comunidade local, oriundas de discussões coletivas sobre o Projeto Político Pedagógico. De acordo com a pedagoga da instituição,

Nos utilizamos os suportes pedagógicos exigidos pelo sistema educacional, mas com crianças pequenas os conhecimentos práticos são mais utilizados no dia a dia. Precisamos levar em conta a situação familiar de cada uma, sendo nossa prioridade oferecer uma educação de qualidade, e para que isso aconteça, não basta só a escola fazer a sua parte, a família é o ponto chave nesta caminhada. O serviço social faz essa ponte, traz a família pra escola e procura fazer com que a família entenda suas responsabilidades e participe desse processo de aprendizagem que está além do cuidar (Petúnia, 34 anos, entrevista/2012)

Para Kramer (2005, p. 83) o “cuidar é uma ação/atividade que afeta tanto quem cuida como quem é cuidado”, e esse cuidado que se restringe inicialmente a família, se estende aos membros mais próximos de uma comunidade. Neste caso, à creche como comunidade escolar, cabe o cuidar que se amplia e se insere no educar. Estando os cuidados educacionais em complemento aos cuidados familiares.

A creche municipal Eliana de Freitas possui uma estrutura física de excelência com 10 (dez) salas de aula amplas que propiciam às crianças um amplo espaço para atividades diversas que vão desde as pedagógicas e lúdicas direcionadas e acompanhadas, até o espaço adequado para o descanso dos infantes.

As salas são divididas por maternal, ou seja, por idades específicas sendo o maternal I a turma de crianças de 1 ano de idade, os maternais II as de 2 anos e os maternais III destinam-se às crianças de 3 anos de idade. Cada maternal possui um número limitado de alunos e proporcionalmente a eles um número específico de professoras.

Respeitando as especificidades o maternal 1 por ter crianças em idades mais tenras tem um limite de 16 crianças que são cuidadas e educadas por 3 (três) professoras conjuntamente, e o maternal 2 cujo limite máximo chega a 20 (vinte) crianças também possui 3 (três) professoras em sala e somente o maternal 3 cujo limite também é de 20 (vinte) crianças tem 2 (duas) professoras por sala de aula. É por este motivo que o quantitativo

profissional da creche é completamente diferenciado das escolas de educação infantil, sendo bem mais amplo devido sua especificidade.

Além dessas 10 (dez) salas, há mais 2 (duas) salas extra, as quais são utilizadas para atividades diversificadas, sendo uma a ludoteca que é o local onde as crianças podem assistir vídeos, ouvir historinhas, ter contato com brinquedos diferenciados dos da sala de aula, assistir um teatro de fantoches ou uma peça encenada pelas professoras, enfim, um lugar lúdico que visa estimular a imaginação das crianças ao mesmo tempo em que propicia entrosamento e oportunidade de novos conhecimentos.

A outra sala disponível é a sala destinada à efetivação da educação física. Essa atividade é específica e direcionada de acordo com a idade das crianças, na qual são observadas as peculiaridades individuais de cada uma desde o seu peso e altura até seu desenvolvimento físico-motor. A partir dessa avaliação, a coordenação e o Serviço Social são comunicados para um acompanhamento mais detalhado da criança caso haja necessidade. Ressalte-se que a creche possui uma professora de educação física plenamente qualificada para o desenvolvimento dessa função direcionada às crianças pequenas.

Além das salas há 2 (duas) salas de banho com diversos banheiros individuais assim como chuveiros. Esse local é específico para o uso das crianças de 2 (dois) e 3 (três) anos. Neste local que é devidamente adequado com vasos, chuveiros e pias de acordo com o tamanho das crianças, são trabalhadas as noções de higiene, assim como são estimulados a independência das crianças e o controle dos esfíncteres. Para os bebês de 1 (um) ano, a assepsia e banho são feitos sobre bancada específica com cubas para banho.

As áreas de uso coletivo da instituição são o refeitório, local de alimentação de todos, inclusive dos bebês de 1(um) ano que ficam nos cadeirões, habituando-se assim a comer coletivamente. Nesse ambiente, as crianças são estimuladas a se alimentarem sozinhas, mas sob supervisão direta das professoras.

O parquinho é o local preferido da maioria das crianças, pois fica na área externa das salas e num local descoberto, gramado com brinquedos apropriados para as idades trabalhadas. Neste local as crianças interagem por meio de brincadeiras coletivas e “faz de conta”⁹. Desenvolvem habilidades de subir, descer, correr, pular, pegar, além de aprenderem a conviver coletivamente.

⁹ São brinquedos e brincadeiras que proporcionam, além de gostosos momentos de diversão, um espaço lúdico para o aprendizado, a imaginação e, sobretudo, a criatividade. Trata-se da genuína experiência do brincar na qual a criança desenvolve habilidades motoras, exercita o raciocínio lógico, aprimora os relacionamentos e encontra um lugar de expressão para os seus sentimentos. (Revista Nova Escola, 2013).

Para que essas habilidades sejam desenvolvidas de forma coerente, os profissionais de educação responsáveis por conduzi-las devem se enquadrar nas definições exigidas pela LDB (Lei n. 9.394/96, art. 62), que atribui a eles “à função de cuidar e educar crianças em creches e pré-escolas o caráter de função docente”. Do mesmo modo há exigências quanto ao espaço físico que deve ser adequado para atender as necessidades específicas de crianças pequenas.

A qualidade dos serviços oferecidos pela Creche Municipal Profª Eliana de Freitas Moraes atende os padrões de exigências do MEC- Ministério da Educação e Cultura¹⁰ quanto a sua estrutura física. Ocupa uma área adequada com espaços definidos conforme o padrão exigido pelo MEC, embora ainda tenha problemas pontuais e específicos como o piso do banheiro das crianças que não é antiderrapante, e para solucionar temporariamente o problema a gestora providenciou tapetes específicos para esta área da instituição. Vale ressaltar que o modelo padrão do MEC não leva em conta a especificidade da Amazônia com um clima muito quente e úmido sendo desnecessário o solário, pois com um playground ao ar livre o solário é desnecessário, podendo aproveitar seu espaço na ampliação das salas. A especificidade e modelo padrão exigidos pelo MEC mostramos na figura a seguir:

Modelo de creche padrão estipulado pelo MEC

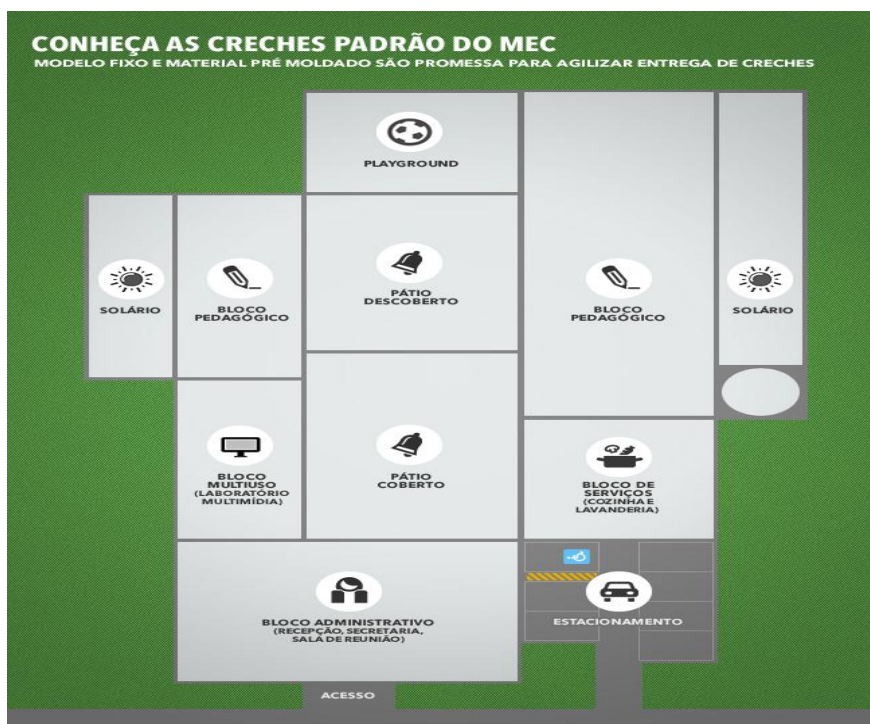


Figura nº 2: Modelo Padrão estipulado para as creches pelo MEC.
Fonte: FNDE 2012

¹⁰ No Portal do FNDE 2012, contém todas as informações, plantas e requisitos exigidos pelo MEC para as Creches financiadas pelo Governo Federal. 2012.

É preciso analisar com certa parcimônia este modelo estipulado pelo MEC como “modelo padrão” pois, é um modelo mais apropriado para as regiões Sul e Sudeste e não necessariamente para a região Norte e Nordeste. A região Norte é mais quente e úmida sendo este modelo com solário e pátio descoberto inadequado haja vista em períodos de calor nossas temperaturas chegarem aos 40° graus. Na única creche municipal existente em Manaus temos um pátio coberto com telhas transparente para propiciar maior claridade, porém, devido a incidência do sol, as telhas desse modelo não conseguem reter o calor deixando o ambiente interno da creche muito mais quente.

Devido a esta situação, foi necessário solicitar à SEMED a substituição das telhas transparentes por telhas comuns para minimizar o calor ocasionado por esta maior incidência de luz solar. Deste modo, acreditamos que não deveria haver um padrão único, mas sim um padrão para direcionar a qualidade de uma instituição pública que vai atender crianças, que possibilitasse mudanças e melhorias de acordo com a realidade de cada região, respeitando suas especificidades.

O MEC estipula tanto o padrão físico das creches quanto o padrão dos profissionais que desenvolvem funções diversas na instituição, procurando responder aos anseios dos movimentos sociais com relação à qualidade dos serviços públicos oferecidos, que outrora não atendiam minimamente as necessidades sociais da população usuária. Neste sentido, Florismar Ferreira, foi questionada pela TV Cultura de São Paulo sobre o porquê de as participantes do Fórum de Mulheres terem sido contra as “mães sociais¹¹”. Ela revela qual foi o teor desta entrevista nos seguintes termos:

Eu tive que relatar porque nós éramos contra a mãe social, porque nós queremos uma creche que ofereça qualidade de vida, educação e segurança para essas crianças e não que elas sejam colocadas em qualquer lugar sem estrutura, com pessoas que não estão qualificadas para cuidar delas como se fossem um objeto qualquer colocado em um depósito. Porque quando a gente luta pela conquista da creche nós queremos qualidade, nós não queremos um depósito de crianças e pra isso é preciso ter Psicólogos, Assistentes Sociais, Pedagogos e Professores qualificados, pra trabalhar com nossas crianças, pois nós estamos formando cidadãos. E isso a gente tem colocado em todos os espaços em que a gente vai, deixando claro que nós

¹¹ Programa Mãe Social em Manaus foi implantado no Governo de Amazonino Mendes em 2002 e cadastrava famílias e/ou mulheres que estivessem dispostas a cuidar de crianças em sua própria casa, enquanto os pais trabalhavam, sendo necessário um cuidado integral, alimentando-as e educando-as. O projeto Família Social estava voltado para atender a demanda de crianças em idade pré-escolar - de dois a cinco anos - cujas mães, de baixa renda, que trabalham fora, não têm com quem deixar os filhos. Neste projeto, as casas de pessoas de bairros carentes foram transformadas em mini-creches. Em geral, as crianças ficavam sob os cuidados da moradora da casa que passava a ser conhecida como “mãe social”. Mais detalhes vide Revista Cidades do Brasil.com.br

queremos qualidade. Para que a gente possa garantir essa qualidade para as crianças Eu defendi isso na Convenção de Educação, que fosse respeitado o direito da criança porque ela precisa que sua educação seja trabalhada desde pequeninha e precisamos mudar os rumos da nossa educação que não está muito boa. (entrevista/ 2013).

Florismar Ferreira deixa claro que apesar de ser uma “boa intenção”, o programa da mãe social na maioria das casas em que as crianças ficavam não havia condições mínimas de higiene e nem tampouco um rigoroso controle da alimentação que deveria ser preparada para as crianças, apresentando negligência no aspecto educacional. Precisavam ser estabelecidos os atendimentos em creches públicas que oferecessem qualidade, dando dignidade às famílias e segurança às crianças.

Em seu pioneirismo não foram poucos os problemas enfrentados pelos gestores na administração da creche Prof. Eliana de Freitas Moraes pois tudo era novo em termos de creche, para a secretaria de educação do município que aos poucos foi se adequando à realidade a às necessidades específicas da creche. Uma adequação necessária desde a qualidade da merenda que deixou de ser considerada como merenda escolar, para ser considerada alimentação básica, até o aumento quanto ao número de professores que trabalham na instituição nas salas de referências¹².

As adequações foram sendo realizadas aos poucos, mas com seriedade, buscando priorizar as necessidades imediatas das crianças. O regimento interno da Creche Municipal prof^a. Eliana de Freitas Moraes é direcionado a partir do Regimento Geral das Escolas Municipais aprovado pela resolução n. 005/08 – CME/Manaus de 28 de agosto de 2008 cuja finalidade é de reestruturar as normas vigentes adequando-as às novas demandas legais e sociais. Este documento foi reestruturado em 2011 para servir como instrumento guia do gerenciamento educacional e como suporte para a elaboração dos Regimentos Internos das unidades de ensino, servindo como facilitador dos procedimentos normativos, técnicos e pedagógicos das instituições públicas.

O Regimento Interno da instituição atende às especificidades do Projeto Político-Pedagógico, que é a expressão real da vontade e necessidades locais, de cada unidade de ensino, com suas características e singularidades respeitadas, é esse regimento que estrutura as definições que se configuram como tomadas de posição política, teórica e ideológica por parte do coletivo da comunidade escolar da referida creche.

¹² É como são denominadas as antigas salas de aula nas instituições de creches de acordo com normas técnicas do MEC. 2013, repassadas pela Gerencia de Creches da SEMED.

Os pais dos alunos são representantes legais das crianças e da comunidade, sua participação é fundamental para que sejam traçadas metas para uma educação de qualidade no município de Manaus, mas, além das metas traçadas, os pais também são importantes fiscais na observância do cumprimento do regimento. Sua participação é fundamental para o desenvolvimento da criança. De acordo com Silva (2008, p. 78-79)

A ideia de que o atendimento em instituições educacionais desde os primeiros anos de vida é um direito de toda criança cujas famílias optem por essa alternativa para compartilhar os cuidados e a educação dos filhos é resultado de uma construção teórica e de uma luta política que envolveram atores diversos e que moldam esse sistema de ação, bem como uma mudança cultural que, se não está acabada, é aceita em larga escala e encontra-se institucionalizada por meio de ordenamento jurídico relativamente à infância, à família e à mulher.

Podemos observar que o estabelecimento dos direitos da mulher e da criança foram matéria-prima para essa construção teórica e luta política expressas nas lutas dos movimentos sociais. E as famílias têm papel fundamental para a construção de mudanças culturais que farão parte do desenvolvimento de seus filhos e filhas.

A Creche Municipal Eliana de Freitas Moraes tem como missão institucional ser a referência na prestação dos serviços educacionais em parceria com a família, conduzindo as crianças no caminho do autoconhecimento e auto-realização, incentivando-as no que diz respeito ao espírito de cooperação, criatividade e respeito às diferenças para o pleno exercício da cidadania. Vejamos:

Art. 3º A educação na Creche Municipal Profª Eliana de Freitas Moraes é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, nos processos formativos na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Regimento Interno, 2012, p. 8).

Art. 4º A Creche Municipal Profª Eliana de Freitas Moraes tem por objetivo implementar e acompanhar a execução da Proposta Pedagógica, elaborada com todos os segmentos da comunidade escolar, em observância aos princípios democráticos e submetida à aprovação pelo Conselho Escolar e validado legalmente pelo Conselho Municipal de Educação. (IBIDEM, p. 8).

Com uma visão de educação emancipadora a creche municipal procura desenvolver um trabalho educacional participativo, fazendo com que a família sinta-se um membro importante desse processo, atuando de forma dinâmica, criativa e interventiva, enquanto

participe da Proposta Pedagógica e do plano Nacional da Educação. Referido Plano foi apresentado recentemente em Conferência Educacional em todo o município de Manaus e está em pleno processo de reconstrução neste ano de 2013.

A creche municipal faz ao final de cada ano letivo um balanço das ações realizadas nesta unidade de ensino e uma de suas metas prioritárias é aumentar para 90% o índice de permanência dos alunos na creche, diminuindo assim a evasão escolar. Esta meta foi atingida em 2009 e 2010, mas obteve uma queda significativa em 2011 para apenas 79% de frequência, devido a um período longo de reformas na instituição de ensino.

O que podemos constatar nos gráficos referentes aos índices de promoção¹³ e abandono escolar da creche municipal. Para que haja mais clareza no entendimento dos gráficos apresentados vamos nos reportar à (promoção) dos alunos como sendo a permanência deles na instituição, vejamos os gráficos com os índices de promoção de 2009 a 2012:

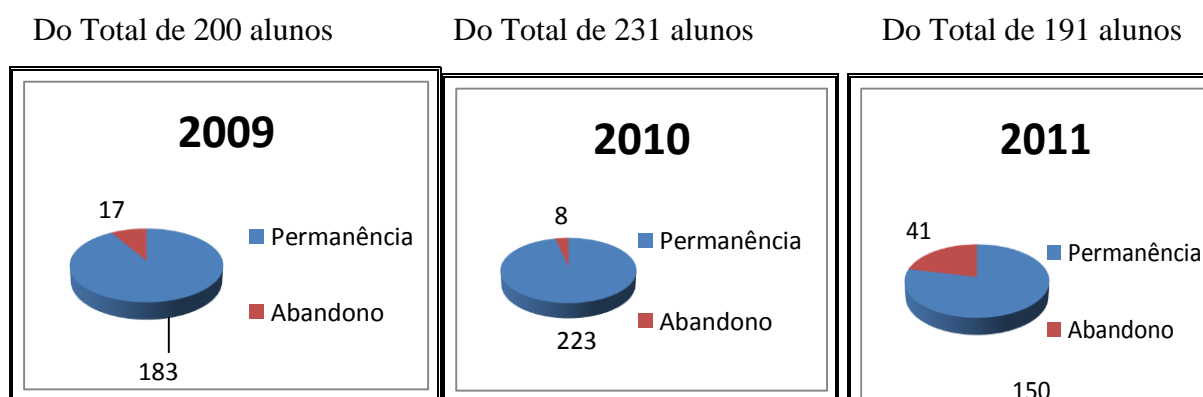


Gráfico 1: Ano de 2009

Gráfico 2: Ano de 2010

Gráfico 3: Ano de 2011

Fonte: Relatório Pedagógico da Creche Municipal profª Eliana de Freitas Moraes/ Manaus-Am

A não frequência no atendimento foi uma peculiaridade ocorrida devido a necessidade de reparos no telhado da instituição cujos danos foram ocasionados em função das fortes chuvas ocorridas no ano de 2011. Em 2012 a meta superou as expectativas e a frequência

¹³ Designação dada à progressão do aluno que passa de uma etapa educacional que deve estar em conformidade com a idade da criança para outra etapa mais elevada. Isto se deve ao fato de que na creche como na educação infantil não há reprovação ou aprovação das crianças de um ano para o outro. As etapas educacionais são realizadas respeitando as idades das crianças sendo consideradas a fase inicial de 0 (zero) até 6 (seis) meses a fase de berçário, de 6 (seis) meses até 1 (um) ano o maternal I, de 1 (ano) até 2 (dois) anos o maternal II, e de 2 (dois) anos até 3 (três) anos o maternal III. A partir dos 4 (quatro) anos de idade completos até 31 de Março, as crianças já devem ser matriculadas no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil, dando assim continuidade ao ensino regular de acordo com as normas da LDB (1996).

escolar melhorou consideravelmente passando para 89% conforme dados obtidos junto à Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes 2012. Vide gráfico a seguir:

Do Total de 224 alunos matriculados

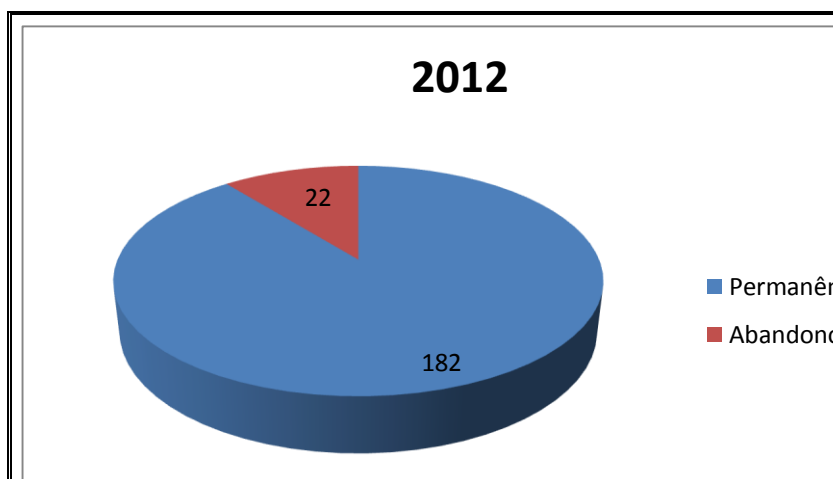


Gráfico 4: Ano de 2012

Fonte: Relatório Pedagógico Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes/ Manaus-AM

Para o ano letivo de 2013, espera-se a superação desta meta. Para isso, a creche municipal tem elaborado e posto em prática projetos de inclusão familiar e expansão educacional com vistas ao estímulo à participação mais efetiva da família na escola. Dentre os projetos educacionais podemos citar o Balé infantil como uma atividade lúdica que propicia o aprendizado por meio da dança e o Projeto Leitorim.

Este projeto de leitura visa à ampliação e formação de leitores mirins com a participação da família, pois são oferecidos livros infantis emprestados para que os pais possam ler histórias para seus filhos em casa e assim, as crianças possam recontá-las na creche, criando o hábito da leitura nas crianças e o resgatando com os adultos. Para Kleiman (2002), o processo de leitura¹⁴ torna-se cada vez mais simples quando o leitor passa a ler continuamente, pois, assim ele passará a conhecer o léxico e a semântica do texto e o hábito da leitura é importante para o aspecto da formulação de hipóteses.

Os projetos sociais envolvem um aparato mais diversificado e parcerias contínuas, dentre eles podemos citar dois que estão em fase de estruturação e efetivação que são a horta

¹⁴ A leitura não consiste apenas em decodificar símbolos linguísticos, mas sim, interpretar e compreender o sentido do texto. Nesse processo de compreensão e interpretação de leitura dos textos escritos estão envolvidos vários fatores como: processo neurofisiológico que seria: ao ler um texto os olhos apreendem os signos por pacotes sendo normal pular algumas palavras sem que perca o sentido, tem o processo cognitivo que é o conhecimento prévio que o leitor já possui ao ler determinados textos, o processo afetivo que está relacionado com o sentido emocional, sentido racional e o sentido sensorial do leitor assim como, o processo simbólico e o processo argumentativo maiores informações sobre o tema ver (Mirthes Moraes dos Santos, 2012).

escolar que conta com a participação e colaboração de pais, professores e o projeto “mãos amigas” cuja finalidade é dar suporte alimentar às famílias mais carentes das crianças da creche por meio de doações, melhorando assim a alimentação das crianças em casa e não apenas na instituição.

O reconhecimento da comunidade se expressa na busca pelos serviços da creche pública, não apenas pela comunidade do entorno, mas por famílias de toda parte da cidade. Essa busca se fez mais evidente na última eleição que colocou a creche pública mais uma vez na mídia, sendo novamente utilizada como uma das principais bandeiras de campanha de todos os candidatos à Prefeitura de Manaus. Está dentro das metas do Governo Federal a ampliação destas instituições em todo o país.

No momento já existem 4 (quatro) novas unidades de ensino na modalidade de creche em fase final de instalação, das quais já inalguraram recentemente três, sendo que duas já estão funcionando e a terceira em fase de organização de material para dar início aos trabalhos, conforme informações obtidas junto à SEMED. Esperamos que muitas outras creches públicas sejam inauguradas até o final do ano de 2012.

Com essas novas instituições em funcionamento, a Creche Municipal Eliana de Freitas Moraes deixa, portanto, de ser a “filha única” da Secretaria de Educação do Município de Manaus que terá agora que reforçar seu compromisso com a educação do município de Manaus no que diz respeito a política pública de creche.

2.2 Caracterização das mães de crianças usuárias dos serviços da Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes

A busca por políticas públicas para as mulheres é uma ação reivindicativa diária do feminismo e dos movimentos sociais como sendo uma das principais bandeiras erguidas no dia a dia do protagonismo político. Mesmo não estando engajadas nos movimentos feminista, as mães usuárias dos serviços sociais da Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes estão longe de se enquadrar no título de mulheres passivas e submissas, pelo contrário, são mulheres que demonstram sua força interior a cada passo dado, a cada luta travada no cotidiano, para manter seus empregos, para cuidar de seus filhos, para lhes dar a segurança e proteção, reivindicando para suas crianças possibilidades melhores que as suas.

São trabalhadoras que estão em luta constante pela manutenção e ampliação do seu espaço social, de reconhecimento, pois como cidadãs procuram cumprir com suas obrigações e compromissos, preocupadas principalmente com o cuidado e educação dos filhos. Os filhos que para essas mulheres são seu único bem, seu maior tesouro. Mulheres que enfrentam grandes dificuldades com os serviços públicos que vai desde o péssimo atendimento da saúde até as precariedades escolares que elas enfrentam com resistência, lutando por justiça. De acordo com Torres (2011, p. 114), “a resistência política tem sido o eco que reverbera exigindo respeito às diferenças. São vozes emancipatórias de mulheres e homens que encarnam a utopia de uma nova sociedade equânime e sem apartheid social, onde a justiça social fará sua morada”.

Essa resistência é confirmada nas ações das lideranças feministas ouvidas neste estudo que, ao entrevistarmos, ficamos inteiradas das inúmeras batalhas travadas pelo movimento de mulheres em Manaus dentre elas a luta abraçada mais recentemente que é pela humanização do SUS, para que não apenas as mulheres, mas toda a população possa receber um atendimento de qualidade. É uma luta que vem ao encontro das necessidades específicas das mulheres relativo ao tratamento de qualidade nas maternidades, sendo essa uma das bandeiras levantadas pelo movimento de mulheres nas conferências municipais, estaduais e federais. É o que revela Luzarina Varela, a saber:

Nós estamos em luta permanente pelos direitos das mulheres. No momento estamos lutando pela rede cegonha que a maternidade possa realmente dar um atendimento de qualidade à gestante que chegar e, se não houver leito que a própria maternidade faça o monitoramento e possa buscar e fornecer o transporte para levar essa grávida à outro local, dando suporte e segurança de

um atendimento de qualidade e não colocar a mulher para uma peregrinação atrás de uma maternidade que tenha leito (Entrevista 2013).

As grávidas sofrem muito mais no momento crucial de dar à luz do que durante todo o percurso da gravidez. Elas nem sempre contam com um atendimento digno. Também as mães que procuram os serviços públicos da creche municipal nem sempre são atendidas a contento devido a falta de vagas. São mulheres dos diversos bairros da cidade que procuram pela creche para matricular seu filho ou filha.

Os serviços da creche pública não absorvem as mulheres advindas do interior e de outros Estados. Ao observarmos a ficha de inscrição com os dados dos alunos da creche detectamos que a maioria das mães atendidas pela instituição pública são oriundas da capital Manaus, conforme podemos constatar na tabela a seguir:

Tabela de Local de Nascimento das mães de alunos da Creche Municipal.

Estado de Origem das Mães	Fi	Fr %
Manaus – Amazonas	120	60%
Interior do Amazonas	44	22%
Belém – Pará	04	2%
Interior do Pará	14	7%
Maranhão	06	3%
Ceará	04	2%
Piauí	04	2%
Outros Estados: SP, MG, BH	04	2%
TOTAL	200	100%

Tabela 2: Estado/ local de nascimento das Mães das crianças da Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes.

Fonte: Ficha de matrícula da Creche Eliana de Freitas Moraes/ Manaus 2012.

A maior procura se dá pelas mulheres manauense, seguido das mães oriundas do interior do Estado, sendo essa uma demanda da população local e não de famílias que vieram de outros estados para se estabelecer em Manaus. E Silva (2012, p. 39-40) ressalta que “cabe ao governo, em seus três níveis de poder, aplicar recursos financeiros e não financeiros para promover o desenvolvimento econômico e social, reduzir os desequilíbrios regionais e aumentar a qualidade de vida da população”. A ampliação da política pública de creche é

certamente um desses meios que devem e podem ser utilizados em Manaus para promover uma vida melhor para sua população.

As mães que procuram os serviços da creche o fazem conscientes de que ela é uma extensão do lar sendo, portanto, o lugar no qual seus filhos serão cuidados, alimentados e protegidos enquanto elas labutam pelo sustento familiar, por melhorias na qualidade de vida, por uma oportunidade de trabalho ou estudo. Ou seja, enquanto elas buscam realizar seus sonhos e anseios de um futuro melhor e mais digno para seus filhos e filhas. Silva (2012, p. 15) relembra que “o Brasil é uma terra de desiguais em termos de oportunidades e de condições de vida. O papel do Estado é tornar mais equitativas estas oportunidades a fim de amadurecer a soberania e o processo de desenvolvimento nacional”.

As políticas públicas são os meios pelos quais o Estado procura oportunizar esta equidade tão sonhada, sendo a política pública de creche um desses meios. A procura por vaga na creche pública se dá em sua ampla maioria pelas mulheres trabalhadoras seguido pelas mulheres que estão desempregadas e precisam deixar seus filhos na creche para procurar emprego. A creche também é um serviço para as mulheres que abandonaram os estudos muito cedo, especialmente mães adolescentes que querem continuar estudando, mas não tem com quem deixar seus filhos.

Outro fator significativo é o quantitativo dessas mulheres que estão trabalhando, seja no mercado formal ou informal, pois devido a demanda por vagas a creche priorizou as mães trabalhadoras e as crianças que encontram-se em situação de risco social eminente. É possível verificar que a grande maioria das mães de alunos da creche está trabalhando, mesmo as que relatam desemprego, afirmam que estão fazendo algum serviço eventual enquanto procuram um trabalho fixo.

Esta constatação se deve ao verificarmos as fichas de anamnese da instituição na qual consta a situação socioeconômica das mães das crianças matriculadas na creche Prof^a. Eliana de Feitas Moraes cuja situação trabalhista é informada. Foram consultadas 196 fichas de anamnese devidamente preenchidas pelas usuárias dos serviços da creche pública no início do ano letivo de 2012. O quantitativo de crianças matriculadas aumentou no segundo semestre de 2012 passando para um total de 204 crianças atendidas até o final de 2012, e as fichas das mães das crianças que entraram no segundo semestre letivo não foram inclusas nesta consulta. Acreditamos que o quantitativo de fichas consultadas é suficiente para expor a situação socioeconômica das mulheres que procuram os serviços da creche pública. Vejamos o gráfico a seguir:

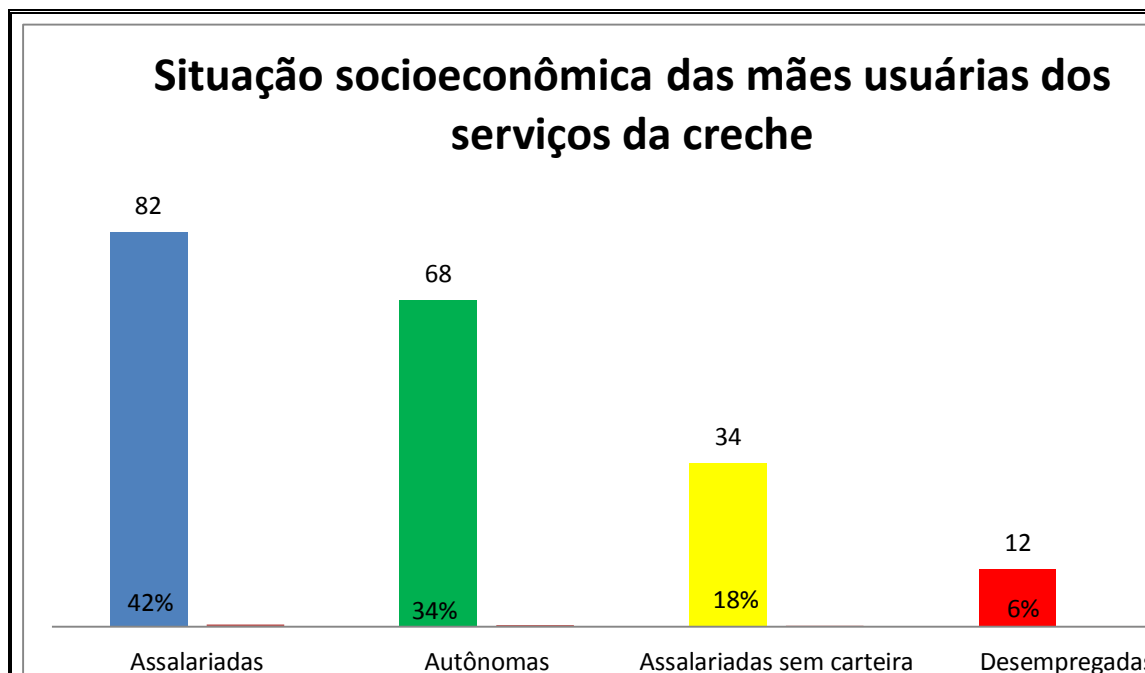


Gráfico 5: Situação socioeconômica das mães da creche.

Fonte: Ficha de matrícula da Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes / Manaus 2012.

O gráfico explicita que do total de 196 mães atendidas pela creche municipal a grande maioria é empregada com carteira assinada. As mães que também trabalham sem carteira assinada, no trabalho autônomo têm um percentual elevado, sendo 34% das mulheres usuárias dos serviços da creche. As mães que são assalariadas sem carteira assinada embora sejam em menor quantidade totalizam 34 mulheres que em sua maioria são empregadas domésticas e embora recebam um salário fixo não possuem registro em carteira e assim não podem usufruir dos direitos trabalhistas garantidos em lei. As mães que não têm no momento nenhuma ocupação remunerada são em menor número, demonstrando que as mulheres estão cada vez mais inseridas formal ou informalmente no mercado de trabalho.

Embora ainda haja algumas mães em situação de desemprego, esse número se mostra bem menor em comparação ao total de mães que trabalham. O trabalho formal com a carteira assinada ainda não atinge a metade das mães das crianças que se encontram na creche, pois conforme podemos perceber apenas 82 mulheres possuem a carteira de trabalho assinada. Há uma parcela considerável de mulheres no mercado informal, ou trabalhando de modo irregular, ou seja, obtendo um salário fixo, mas sem garantias trabalhistas da carteira assinada ou estão no trabalho autônomo, sendo em sua maioria diaristas. Bruschini, (2000, p. 31) assinala que “a grande maioria é composta por autônomas [...] que trabalham por conta

própria no domicílio, seja porque não conseguem emprego no mercado de trabalho, seja porque preferem a atividade domiciliar como estratégia conveniente para conciliar a atividade econômica com a doméstica”.

O trabalho informal com vendas de produtos que varia entre *lingeries* e produtos de beleza são na maioria das vezes a única alternativa de renda dessas mulheres, pois algumas não possuem qualificação profissional e outras nunca trabalharam com carteira assinada e, por isso, encontram dificuldades para a inserção no mercado formal devido à falta de experiência profissional. De acordo com Silvan (2011, p. 70).

A inclusão social da mulher deve ser discutida e estudada não somente sob o viés do trabalho, mas, também, sob aspectos práticos da vida, como o respeito à integridade física e o acesso à saúde integral, à educação de qualidade e a particularidades que dizem respeito não somente a mulher, mas à família como um todo, como à disponibilidade de creches em número suficiente para amenizar a rotina das mães que atuam fora do ambiente doméstico.

Não deve ser apenas o mercado formal de trabalho que deve caracterizar a exclusão da mulher na sociedade, às vezes, elas são excluídas da educação, da saúde, do lazer e de muitos outros serviços de proteção social. É, pois, reconhecendo-as como sujeitos de direitos que os profissionais da creche municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes presta-lhes um atendimento a contento, ouvindo-as em suas demandas compreendendo suas lutas, medos e anseios com relação à creche.

Grande parte dessas mulheres são as responsáveis pelo sustento da família. Essa realidade vem ao encontro do que mostra o IBGE (1991) quando revela que houve um considerável aumento das mulheres chefes de famílias. Há uma estimativa de 21,9% do total de mulheres no Brasil na chefia da família, que foi ultrapassada em 2000 para um percentual de 25% tendo crescimento contínuo em 2008 para 34,7% de acordo com o IBGE (2000).

Na creche onde realizamos a pesquisa há um total de 200¹⁵ crianças matriculadas atualmente, em análise às fichas de anamnese da instituição coletamos amostragens que retratam que, de 196 fichas analisadas 74 destas mães se denominam solteiras num percentual de 38% o que demonstra que estas mulheres estão à frente de suas famílias como as principais provedoras, as que registraram na ficha situação de união estável totalizam 51 mulheres cujo percentual é de 26%, e as casadas totalizam 43 mães num percentual de 22% do total de

¹⁵ O total de crianças matriculadas é de 200 alunos, porém as análises das fichas de anamnese foram realizadas ainda no primeiro semestre de 2012 quando o total de alunos matriculados ainda era de 196 crianças, por isto, as fichas analisadas e inseridas nesta pesquisa totalizam 196.

alunos sendo que, muitas delas também trabalham para auxiliar na renda familiar. As separadas ou divorciadas que também proveem o sustento de sua família totalizam 28 mulheres sendo o percentual de 14% conforme o gráfico a seguir.

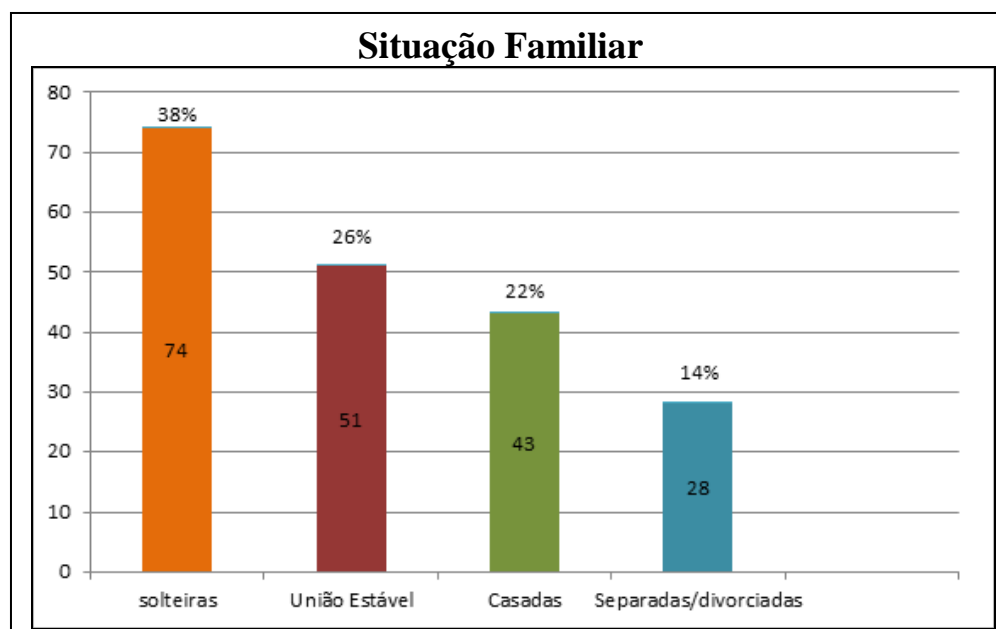


Gráfico 6: Estado Civil das Mães das Crianças da Creche Municipal Profª Eliana de Freitas Moraes
Fonte: Pesquisa de campo/ Manaus 2012.

Percebe-se que mesmo tendo um número significativo de mães que vivem com seus filhos em companhia dos pais e/ou padrastos, ainda é grande o quantitativo de mães solteiras que buscam a creche como alternativa de cuidado e educação para os filhos. Esse quadro é ampliado pelas mães que encontram-se separadas e/ ou divorciadas e que assumem a chefia feminina.

Berquó (2002) e Scott (2002) afirmam que a chefia feminina é um fenômeno urbano de caráter monoparental que tem em sua maioria mulheres com baixo nível de escolaridade, as separadas e as com menor poder aquisitivo. A própria condição de pobreza conduz essas mulheres ao mercado de trabalho quer para contribuir na renda familiar ou para assumir a chefia e responsabilidade da família, deixando os estudos forçadamente.

Goldani (2002) e Macêdo (2009) assinalam que as mudanças econômicas e as constantes transformações que atingiram as estruturas familiares não afetaram todas as famílias. Atingiram as mulheres com filhos pequenos de famílias monoparental. Vitale (2002) assinala que a família monoparental é aquela de lares em que vive um único progenitor, com filhos que ainda não são adultos e casados, ou seja, filhos ainda crianças, estando nesta

situação a maioria das mulheres solteiras, separadas e ou/ divorciadas. Sendo estas as provedoras destas famílias.

Os dados do IBGE no Censo Demográfico de 2000 constatou que 24,5% dos domicílios tinham mulheres como responsável da família. A região Norte é a que apresenta uma proporção de 22,9 % de mulheres chefe de família e na cidade de Manaus essa proporção corresponde a 32,1%. Com o aumento mulheres no mercado das de trabalho tem ocorrido um acréscimo considerável desses dados. Com esses fatos a necessidade dos serviços públicos da creche é patente, necessário, para contribuir não apenas com a educação infantil, mas com os cuidados necessários que diminuem os riscos a que são expostas as crianças que não tem esses cuidados direcionados por um profissional capacitado.

Grandes parcelas dessas mães são inscritas no Programa Bolsa Família do Governo Federal¹⁶, ou estão inseridas em um dos programas de combate à pobreza. De acordo com Farah (2004, p.55),

Movimentos e entidades de mulheres no Brasil e no exterior passaram também a defender a proposta de que as políticas de combate à pobreza e outras políticas sociais tenham as mulheres como um de seus alvos prioritários. Essa proposta esteve presente na Conferencia Mundial sobre AS Mulheres de Beijing em 1995. Com base no diagnóstico de que as mulheres dos países em desenvolvimento são as mais atingidas pela intensificação da pobreza dos anos 80, em decorrência da recessão prolongada e dos programas de ajuste, recomendou-se a criação de programas de apoio a mulheres (acesso direto a crédito e geração de emprego e renda). Também no Brasil movimentos e entidades de mulheres recomendam que programas de combate à pobreza atendam prioritariamente as mulheres.

Essa recomendação tem se tornado real com os programas sociais que priorizam a mulher como principal beneficiária dentre eles o Bolsa Família, Mulheres Mil¹⁷, Programa de Titularidade de Terra, Economia Solidária na Geração de Emprego e Renda para mulheres e

¹⁶ Programa Bolsa família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Informações no sitio do FNDE, ou [www.mds.gov.br/bolsa família](http://www.mds.gov.br/bolsa_familia).

¹⁷ O programa Mulheres Mil do MEC surgiu em 2007 nas regiões Norte e Nordeste, em parceria com a Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses, atende atualmente 10 mil mulheres, matriculadas em 112 campi em todo o Brasil. Até o final deste ano, 20 mil brasileiras terão acesso aos cursos profissionalizantes em 214 núcleos de atendimento. A parceria com o Canadá viabilizou a adaptação das metodologias das faculdades comunitárias canadenses de ensino e de inserção no mercado de trabalho que existem desde a década de 1960 à realidade das mulheres brasileiras. A meta do MEC até 2014 é beneficiar cerca de 100 mil mulheres. Dados mais relevantes no Portal do MEC ou www.undimemg.org.br.

mais recentemente o Minha Casa Minha Vida, cujo cadastro é feito em nome da mulher, como beneficiária principal. Essa matricialidade se faz necessária à medida que se houver separação familiar são as mulheres que ficam com os filhos, tornando-se às vezes a única e principal responsável pelo provento deles.

Essa constatação é de fácil confirmação, haja vista os crescentes dados do IBGE (2010) referente à Manaus no que tange ao percentual de mulheres chefes de famílias que do total populacional de 1.802.014 pessoas, temos 211.671 mulheres chefiando suas famílias. Na região Norte e especialmente em Manaus a chefia feminina é superior à média nacional que é de 22,9% e em Manaus essa média sobe para 32,1%, sendo esse um dado crescente.

A necessidade de políticas públicas voltadas para o atendimento prioritário das mulheres é patente, dentre elas a efetividade da política pública de creche, pois na medida em que cresce diariamente o quantitativo de mulheres chefes de família deveria aumentar também o número de vagas nas creches, posto que as mães precisam trabalhar. Quanto mais forem efetivados esses serviços públicos, mais eles serão absorvidos pelas mulheres chefes de família haja vista o progressivo avanço da chefia feminina.

As mulheres que procuram a creche municipal tem uma renda familiar baixa, o que justifica sua inserção nos programas do Governo Federal. Sua renda mensal varia de 1 (um) a 4 (quatro) salários mínimos, sendo que a maioria dessas mulheres se enquadra na menor faixa salarial, como mostra o gráfico seguinte:

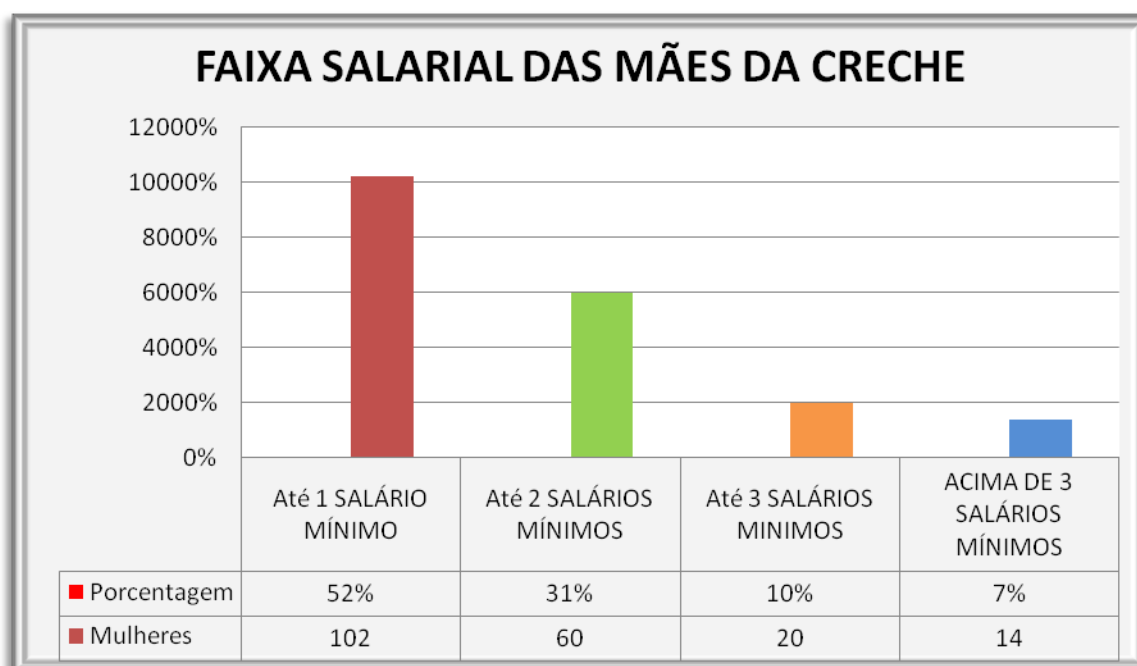


Gráfico 7: Faixa salarial de Mães/ responsáveis pelas matriculadas na Creche Prof^a. Eliana de Freitas
Fonte: Ficha de Anamnese da Creche Prof^a. Eliana de Freitas/ Manaus 2012.

Conforme o gráfico aponta mais da metade das mães das crianças que frequentam a creche municipal ganham 1(um) salário mínimo totalizando 102 mães nesta faixa salarial. As mulheres que ganham 2 (dois) salários mínimos são 60 do total de 196 cujo percentual é de 31% . as mães que ganham 3 (três) salários são em torno de 20 mulheres com um percentual de 10% e apenas 7% do total de mães de alunos da creche municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes ganham salários que estão acima de 3 (três) salários mínimos.

Bruschini (2000, p. 42) pontua que “apesar dos ganhos obtidos pelas trabalhadoras no que tange aos espaços ocupados no mercado de trabalho, os baixos rendimentos obtidos por elas e as desigualdades salariais entre os sexos refletem a permanência da discriminação sexual”.

Outro fator importante é a moradia dessas mulheres. A maioria delas mora em casas alugadas, aluguel que representa uma despesa significativa e que tem um peso grande no orçamento familiar, dificultando ainda mais a luta das mães que são chefes de família, para além de proverem sozinhas com o sustento da casa precisam também pagar a moradia.

Recentemente a Creche Prof. Eliana de Freitas Moraes teve cinco dessas mães contempladas pelo Programa Minha Casa, Minha¹⁸ Vida do Governo Federal com um apartamento. Essa conquista trouxe segurança para as famílias, com a certeza de uma moradia digna para seus filhos.

As mulheres que procuram a creche pública em sua maioria não dispõe de recursos financeiros que possibilitem o pagamento de uma babá para seus filhos, pelo contrário, algumas delas deixam seus filhos na creche para cuidar dos filhos de outras mulheres, abrindo mão do convívio com os seus para sustentar suas famílias como babás. Silva (2008, p. 142) assinala que esta situação repercute “ na experiência comum entre mulheres que sentiram na pele o peso de não contarem com apoio na criação dos filho, sentindo-se por vezes culpadas por uma ausência necessária”. Na tentativa de minorar essa ausência, as mulheres trabalhadoras procuram a creche para oferecer os cuidados necessários a seus filhos.

Ao preencherem a ficha de anamnese no ato da matrícula as mães respondem a várias perguntas sobre a saúde e desenvolvimento de seus filhos, através de dois questionamentos

¹⁸ O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMVO, tem como objetivo estabelecer os critérios e os procedimentos para a seleção dos beneficiários do PMCMV, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, no que se refere às operações realizadas com os recursos transferidos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR e ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS e às operações do PMCMV em municípios com população de até cinquenta mil habitantes, realizadas por meio de oferta pública de recursos. No item 4. Os Critérios de Seleção dos Candidatos dentre outros priorizam no item (b): famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. (<http://www.santamaria.rs.gov.br>. Acessado no dia 28 de janeiro de 2013).

que retratam sua necessidade e fragilidade situacional. O primeiro deles procura saber o porquê de elas procurarem uma vaga na creche para seu filho (a), e a resposta varia entre a necessidade de trabalhar e a busca por um lugar onde seu filho (a) possa se desenvolver em segurança. A segunda é o questionamento sobre o que essa mãe espera da creche. Vejamos os relatos:

Eu espero que minha filha se socialize, pois ela é filha única e que principalmente que ela seja bem cuidada. (Palma 31 anos, entrevista/ 2012).

Espero que a creche possa cuidar muito bem deles enquanto eu trabalho e que faça com que eles aprendam a gostar de estudar, espero que aqui eles possam aprender e se desenvolver pra quando crescer se tornar bons cidadãos. (Margarida 29 anos, entrevista/ 2012).

A preocupação que ocupa a mente das mães é o efetivo cuidado e segurança das crianças. Mas também de desejos de transformação social, com maiores possibilidades de socialização de seus filhos, almejando para eles um futuro melhor que o vivenciado por elas. São mulheres anônimas que abrem mão dos primeiros passos de seus filhos (as), que não ouvem as primeiras palavras pronunciadas com clareza, que se privam do abraço de satisfação e das risadas de gozo que só as crianças em sua inocência plena sabem emitir com naturalidade, sabem ser. As crianças também padecem da ausência de suas mães nesse convívio diário com seus filhos, sendo que grande parte delas só tem um contato maior com as crianças nos fins de semana. Silva (2008, p. 159-160) ressalta que,

O tempo que os pais passam no trabalho configura, em parte, suas necessidades relativamente ao atendimento de seus filhos pela creche, [...] e nessa direção há, sim, uma *carência*, no sentido de que, por melhor que a instituição possa se organizar, é bom que a criança tenha tempo de contato com os pais e os responsáveis por ela, no âmbito da família.

A carência atende tanto as mães quanto os filhos e filhas. São mulheres que quando chegam do trabalho, a criança já está dormindo só lhes restando o carinho sem retorno, o acariciar do rosto do filho (a) percebendo-o cada dia maior, mais forte, em pleno crescimento. São as mães que ao se privarem da presença de seus filhos indefesos, lhes protegem com a oportunidade de um convívio mais saudável, cercado de cuidados que ela mesma enquanto mãe, não pode dar.

A sociedade é composta por homens e mulheres que vivenciam realidades diferentes e necessitam ser compreendidos dentro dessa realidade. É preciso compreender que a

preocupação destas mulheres é parte de seu ser mulher e mãe. Touraine (2007, p. 46) ressalta que “a mulher ultrapassa seus papéis sociais pela experiência que ela tem da vida que se forma nela, e que não pode ser reduzida a um papel inconstitucional” pois, a mulher sente-se responsável pelo filho a partir da gravidez e depois que ele nasce sua responsabilidade só aumenta. Neste sentido que Touraine (2007, p. 46) assinala “é esta função de reprodução que coloca a mulher em desequilíbrio com os papéis sociais”, pois a mulher enquanto mãe sente-se culpada por não dar ao filho (a) a atenção devida.

Assim como as mães reconhecem a qualidade dos serviços prestados na creche, elas precisam que sejam reconhecidos seus esforços enquanto cidadãs, e que sejam respeitadas as especificidades da realidade vivenciada por cada uma delas. O reconhecimento de seu esforço é primordial para que elas possam certificar-se da importância de seu convívio com seus filhos, e com as pessoas que os acompanham da instituição.

As mulheres que buscam a creche, em sua maioria participam das atividades propostas pela instituição sempre que são convidadas, algumas se ausentando do trabalho, outras dos estudos, priorizando esses momentos de interação com o meio em que vivem seus filhos. Contudo, essas mães apesar de suas necessidades relacionadas aos serviços da creche, questionam também a ampliação desses serviços.

Os principais questionamentos são relacionados à saúde das crianças, pois à medida que são cobradas na sua responsabilidade materna condizente com os cuidados que devem ter para com seus filhos quando estão doentes, elas cobram da instituição uma “ajuda¹⁹” que está além do que a própria instituição pode oferecer. Ou seja, tratamentos que não podem ser realizados na creche, expondo aos profissionais da creche sua própria necessidade com relação ao trabalho. Vejamos seu relato.

As cobranças quanto à saúde do meu filho me incomodam bastante, pois não posso sair do trabalho a hora que quiser. E quando ele adoecer, ligo para que eu venha buscá-lo imediatamente, isso nem sempre é possível. Acho que deveria ter um médico na creche para cuidar das crianças nesta situação (Rosa, entrevista/2013).

É preciso que as regras e normas institucionais sejam esclarecidas neste momento, mostrando às mães aonde começa a responsabilidade da escola e aonde essa responsabilidade termina, sendo necessário que a família assuma sua responsabilidade no que tange ao cuidado

¹⁹ A ajuda nesse sentido se refere a solicitação das mães para que a instituição fique com a criança mesmo doente, ou que por vezes, faça o tratamento dessa criança mesmo em casos em que são necessários o uso de antibióticos, inalações e repouso médico recomendado.

para com seu filho, cabendo à escola o papel de cuidar e educar. Mas quando a saúde da criança está em causa, cabe à família esse cuidado primeiro e está estabelecido no ECA (1990) em seu Art. 4º a prioridade de efetivação dos direitos à vida, à saúde, à educação, etc.

Mesmo assim, sempre que ocorre uma situação emergencial de saúde com qualquer criança desta instituição e família não pode comparecer imediatamente, as providências quanto ao socorro imediato são iniciadas na própria instituição com a agente de saúde e caso haja necessidade a criança é levada ao serviço de pronto atendimento mais próximo acompanhada pela assistente social e uma professora.

A luta dessas mulheres é árdua demais e em alguns momentos elas procuram por ajuda onde não podem encontrar. Além de quererem ser ajudadas, se faz necessário que reconheçam seu papel de mãe e assumam suas responsabilidades, não esperando que a escola ou o Governo façam por elas. A luta do movimento social se dá também nesse sentido da busca por direitos e também do estabelecimento dos deveres, tanto do Governo, quanto da sociedade civil.

Para lutar pelos direitos e deveres deve haver engajamento e o que se percebe nos sujeitos da pesquisa é que não estão engajados em nenhum movimento social, nem tampouco nas associações de bairro. Indagadas sobre a participação das mães em algum grupo social ou movimento social, obtivemos as seguintes respostas:

Não, porque eu não conheço, nunca ouvi falar e porque eu ou ficava em casa quando estava grávida e depois que o meu marido me abandonou eu tinha que trabalhar e não tinha tempo nem de dar atenção pros meus filhos quanto mais de participar de associações (Amarílis 35 anos/ entrevista 2013).

Não, porque preciso trabalhar pra ajudar no sustento de meus filhos e não tenho tempo (Rosa/entrevista 2013).

Como diz o ditado popular “não se pode fazer o doce sem mexer no tacho”. Ou seja, não se pode obter conquistas sem luta, sem envolvimento, sem protagonismo político. Enquanto o movimento de mulheres está em luta pelo direito à creche no Fórum de Mulheres, muitas dessas mulheres nem sequer sabem que existe um movimento que luta para manter e garantir o direito a creche que elas tanto necessitam.

Às vezes o tempo, ou melhor, a ausência de tempo é a melhor desculpa que se usa para se ausentar das responsabilidades. Precisamos encarar as necessidades coletivamente, pois as conquistas só serão válidas se forem para todos e não apenas para uma minoria que para ser

inserida, precisa estar excluída. Esta ausência de engajamento social só tende a favorecer o capital. Iamamoto (2009, p.28) ressalta que,

[...] afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. Ela espraia na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil, redimensionando as lutas sociais. O resultado tem sido uma nítida regressão aos direitos sociais e políticas públicas correspondentes.

A falta de tempo e envolvimento também é utilizada por alguns pais e mães para justificar suas ausências das reuniões escolares, momentos preciosos de troca de informações. Mas convém refletir até quando a falta de tempo justificará a ausência dos pais e mães para com seus filhos. Um dia eles cobrarão e o preço a ser pago poderá ser a mágoa, a indiferença e o desamor.

Os atos de hoje das mães e pais, certamente refletirão nas atitudes de seus filhos no futuro, pois eles, os filhos, são espelhos de seus pais. As mães que participam mais ativamente das atividades na creche devem sempre ter em mente que seus atos irão incidir sobre seus filhos (as) e que colherão no futuro, o que está sendo plantado hoje.

Este alerta quanto a uma postura mais comprometida da família para com a criança em fase escolar tem sido trabalhado constantemente na creche por meio de palestras, orientações individuais e coletivas pelo Serviço Social da instituição visando estimular uma mudança de postura dos responsáveis em prol de seus filhos.

2.3 A visão das mães trabalhadoras sobre os serviços da Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes.

O reconhecimento de um serviço prestado pode por vezes invalidá-lo ou ratificá-lo, s depende da forma como é visto, se positivamente ou negativamente. As mães que utilizam os serviços da creche se mostraram bem a vontade para expressar sua forma de entendimento e atendimento recebidos na instituição.

O reconhecimento dos serviços e atendimentos na creche se expressa nas respostas dadas às nossas indagações. Ao se perguntada para quem à creche presta serviços, obtivemos a seguinte resposta:

Para mim, a creche presta um serviço primeiro pra mim, porque eu preciso trabalhar e não tenho como pagar alguém pra ficar com o meu filho. Depois eu acho que a creche atende o meu filho, pois as professoras cuidam dele direitinho, às vezes até melhor que eu, afinal, a creche atende a todos nós, a nossa família porque eu vou trabalhar despreocupada sabendo que o meu filho está bem cuidado. Já penso quando ele completar 4 anos como é que eu vou fazer, pois ele vai sair da creche (Rosa, entrevista/ 2012).

Para mim o serviço é para família que faz um conjunto, cuida da criança e ajuda a mãe, não dá pra separar (Amarilis, entrevista 2012).

Eu acho que o serviço é para as mães, pois eu vejo por mim. Quando consegui a vaga eu fui beneficiada é claro que aqui eles cuidam da minha filha, mas o atendimento primeiro foi pra mim mesmo (Margarida, entrevista/2012).

Percebe-se que há um reconhecimento dos serviços prestados à mulher e posteriormente às crianças e à família, colocando a importância do cuidado para com as crianças como fator fundamental para que a mãe possa trabalhar com tranquilidade e assim ter uma boa produtividade no seu trabalho. A ascensão das mulheres no mercado de trabalho desde a década de 1990 deu fôlego a questão de gênero. Silvan (2011, p.69) assinala que “a revolução silenciosa perpassa todo o tecido social em que se constroem as identidades relacionadas ao trabalho”.

Reconhecer-se como sujeito de direito é um processo de construção de si mesmo, sendo este um processo longo que só se efetiva quando a mulher se torna consciente de si, de seus direitos e deveres e assim vai à busca de estabelecê-los. Mesmo sem reconhecê-los como seus direitos e conquista, ela se reconhece beneficiária dos mesmos. Compreender que a

assistência social prestada pela creche é uma política pública, que estabelece direitos e deveres não é tarefa fácil. De acordo com Rezende e Cavalcanti (2009,p. 84/87),

A assistência social formulada como política pública, é direito de cidadania e, portanto, dever do Estado. [...] se está garantida sob o ponto de vista legal, esbarra nos tradicionais mecanismos sob os quais a prática da assistência, entendida como ajuda, caridade, benesse, favor, historicamente foi construída em nosso país.

As autoras assinalam que apesar da conquista dos direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, o estabelecimento dos mesmos ainda é visto sob a forma da “ajuda”. Constatamos também que há um desconhecimento desses direitos por uma importante parcela da população, ou seja, a que deles mais necessita, pois embora se reconheçam beneficiárias da creche algumas mães e pais não a visualizam como um direito seu e sim da família, vejamos seus relatos:

Bem, o serviço primeiro é para família que vai ser atendida e depois para criança que vai ser cuidada, mas não deixa de ser um serviço para família, especialmente para as mães que trabalham e em seguida para as crianças que são cuidadas (Tulipa 27 anos, entrevista 2012).

Eu acredito que seja um direito para família, pois a creche ajudou a nossa família a ter uma renda melhor (Cravo, 38 anos, entrevista 2012).

Á percepção da creche neste contexto pressupõe compreender as relações que envolvem a dinâmica familiar, pois é na vida familiar e cotidiana que se busca a existência e subsistência e Pinto (orgs. 2011, p.171) assinalam que “um olhar sobre a família, e especialmente sobre a mulher chefe de família supõe reconhecer que as condições adversas da vida podem impactar as relações familiares e sociais.

Ao reconhecerem a creche como um direito da família, essas pessoas reconhecem que este serviço tem impacto imediato em suas vidas, influenciado as suas relações sociais e trabalhistas, visualizando esta instituição pública além de seu caráter educacional. Percebem deste modo que a creche não é apenas um lugar onde deixar as crianças, mas uma parceira no cuidado, educação e segurança dessas crianças. Ao perguntarmos qual a maior preocupação das mães na comunidade do Riacho Doce, a primeira resposta foi unânime referente à segurança. Vejamos:

Falta de segurança, e o respeito mutuo. (Amarílis, entrevista/ 2012).

Falta de segurança devido às drogas aqui no bairro, e isso é muito perigoso para quem deixa uma criança sendo cuidada por outra criança (Rosa, entrevista/ 2012).

Segurança, e a precariedade do atendimento de saúde (Margarida, entrevista/ 2012).

Segurança e transporte público (Tulipa, entrevista/ 2012).

Segurança e transporte público (Cravo, entrevista/ 2012).

Todas as mães e pais entrevistados tem como preocupação primeira a segurança de seus filhos e veem na creche o lugar seguro que eles necessitam. Esta preocupação se dá devido a sociedade brasileira de acordo com Pereira (2013) ainda não poder gozar da democracia em sua plenitude, visto que a historia recente desse regime em nosso país revela uma considerável deterioração da capacidade do poder público de controlar a criminalidade e a violência Pereira, deixando exposta assim não apenas as crianças, mas as famílias como um todo.

Do mesmo modo, a creche embora seja um direito conquistado ainda é vista como uma “ajuda”, um auxilio para as mães que trabalham. vejamos os relatos.

Me ajuda sim de todas as maneiras, pois eu não podia trabalhar com as crianças pequenas, e agora eu vou para o meu trabalho despreocupada. Sei que elas estão sendo bem cuidadas e tem o que comer. Porque antes eu mesma, já passei muita fome e não desejo que minhas filhas passem (Amarilis, entrevista/ 2012).

Com certeza me ajuda muito, porque agora eu posso ir trabalhar fazer minha venda sossegada, e assim, posso ajudar nas despesas de casa (Rosa, entrevista / 2012).

Nossa! A creche tem me ajudado muito, pois eu não posso pagar uma pessoa pra ficar com meus filhos eu tenho dois, um menino de um ano e uma menina de três anos que estão na creche, lá eu sei que eles estão seguros. Na creche, eles tomam banho, comem e dormem direitinho, brincam com os coleguinhas e voltam para casa felizes, a minha felicidade é ver a felicidade dos meus filhos, pois eles só tem a mim, o pai está preso, e eu só tenho a eles (Margarida, entrevista/ 2012).

A creche tem me ajudado muito, pois tenho um filho especial e minha mãe ajuda a cuidar e seria muito difícil cuidar de duas crianças pequenas sendo uma especial, assim ele vai pra creche e fica o cuidado só com o especial (Tulipa, 31 anos, entrevista/ 2012).

Do mesmo modo, o pai entrevistado mesmo reconhecendo os serviços da creche, os reconhece favorecendo primeiramente à sua esposa, como podemos perceber em sua fala:

A creche me ajuda na medida em que cuida do meu filho e a minha mulher pode trabalhar para ajudar nas despesas de casa. (Cravo, entrevista/ 2012)

Note-se que há o reconhecimento do trabalho realizado pela creche, a qual é vista como a mantenedora parcial dessas crianças, auxiliando as famílias no cuidado, alimentação, segurança e zelo pelas crianças. A preocupação maior das mães para com seus filhos é que seja feito o melhor para eles. Com esse desejo, elas reconhecem a necessidade da creche ao mesmo tempo em que cobram a ampliação e melhoria dos serviços oferecidos. Para Gohn (1998, p. 89) o modelo de creche ideal deve ter “o equipamento público de caráter educativo, construído e gerido pelo Poder Público, localizado nos bairros populares ou de grande concentração de trabalhadoras, aberto para a participação da comunidade”.

Constatamos na fala dessas mulheres que a creche pública é muito mais que uma ajuda, é basicamente o que lhes dá condições de trabalhar e assim manter de modo digno sua casa, sendo a creche reconhecida muito além de um simples ambiente escolar, mas, como um local de cuidado e segurança, no qual seus filhos precisam ficar para dar a essas mulheres o conforto de poderem trabalhar sem preocupações.

Silva (2008, p. 59) assinala que “ ao prever o direito de pais e mães trabalhadores, a Constituição reconhece também a necessidade das famílias de contarem com um seguro para a guarda e cuidado das crianças em razão de sua condição de trabalhadores”.

Ao indagarmos se os serviços de creche em Manaus são suficientes algumas mães reconhecem que a creche atende a grande demanda do Riacho Doce, apontando que os serviços de creche fora deste bairro é inexistente, sendo que muitas das mães atendidas pela creche conhecem mais de uma família que está fora deste atendimento e necessita da creche para deixar sua criança. Veja o que dizem nossas entrevistadas:

Eu acho que aqui no bairro é, mas na cidade uma creche só não é suficiente com certeza, conheço umas oito famílias que não conseguiram vaga e estão esperando (Amarilis, entrevista/ 2012).

Acredito que não é suficiente não, pois têm muitas crianças esperando uma vaga, inclusive algumas amigas de trabalho estão esperando vaga para seus filhos e outras conhecidas também. Creio que conheço umas 6 famílias que precisam e não conseguiram vaga (Rosa, entrevista/ 2012).

Com certeza não é suficiente, pois que eu saiba só tem essa creche, eu não conheço outra, então como uma creche apenas vai atender toda a cidade não é! (Margarida, entrevista/ 2012).

Aqui em Manaus é evidente que não dá nem para começar, precisa melhorar muito pra atender a população que precisa mesmo (Tulipa, entrevista/ 2012).

Eu acho que não, pois não posso pensar só em mim, mas tem muito gente de fora ainda, eu tenho umas 6 amigas que tem filhos pequenos e não conseguiram vaga (Palma, entrevista/ 2012).

Percebe-se que a solidariedade é uma marca latente que une os iguais, por isso, essas mães e pais são solidários em reconhecer que mesmo tendo o direito de obter os serviços públicos da creche municipal Profª. Eliana de Freitas Moraes, muitas famílias com seus filhos continuam fora desse atendimento, que precisa ser ampliado.

De acordo com Pereira (2011, p.28), a política pública “não condiz com um enfoque evolucionista que procura encaixá-la num *continuum* que começa com a caridade privada, passando pela beneficência e assistência, até terminar na política social como prática evoluída e estritamente associada ao Welfare State. O Estado de Bem – Estar, o moderno modelo estatal de intervenção na economia de mercado que ao contrário do modelo liberal que o antecedeu, fortaleceu e expandiu o setor público assim como, implantou e geriu sistemas de proteção social, Pereira (2011).

Somente neste ano de 2013 é que o processo de ampliação das creches em Manaus começa a tomar corpo com a inauguração recente de 2 (duas) creches, estando outras 2 (duas) em fase final de acabamento. Por isso as afirmações da necessidade de ampliação desta política pública são tão enfáticas.

A comunicação entre pais e instituição é frequente, pois os pais comunicam os casos de doenças ou faltas das crianças por motivos diversos, ligando para comunicar ao serviço social da instituição a ausência, e as famílias que não ligam, pedem para que a vizinha comunique à professora o motivo da ausência dessa criança.

Esse compromisso em comunicar a ausência deve-se também ao medo de perder a vaga da criança, pois se não for justificada em 15 dias letivos o serviço social vai à procura da família e se não conseguir contato, comunica ao conselho tutelar para que verifique o motivo da ausência da criança. Caso haja desistência da vaga o Serviço Social convoca imediatamente outra criança que esteja na lista de espera da instituição.

A procura por uma vaga, ou a espera por uma desistência ou abandono escolar é frequente porque a creche não consegue atender a demanda que é muito alta. Uma mãe e um pai ouvidos nesta pesquisa que não obtiveram vaga para seus filhos na creche expõem o seguinte relato:

Eu me sinto muito mal com essa situação, pois tem gente que nem precisa e está com o filho na creche e eu que preciso não tenho vaga. Estou passando por uma situação muito difícil, pois, se não conseguir logo um lugar para minha filha ficar vou perder meu emprego. A patroa não quer mais que eu

leve a minha filha para o serviço, pois ela chora muito. Mas se eu perder o emprego quem vai me dar de comer? Eu sou pai e mãe da minha filha, por isso eu acho que a minha situação merece um cuidado maior. Eu me sinto desamparada, pois estou na fila há mais de 6 (seis) meses, se tivessem mais creches eu acho que já teria conseguido uma vaga, porque esse serviço é muito pouco aqui em Manaus. (Azaléia 22 anos, entrevista 2012).

Um pai também expôs seu desalento nos seguintes termos:

Eu me sinto injustiçado, pois eu tenho um filho de dois anos que precisa de um lugar seguro para ficar, a mãe abandonou e agora ele está com minha mãe em Presidente Figueiredo. Mas ela é idosa e não consegue acompanhar o ritmo de uma criança pequena e, por isso, ele caiu e quebrou a clavícula. Agora eu sei que todo mundo tem direito, mas a minha necessidade é bem maior que a de muita gente aqui. Por isso, fico realmente revoltado por não ser atendido e não conseguir a vaga para o meu filho (Lírio 25 anos, entrevista/ 2012).

Constata-se que a procura é muito superior à demanda e que a instituição não é suficiente para atender ao público da cidade, do mesmo modo compreende-se a indignação da mãe e do pai não atendidos, sendo que essa indignação se repete quase que diariamente na instituição no atendimento realizado pelo Serviço Social, pois não há vaga suficiente que possam atender a todas as demandas postas. Assim fere-se a cidadania destas pessoas que ficam fora deste atendimento. Torres (2007, p. 161) assinala que “a cidadania constitui-se no horizonte basilar de emancipação do ser social, é o *status* de respeito e de reconhecimento do ser humano enquanto sujeito de direitos e deveres”.

Enquanto a luta pela construção da cidadania avança, a espera por uma vaga é contínua conforme podemos verificar no gráfico a seguir:

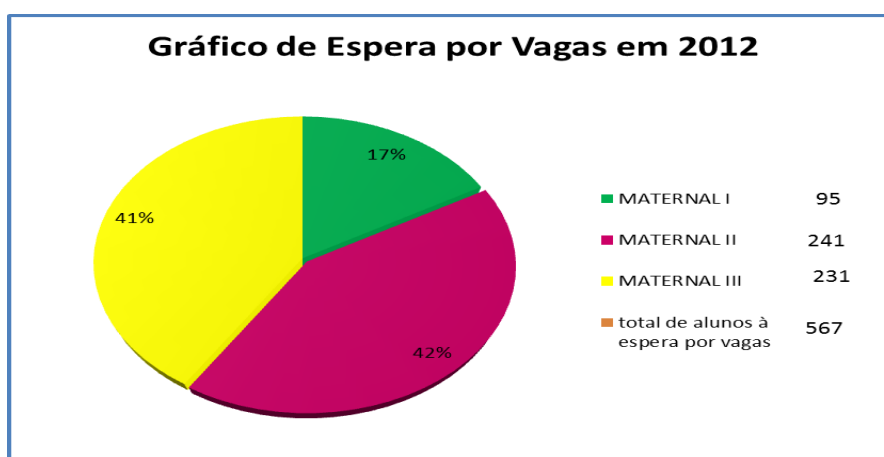


Gráfico 8: Espera por Vagas em 2012, para o ano letivo de 2013/ Manaus- Am
Fonte: Arquivos da Creche Municipal Profª Eliana de Freitas Moraes/ Manaus 2012

A procura por uma vaga na creche conforme podemos averiguar é muito grande, sendo superior ao quantitativo de vagas oferecidas. A creche municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes oferece apenas 200 vagas e atualmente possui uma lista de espera de 567 alunos. Do total de alunos a espera por uma vaga 95 crianças esperam uma vaga para o maternal I, que atende crianças de 1 (um) ano de idade, são 17% do total de espera de 567. O maternal II é o de maior procura, são 241 crianças de 2 (dois) anos que esperam por uma vaga indicando 42% de procura. E 231 crianças aguardam uma vaga para o maternal III, que atende as crianças de 3 (três) anos de idade sendo este percentual de 41% do total de crianças que esperam por uma vaga na creche.

A pouca efetividade dos serviços de creche vem de longa data assim como a luta do movimento feminista por sua ampliação. Em um documento enviado pelo MLPC²⁰ de Belo Horizonte – MG em 1992, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a solicitação de ampliação desta instituição pública já era uma demanda, conforme expõe Veiga (2005, p. 171):

solicita-se a criação de creche públicas e a garantia de condições para a manutenção das creches comunitárias. Estas duas alternativas são desejáveis e não excludentes, podendo ser vistas como uma forma de oferecer mais opções de escolha às famílias, ao mesmo tempo em que se expande a oferta de atendimento nesta área.

As reclamações pelo não atendimento é de certa forma compreensível, haja vista a necessidade desses serviços públicos para mães e pais que procuram a instituição. O contraste é evidente se compararmos a fala dos pais não atendidos com a das mães e pais que tem seus filhos matriculados na creche municipal. Quando lhes perguntamos como se sentem em relação ao atendimento que lhes é prestado pela instituição pública, as respostas tem tom positivo como podemos constatar nos dados a seguir:

Eu me sinto privilegiada, maravilhada, pois as minhas filhas são bem tratadas, são bem cuidadas, ficam em segurança e eu posso trabalhar para dar o sustento para elas. E não preciso mais deixar elas com o irmão que ficava, pois ele só tem 8 anos (Amarilis, entrevista 2012).

Eu me sinto muito feliz, pois finalmente tenho um lugar seguro onde deixar minha filha (Rosa, entrevista 2012).

²⁰ Movimento de Luta Por Creches.

Eu me sinto privilegiada, pois conseguir uma vaga na creche é um privilégio de poucos (Margarida, entrevista 2012).

Eu me sinto grata por ter meu filho bem cuidado, bem orientado enquanto estou trabalhando e acho que assim como eu tive essa oportunidade, acho que todas as mulheres que precisam deveriam ter. (Tulipa, entrevista 2012).

Eu me sinto privilegiado de ter meu filho sendo bem tratado aqui na creche. (Cravo, entrevista 2012).

Entre todos os participantes da pesquisa há um clima de satisfação, tanto por conseguirem uma vaga para seus filhos como por poderem contar com um local de qualidade e com seriedade na prestação dos serviços. Na verdade não se trata de privilégio, mas direito constitucional. A Constituição Federal (1988) em seu art. 205 põe a educação como "direito de todos e dever do Estado e da família". E o art. 208, em seu inciso IV, assim determina que "Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:[...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;".

Outro reconhecimento significativo por parte das mães e pais atendidos diz respeito aos serviços pelos profissionais da creche, que ao serem questionados sobre o atendimento recebido pelas crianças por professoras da creche, as mães e pais relatam que:

A do ano passado eu achei excelente só tenho elogios, pois o trabalho com as minhas filhas foi muito bom. Elas choravam para vir, pois queriam vir pra creche até no sábado, isso mostra que elas realmente são bem cuidadas. As crianças vão se adaptando, se acostumando e por isso elas as vezes choram um pouco, mas eu acho que todas são muito boas, muito carinhosas e cuidadosas com as crianças (Amarilis, entrevista 2012).

Acredito que elas fazem um excelente trabalho, meu filho aprendeu coisas novas e se desenvolveu muito bem, até com o irmão ele está mais carinhoso, mais amigo e eu vejo que muito disso ele aprendeu na creche (Tulipa, entrevista 2012).

Eu vejo elas como pessoas amigas que cuidam do meu filho, às vezes melhor que a mãe dele, por isso só posso dizer que o trabalho é muito bom (Cravo, entrevista 2012).

Eu acho que elas fazem um belo trabalho com os nossos filhos, pois eles aprendem que precisam de regras para vida Eu só tenho elogios para o trabalho delas (Margarida, entrevista 2012).

Percebemos que há um reconhecimento positivo no que tange ao trabalho das professoras da creche, reconhecimento que vai além do cuidado físico das crianças, mas se

espraia no zelo, nos ensinamentos de regras, normas e valores, que certamente lhes seguirão por toda a vida. E nesse sentido, Alcântara (2006, p. 42) pontua que,

Alguns desses componentes individuais, de ordem biopsicossocial, que influenciam as interações estabelecidas são: as características da história de cada pessoa (a criança, os membros da família, a educadora), as condições de vida pessoais e profissionais, a existência ou não de uma rede de apoio à família, e as concepções das pessoas sobre o papel da mulher, sobre a escola enquanto alternativa para a educação da criança pequena e sobre as necessidades atribuídas à criança.

Em respeito às peculiaridades de cada faixa etária, sempre que inicia o ano letivo, ocorre uma troca ou uma melhor adequação dos professores, pois a instituição procura adequar os profissionais de acordo com a idade que eles melhor desenvolvem seus trabalhos. Mas essa mudança nem sempre são bem aceitas pelos pais, pois ao verem os filhos chorando no início do ano letivo, acham que é porque a professora é outra, não percebendo que esse é um momento de uma nova adaptação para a criança.

Essas e outras dúvidas são esclarecidas pela Assistente Social da instituição, que em conjunto com a Pedagoga, procuram tranquilizar os pais, informando-lhes que esse é um processo natural de adaptação, independente se a criança vem à creche pela primeira vez, ou se ela está tendo continuidade do atendimento da creche.

De modo geral as crianças que entram na creche com 3 (três) anos completos são as únicas que deixam de frequentar a instituição no ano seguinte. As crianças matriculadas com 1 (um) ou 2 (dois) anos de idade geralmente dão continuidade na solicitação desse atendimento, renovando a matrícula e passando de um maternal para o outro, conforme a idade. A Assistente Social tem nesse período um papel fundamental relacionado às orientações diversas que as mães reconhecem ao relatarem sua visão do Serviço Social. Vejamos a entrevista com duas mães a respeito do trabalho da assistente social

Eu acho que a assistente social é excelente, pois sempre que eu precisei até mesmo para me dar orientações sobre coisas que não são da creche como o cadastro da bolsa família, o leite do meu filho, uma consulta no posto, a assistente social sempre me orienta e me ajuda, me dizendo o que fazer ou quem eu devo procurar e isso tem me ajudado muito (Amarilis, entrevista 2012).

Eu acho que ela tem feito um bom trabalho, pois se não fosse pelo trabalho do serviço social de visitar as famílias para ver a necessidade de cada um, eu não teria conseguido a vaga (Rosa, entrevista 2012).

A necessidade da visita domiciliar para comprovar as situações de risco social são necessárias para que se possa priorizar as famílias mais necessitadas e este instrumento de trabalho do assistente social permite de acordo com Iamamoto (2002, p. 31), “ aprender e revelar os novos meandros da questão social”. De acordo com Maciel e Fernandes (2011, p. 162),

A trajetória do Serviço Social brasileiro tem sido marcada pelo compromisso ético-político com um projeto societário vinculado aos interesses da classe trabalhadora e iluminado teoricamente por uma perspectiva crítica em que os assistentes sociais têm como desafio, no seu trabalho profissional cotidiano.

No entanto quando são chamados pela assistente social para esclarecimentos quanto a higiene precária em que as crianças chegam à creche, ou devido as crianças apresentarem febre, vômito ou diarreia, os pais não percebem que ela está fazendo um bom trabalho, pelo contrário, se acham injustiçados e as vezes perseguidos, conforme relato a seguir:

Acho que às vezes a assistente social pega no meu pé, pois vai recado na agenda da minha filha se ela não tomar banho antes de ir para a creche (Amarilis, entrevista/2012).

Eu fico chateada quando ligam para mim se meu filho está com febre ou diarreia, acho que a assistente social e as professoras deveriam ser mais compreensiva e deixar ela ficar aqui na creche, pois é difícil sair do trabalho a qualquer hora (Tulipa, entrevista/2012).

Conforme já explicitamos é necessário que a família compreenda o seu papel quanto às responsabilidades para com seu filho (a) o qual a escola não poderá assumir. Assim como o trabalho da assistente social é reconhecido na necessidade das visitas domiciliares que dá respaldo legal para a inclusão de crianças oriundas de famílias necessitadas, é necessário que esta profissional utilize de forma legal os meios que lhe são cabíveis para chamar os pais à assumirem suas responsabilidades quanto à saúde de seus filhos. Certamente, essas cobranças incomodam os pais, porém são necessárias para que a saúde de seus filhos seja preservada, devido a este serviço prestado pela profissional de Serviço Social cujo contato é maior com os pais é que a mesma é uma das mais citadas pelos pais.

O reconhecimento profissional do trabalho da Gestora também é patente, pois, para as mães é importante elas conhecerem, falarem e terem acesso ao gestor institucional sempre que sentirem necessidade. Nesse sentido as mães e pai entrevistados ressaltam que,

Pra mim essa gestora é excelente, pois ela conversa com a gente, é bem comunicativa, é espontânea sabe até o nome das crianças o que eu fico impressionada, pois são muitas. (Rosa, entrevista 2012)

Eu acho que essa nova gestora é mais comunicativa, está sempre presente quando vamos buscar nosso filho e com um sorriso no rosto. Além disso, acho que o trabalho melhorou, pois agora estamos sendo convidados a participar mais. (Margarida, entrevista 2012)

Bem comparando os serviços agora posso dizer que conheço a gestora pois a do ano passado nunca via na creche mas acho que elas fazem um bom trabalho sim. (Amarilis, entrevista 2012)

Destaque-se que no final do ano passado tivemos uma troca de gestores, sendo que cada gestor (a), imprime sua marca própria na condução da instituição, sendo esta atual gestão da creche, reconhecida como participativa e atuante junto aos pais dos alunos, se fazendo presente na creche e atendendo a todos os que lhe procuram dentro do possível. Sua participação pode ser avaliada conforme o que pressupõem Sales, et al (2010, p. 170) ao ressaltarem que “a participação pode ser entendida como processo social, no qual o homem se descobre enquanto sujeito político, capaz de estabelecer uma relação direta com os desafios sociais”. Este discernimento é próprio de cada pessoa, podendo ou não ocorrer a participação.

O descontentamento dos pais com a Gestora se mostra na medida em que os mesmos são chamados a assumirem suas responsabilidades para com seus filhos, pois o ECA (1990) ressalta que é dever da família o cuidado para com os filhos, e Gestora estando a frente da instituição creche cobra este cuidado sempre que ele é negligenciado pelos responsáveis. Para Souza (1991, p. 83) “o desenvolvimento social do homem requer participação nas definições e decisões da vida social” a gestora precisa por vezes tomar decisões que nem sempre estão em concordância com a vontade dos responsáveis.

Sobre o reconhecimento das mães relacionado ao trabalho desenvolvido pela pedagoga da creche não difere muito das avaliações feita pelas mesmas com relação a outros profissionais, o que difere é o contato mais frequente que esses responsáveis têm. Esse contato pode ser maior com professores e assistente social e em menor escala com a pedagoga. Podemos identificar isso nas falas abaixo:

Eu acho que ela é muito profissional, conversa com a gente e fala o que é preciso para melhorar o trabalho com as crianças (Amarilis, entrevista 2012).

Conheço bem pouco, mas acredito que ela faça uma boa orientação às professoras sim (Rosa, entrevista 2012).

Eu acho que ela deve fazer um trabalho bom, pois é ela quem orienta as professoras não é? (Cravo, entrevista 2012).

Bem eu vejo essa moça muito pouco e acho ela muito séria, mas acredito que ela como todos fazem um bom trabalho aqui na creche (Margarida, entrevista/ 2012).

A percepção do outro pode se dar de formas diferenciadas, mas no geral o que podemos perceber é que há um reconhecimento por parte das mães e pais quanto ao atendimento dispensado a seus filhos de modo positivo, acreditando no trabalho realizado. Os sujeitos da pesquisa veem o trabalho na creche não apenas como um trabalho escolar, mas percebendo-o como uma extensão do lar, como um trabalho educacional que possibilita uma aprendizagem com qualidade, segurança e dedicação dos profissionais desta instituição.

E Alain Touraine (1996), indica que há diversos elementos que ajudam a compreender as formas pelas quais os atores coletivos por meio de diferentes ações, aumentam sua capacidade de intervenção na sociedade. Acreditamos que sentir-se parte, se fazer parte é uma excelente forma de se fazer reconhecer como partícipe de um processo seja social ou educacional.

Apesar destes mesmos pais e mães, ou melhor, de alguns deles, discordarem das ações tomadas na creche principalmente no que tange a saúde das crianças, pois são chamados para tomarem as responsabilidades que lhes cabem sempre que necessário, eles reconhecem que os serviços oferecidos a seus filhos têm qualidade. E muito dessa qualidade se deve aos profissionais que as desenvolvem com amor a profissão e que compartilham com as famílias, que devem reconhecê-las enquanto direitos. Para Silva, (2008, p. 68),

O compartilhamento da educação e do cuidado com a criança pequena entre família e instituições públicas como algo legítimo significou uma construção da qual participaram diversos agentes em espaços e relações distintos, que, apesar da pluralidade de sentidos que cada um dos grupos envolvidos lhe atribuem, culminou com o reconhecimento do direito à Educação infantil e do dever do Estado para com a criança pequena.

Partilhar as responsabilidades da educação, do cuidado e desenvolvimento das crianças, ainda é um processo de construção social cujas divergências persistem, pois cada grupo quer ter reconhecidos os seus direitos, necessidades e limitações. O que realmente precisa ser priorizado são os direitos das crianças e para fazer valer esses direitos os pais continuarão a ser cobrados em suas responsabilidades pelas professoras, pela assistente social, pedagoga e gestora sempre que houver necessidade.

A creche, enquanto ambiente socioeducativo não pode assumir as responsabilidades na prestação dos serviços que não lhes compete, nem a família pode se ausentar das responsabilidades que são suas. O dever do Estado é o de garantir políticas públicas para o desenvolvimento da educação infantil, seja em creches e ou pré- escolas, e as famílias cabem o dever de cuidar e educar, colocando seus filhos em instituições que lhes oportunizem o aprendizado. De acordo com Sposati, et al (2008, p. 8) “no campo da assistência social, o Estado brasileiro se equivale às demais sociedades, ainda que capitalistas constituídas sob padrão da seguridade social. Nessas sociedades, em geral, o campo da assistência social é constituído no interior de uma ética pública do Estado com seus cidadãos”. Cabe ao Estado ser o provedor dessas políticas públicas prestando serviços à população.

Do mesmo modo, os responsáveis pelas crianças matriculadas na creche pesquisada, assim como em outras unidades educacionais, precisam assumir suas responsabilidades, no entanto, devem ser levadas em consideração suas especificidades, principalmente no que tange ao trabalho. As dificuldades enfrentadas muitas vezes pelas mães e pais em se ausentar do ambiente de trabalho para atender ao chamado da creche por motivo de doença do filho (a) é percebida por muitos como um empecilho que necessita ser revisto.

De um lado estão os professores que cobram mais atenção e cuidado dos pais e mães para com seus filhos, do outro está a família que espera que a creche entenda que ele (ela) não pode estar presente quando é chamado porque está no trabalho e, por isso, solicita que o ajude cuidando da criança. Se observarmos de fora ambos os lados têm razões irrefutáveis, mas a prioridade que deve ser colocada nesse momento é a da criança, que necessita receber atendimento. Trata-se de uma situação incontestável. Deve haver um equilíbrio e bom senso que vem continuamente sendo trabalhado na instituição pelo Serviço Social fazendo parte desse processo mães, pais e as professoras.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas, o reconhecimento das mães trabalhadoras com relação aos serviços oferecidos pela creche municipal Eliana de Freitas Moraes, é bastante positivo, o que de certo modo deve ser encarado como um estímulo maior para que seus funcionários busquem ofertar um serviço cada vez melhor para a comunidade escolar que atende.

CAPITULO III - O TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA CRECHE E O PAPEL DO ESTADO NA POLÍTICA PÚBLICA DE CRECHE

A magnitude e a complexidade das desigualdades de gênero persistentes observadas na sociedade brasileira, exigem que esta questão seja incluída nas políticas públicas relacionadas à redução da pobreza, geração de emprego, saúde, educação, habitação.

(Rosa Ester Rossini)

3.1 O trabalho da Equipe Multiprofissional da Creche Prof^a. Eliana de Freitas Moraes.

Acreditar no futuro promissor da nação é um sonho ainda acalentado por muitos profissionais da educação buscam construir um país bem estruturado com uma educação de qualidade que inclua todos os brasileiros, independente de sua condição social, raça ou credo. Modificar essa realidade existente hoje em que a educação de qualidade ainda é privilégio de quem pode pagar não é tarefa fácil, mas, não impossível.

É com esse pensamento de uma educação de qualidade que os profissionais da Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes procuram desenvolver seu trabalho. A equipe multidisciplinar é formada por um grupo de profissionais com diferentes especializações. Compõem esta equipe funcionários de todos os níveis da instituição.

Equipe multidisciplinar é um grupo de indivíduos com contributos distintos, com uma metodologia compartilhada frente a um objetivo comum, cada membro da equipa assume claramente as suas próprias funções, assim como os interesses comuns do coletivo, e todos os membros compartilham as suas responsabilidades e seus resultados (ZURRO ,FERREROX e BAS,1991, p. 29).

Também podem fazer parte da equipe membros que estejam fora da instituição. No caso da creche os pais dos alunos têm participação primordial no desenvolvimento do trabalho da equipe multiprofissional. Na Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes, a equipe

profissional caminha nessa direção, no entanto, como ainda há divergências nos rumos a serem tomados e a ausência de profissionais que complementem a equipe, convém denominá-la de equipe multiprofissional.

As escolas têm procurado inserir em seus quadros, outros profissionais que atuam num contexto educativo, como: Assistente Social, Psicólogo, Agente de Saúde, Fonoaudiólogo dentre outros, pois, somente o professor não consegue resolver os problemas do cotidiano. Segundo Huberman (apud GARCIA,1994) “na educação os grupos interdisciplinares de especialistas ainda não encontraram linguagem comum, métodos de pesquisa comuns e modos comuns de percepção que lhes permitam convergir sobre os problemas da educação”.

Este processo ainda está sendo assimilado tanto pelos professores, como pelas Secretarias de Educação, sendo esta inserção um processo lento, porém necessário. A equipe multiprofissional está se tornando realidade nas escolas de educação especial, a qual deve desenvolver seu trabalho de modo articulado, ou seja, de forma interdisciplinar. Para Severino (1989) a interdisciplinaridade implica no plano prático operacional em que se estabelece mecanismos e estratégias de efetivação de um diálogo solidário no trabalho científico, tanto na prática da pesquisa como na do ensino e da prestação de serviços.

A equipe multiprofissional realiza um trabalho na creche que implica em responsabilidade, respeito aos colegas, trabalho em grupo com o intuito de crescimento da equipe no que diz respeito a qualidade dos serviços oferecidos à comunidade, procurando agir como um corpo, onde os membros precisam funcionar conjuntamente. O trabalho em equipe oferece chances maiores de produção de conhecimentos. Essa produção poderá acontecer por meio da troca de opiniões e experiências, relacionando as ações executadas com o conhecimento apreendido, superando assim a visão de um especialista em educação. Conforme Saviani (1989, p. 115),

É necessária ser repensada com urgência essa figura anacrônica do “especialista em educação. Se concebermos o platô educativo como uma área aberta, temos muito mais a ganhar em termos de criatividade e potencialidades com múltiplas abordagens transversais com profissionais das mais diversas áreas contribuindo para pensar e construir a educação. O educador não pode mais ser concebido como esse especialista em generalidades.

É com o intuito de vencer essa visão estreita de domínio único do saber que a equipe multiprofissional da Creche Municipal Prof^ª. Eliana de Freitas Moraes têm procurado aprimorar seu trabalho, com empenho de todos, desde a busca por informações, até a

formação continuada de seus profissionais. As professoras da creche em sua maioria, possui Pós- graduação em Educação Infantil, e as que não possuem, estão cursando, devendo concluir até 2014 essa especialização. A capacitação nessa modalidade foi oferecida pela Prefeitura de Manaus a partir de 2009 até os dias atuais com o intuito de capacitar todos os profissionais de Educação Infantil de Manaus.

O gráfico nº 9 mostra o ano de conclusão do curso superior das professoras da Creche Profª. Eliana de Freitas Moraes que totalizam 28 professoras, a saber:

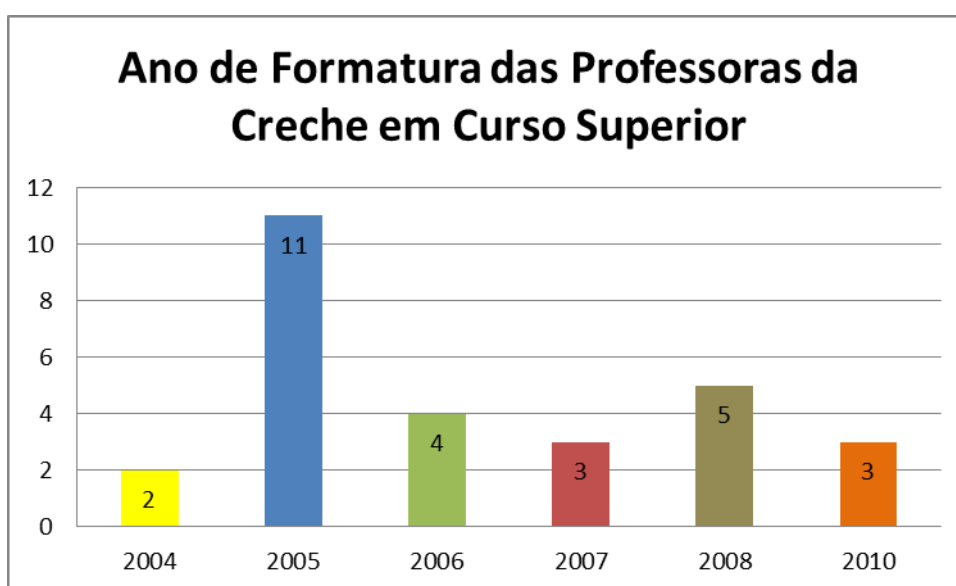


Gráfico 9: Ano de Formação das Professoras da Creche Municipal Profª. Eliana de Freitas Moraes
Fonte: Ficha de cadastro funcional da Creche Municipal Profª. Eliana de Freitas Moraes/Manaus 2012.

Todas as professoras que trabalham na creche municipal já atuavam na área da educação infantil. Do total de 28 professoras que trabalham na instituição, 9 estão na creche desde sua inauguração. Elas conhecem a maioria das famílias atendidas pela instituição, o que facilita o seu trabalho e desempenho. As outras 19 professoras entraram nos anos seguintes e como o gráfico aponta já possuíam o curso superior.

A Creche também conta com o atendimento profissional da agente de saúde, pedagoga, assistente social, da secretária, estagiárias, do segurança, das auxiliares de serviços gerais, cozinheiras e da gestora que coordena o trabalho de toda a equipe. Todos devem estar voltados para desenvolver seu trabalho com competência e este é um grande desafio. Conforme Silva (2008, p.20) “dentre os inúmeros desafios para a implementação dos direitos de crianças e famílias à Educação Infantil de qualidade é a carreira dos (as) profissionais que

atuam ou que virão a atuar nas creches e pré-escolas, é reconhecidamente um dos elementos centrais a serem enfrentados”.

Possuir equipe qualificada na prestação dos serviços de creche é fato recente, pois, até bem pouco tempo os profissionais de creches ainda eram vistos como cuidadores. Atualmente, com a LDB que apregoa uma educação de qualidade, os profissionais de creches devem ter formação superior. De acordo com Silva (2008, p. 22) “profissionais da Educação Infantil, inexistente até muito recentemente é hoje aspecto central da reflexão a respeito da Educação Infantil”. Os profissionais que trabalham nas creches constituem um grupo específico cuja origem está na criação dessas instituições e sua capacitação é uma exigência²¹ do sistema educacional, pois, se acordo com Silva (2008, p. 22),

[...] evidenciou-se também que a ausência de parâmetros propriamente profissionais para o trabalho com a criança pequena integra um círculo vicioso em que também as exigências de formação de professores (curso de magistério e de pedagogia) não incluíam a Educação Infantil como conteúdo da formação dos educadores para a Educação Básica.

Atualmente, essa situação vem se modificando, devido às exigências do sistema educacional brasileiro. Há parâmetros curriculares que norteiam o trabalho pedagógico a ser desenvolvido nas instituições de Educação Infantil e Creches. A coordenação pedagógica é um setor de relevância para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade nas creches.

No desenvolvimento do trabalho pedagógico a coordenação é da pedagoga que em conjunto com as professoras organizam e planejam o trabalho desde as atividades lúdicas até as atividades educacionais direcionadas nas salas de referências²² da instituição. Vejamos alguns relatos destas profissionais:

Os suportes pedagógicos dependem da faixa etária de cada criança, utilizando ilustrações, cartazes, brinquedos pedagógicos além de recursos áudio visuais. É assim que procuramos desenvolver nosso trabalho (Angélica, 29 anos, entrevista 2012).

²¹ Esta exigência se faz necessária porque até bem pouco tempo não havia capacitação específica para que o professor de Educação Infantil desenvolvesse seu trabalho com mais qualidade, sendo necessária a construção de saberes que fundamentem as práticas de cuidado e educação a serem desenvolvidas com crianças pequenas. Reconhecer as condições objetivas em que se encontram as crianças e os profissionais encarregados de sua educação e cuidado nas creches, não retira dessas experiências o que Touraine (1996) pontua como caráter de *ação social*, dotada de *sentidos*, ou seja ações normativas orientadas em um campo de constante disputa, que se inserem no desenvolvimento das políticas para a infância.

²² Salas de Referências é a nova nomenclatura determinada pelo MEC e SEMED, para se referir às “antigas” salas de aula, sendo essa nova nomenclatura destinada somente as salas que realizam atendimento educacional à Educação Infantil e Creches.

É mais complicado trabalhar com criança pequena, pois requer mais cuidado e atenção. Nós temos que trabalhar regras e normas de modo que elas sejam internalizadas pelas crianças e o trabalho realizado depende da faixa etária de cada criança (Gardênia, 41 anos, entrevista 2012).

Nós utilizamos os suportes pedagógicos, mas com crianças pequenas os conhecimentos práticos são mais utilizados no dia a dia, pois depende do interesse da criança, se não houver interesse, não há como prender a atenção, nem desenvolver um trabalho a contento (Helicônia, 31 anos, entrevista 2012).

O trabalho das professoras é desenvolvido de acordo com a faixa etária da turma que elas assumem, pois cada faixa de idade requer um direcionamento específico. Silva (2008, p. 78) assinala que “a pesquisa educacional desenvolvida no anos 1980, conduz à constituição da ideia de que se trata de educação da criança de 0 a 6 anos de idade, cuja forma de atendimento deveria considerar a especificidade dessa faixa etária”. Mas, não há uma satisfação plena das professoras com os suportes pedagógicos existentes para o desenvolvimento do trabalho. Este descontentamento fica claro quando perguntamos se os suportes pedagógicos são suficientes para o desenvolvimento dos trabalhos com as crianças. Vejamos:

Eu acho que os suportes pedagógicos oferecidos para nós trabalharmos não são suficientes. A proposta pedagógica que se tem até o momento não define se vamos trabalhar com projetos ou tema gerador e isso deixa o trabalho muito solto, o que poderia ser melhor direcionado. Se não tiver um compromisso do profissional em fazer um trabalho pedagógico com as crianças, nós vamos acabar ficando só nos cuidados. Entre o educar e o cuidar, o cuidar acaba prevalecendo, outra coisa que dificulta nosso trabalho é a falta de recursos financeiros para realizarmos atividades mais lúdicas, que envolvem as famílias também, pois isso tudo tem um custo que não temos como arcar, nem tampouco a Creche (Angélica, entrevista/ 2012).

Seria mais interessante que tivéssemos materiais diversos para realizar nosso trabalho, pois nós trabalhamos com o real e não com o ideal e também não temos muitos materiais adequados para trabalhar com essa faixa etária de 1 a 3 anos, tudo ainda é muito novo e creio que a própria SEMED ainda está se estruturando (Gardênia, entrevista/ 2012).

Eu acho que os suportes pedagógicos oferecidos para o nosso trabalho não são suficientes, pois ainda não temos materiais apropriados para atender a creche e na maioria das vezes temos que adequá-los (Heliconia, entrevista/ 2012).

A falta de material mais específico para o desenvolvimento do trabalho com crianças menores de 3 anos, deve-se, à ausência de creches administradas pela município, pois como não haviam creches, os materiais adquiridos pela Secretaria de Educação eram voltados para a

Educação Infantil somente para atender as crianças de 4 anos em diante, já que era a idade padrão para iniciar a Educação Infantil.

As diferenças de faixa etária das crianças dificulta o uso de materiais que não correspondem à idade das crianças atendidas, ou seja, de 1 a 3 anos de idade. A prática pedagógica é diferenciada, porque tratar com uma criança pequena requer cuidados e atenção específica, para que elas possam absorver o que lhes é repassado de maneira lúdica. De acordo com Silva (2008, p. 75) “ procura-se, dessa forma, afirmar a pré-escola como um problema do campo educacional com suas possibilidades e seus limites. É quando a pré-escola vai parecer de forma articulada à análise sobre a creche, até então ausente do debate educacional”. A creche é um campo novo de conhecimentos a ser explorado.

Realizar um trabalho pedagógico de qualidade com crianças pequenas não é tarefa fácil, mas, essas professoras aceitaram o desafio de serem as pioneiras no município e procuram realiza-lo a contento, dentro de suas limitações. Atender as necessidades de desenvolvimento e aprendizagem das crianças significa estar atendendo a comunidade escolar, da qual a família deve ser parte integrante.

A falta de parceria se deve por vezes à ausência da família e percebe-se no relato de uma de nossas entrevistadas que essa atitude dificulta o andamento do trabalho, assim como o entendimento das famílias sobre a responsabilidade da escola em relação à responsabilidade dos pais dos alunos. Quando perguntamos quais as maiores dificuldades encontradas para o bom desenvolvimento de seu trabalho, obtivemos as seguintes repostas:

Eu diria que a falta de parceria para nos dar subsídios suficientes para desenvolvermos um trabalho de qualidade cada vez melhor, e o principal é a parceria com os pais. Trabalhamos às vezes sem contato com os pais, e esse diálogo com os pais é fundamental para a troca de informações sobre a criança (Gardênia, entrevista /2012).

Eu acredito que é a falta de entrosamento e parceria, pois as pessoas formam grupos de acordo com seus próprios interesses, e outra, é a falta de material específico para a creche (Heliconia, entrevista /2012).

Para mim é o planejamento que antes era quinzenal e passou a ser mensal, o tempo reduzido para traçar metas de trabalho certamente dificulta um pouco o nosso trabalho. A comunicação de determinadas situações que ocorrem em sala que só fico sabendo quando vou analisar o caderno de registro. E a dificuldade de algumas professoras em acatar as ordens determinadas. (Petúnia, 34 anos, entrevista /2013).

O trabalho em equipe para ser propositivo necessita de entrosamento do grupo como um todo, mas conforme os relatos acima isso nem sempre é possível, do mesmo modo que o

apoio e acompanhamento da família. A família é a parte primordial para o bom desenvolvimento das crianças, se em casa a criança não possui esse suporte estruturado, e isto vai refletir no seu desenvolvimento na creche, pois é lá que ela passa 10 horas por dia, é neste ambiente que a criança vai manifestar as alterações de seu convívio no lar.

Inúmeros problemas sociais acometem algumas famílias como o desemprego, o alcoolismo, o uso de entorpecentes entre outros. Estes problemas podem ocasionar alterações de comportamento nas crianças, que as professoras estão sempre atentas, e quando identificam, comunicam ao Serviço Social que encaminha ao Conselho Tutelar, pois é dever de todos, enquanto cidadão proteger as crianças de toda forma de abuso, negligência e/ou violência. De acordo com o ECA (1990, p. 30), “as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis, sempre que os direitos reconhecidos na Lei nº 8.069 forem ameaçados ou violados”. Nestes termos, também pode ser aplicada à ausência dos pais que não comparecem quando são chamados pela instituição e, às vezes não comparecem nem nas reuniões agendadas previamente.

A participação dos responsáveis pelas crianças na creche junto à equipe multiprofissional é fundamental. Em virtude disto, essa participação de modo mais ativo é muito cobrada pelas professoras. Quando perguntamos se os pais colaboram para o desenvolvimento do trabalho na creche as respostas tem a mesma direção:

Alguns pais sim, pois temos pais bastante solícitos. Sempre que chamamos na escola eles estão dispostos sempre solícitos e presentes, porém, outros não! Não olham a agenda, não se preocupam em vir à creche quando solicitados ou de atender uma orientação dada para o benefício do seu filho (Angélica, entrevista /2012).

Alguns sim outros não e outros pior ainda porque a gente nem conhece, só vieram matricular e quem vem deixar e pegar a criança é outra pessoa. Os responsáveis nunca podem vir à escola porque trabalham. O ideal seria a mãe ou o pai virem à escola, não a tia, a vó, ou a condutora (Gardênia, entrevista/ 2012).

A maioria sim, ajuda bastante fazendo em casa o que nós ensinamos aqui, o respeito aos horários, ensinando as crianças a partilhar com outras crianças seus brinquedos, participando quando solicitados. Mas tem outros que nem aparecem durante o ano todo (Heliconia, entrevista /2012).

Às vezes sim, tendo cuidado e zelo com seus filhos. Mas tem uns pais que não, pois mandam as crianças para creche doentes, com gripes e viroses que acabam passando para outras crianças. (Agente de Saúde Orquídea, 58 anos, entrevista /2012).

Como podemos perceber o compromisso dos responsáveis nem sempre vem ao encontro das necessidades da instituição, especialmente no que tange à saúde das crianças, e como a agente de saúde relata na entrevista, por vezes as crianças vem para a creche doentes, sendo o cuidado delas uma responsabilidade da família. O cuidado para com a saúde da criança é uma constância da agente de saúde que é membro integrante da equipe multiprofissional da creche. Velloso (2009, p. 26) ressalta que:

[...] seria uma boa estratégia política se fosse proposta uma Lei para regulamentar o trabalho integrado da Equipe Multiprofissional de Saúde, com uma ampla discussão que passasse pelas entidades da Área da Saúde, pelos Conselhos de Saúde Municipais, Estaduais e Federal, e pela sociedade civil, culminando com a aprovação no Congresso Nacional.

Em concordância com o posicionamento de Velloso acrescentaríamos também que essa lei fosse ampliada à outras áreas de atuação profissional como a Educação, e não restrita a saúde, pois temos a agente de saúde que é técnica de enfermagem que trabalha como membro da equipe multiprofissional da creche. E enquanto as professoras se preocupam com o desenvolvimento da criança e com as formas diversas que elas manifestam no seu dia a dia, a agente de saúde se preocupa com o bem-estar físico dessas crianças, por isso atende diariamente aos chamados das professoras para verificar a temperatura, averiguar assaduras, gripes e possibilidades de infecções. Este profissional age dentro de uma perspectiva preventiva e não curativa. Ao perguntarmos para a agente de saúde se acredita que seu trabalho atende plenamente as necessidades das crianças ela respondeu-nos nos seguintes termos:

Eu acredito que não, pois as crianças não precisam ser apenas cuidadas, alimentadas e educadas nas escolas, ou na creche, elas precisam do carinho, da atenção e do amor da família, e o que nós percebemos é que na maioria dos casos isso não acontece, ou se acontece não é de modo satisfatório (Orquídea, entrevista/ 2012).

Ha uma preocupação maior com o bem-estar geral das crianças e uma cobrança maior dos pais e mães quanto ao cuidado para com elas. Essa preocupação instiga a Assistente Social da instituição a um convívio mais aproximado com a família, procurando atender-las em suas dificuldades apresentadas, encaminhando-as sempre que necessário, dando direcionamento às suas dúvidas, esclarecendo as responsabilidades das quais a família não pode se ausentar. Maciel e Fernandes (2011, p. 162) pontuam que,

A trajetória do Serviço Social brasileiro tem sido marcada pelo compromisso ético-político com um projeto societário vinculado aos interesses da classe trabalhadora e iluminado teoricamente por uma perspectiva crítica em que os assistentes sociais têm como desafio, no seu trabalho profissional cotidiano, ‘apreender e revelar os novos meandros da questão social’.

São as expressões da questão social que estão articuladas à gênese do modo de produção e reprodução capitalista que exigem dos assistentes sociais atuação profissional com estratégias de enfrentamento de problemas vivenciado pelas famílias das crianças da Creche municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes.

O intuito coletivo em propiciar um desenvolvimento saudável às crianças é o condutor do trabalho da equipe multiprofissional, pois na organização do planejamento, a pedagoga busca dar suporte às professoras para que elas possam encontrar a melhor metodologia para desenvolver seu trabalho, que conta com a participação da agente de saúde e da assistente social. Nessa equipe também estão inseridos o segurança da creche, as auxiliares de serviços gerais e as cozinheiras. No comando da equipe está a gestora.

A colaboração mútua é que faz o trabalho fluir. É com essa visão que a equipe multiprofissional da creche realiza o seu trabalho. Velloso (2009, p. 24) considera que “a equipe multiprofissional é, hoje, uma realidade insofismável e necessária em todos os espaços onde se praticam ações que visam melhorar a qualidade de saúde e de vida das populações. A questão é como fazê-la funcionar de modo homogêneo, democrático, agregador e cooperativo”, pois sempre haverá divergência. E podemos notá-las nas falas da agente de saúde, da assistente social e da pedagoga que apontam quais são as maiores dificuldades para o bom desempenho de seu trabalho. Vejamos:

Eu diria que é a falta de credibilidade por parte de algumas professoras que as vezes não aceitam e não fazem o que lhes é recomendado, por acharem que não é sua obrigação (Agente de saúde Orquídea, entrevista/ 2012).

As vezes é a incompreensão por parte de alguns professores das necessidades primárias das famílias, pois grande parte delas necessitam trabalhar e nem sempre podem vir à creche quando solicitados. Também, por não conseguirem levar o filho ao médico, devido as dificuldades de acesso, ou mesmo quando a mãe não tem como comprar o remédio e a criança continua apresentando os mesmos sintomas. As professoras não compreendem que por terem condições de suprir essas necessidades não podemos dizer que as mães são negligentes. É preciso antes, procurar saber quais as dificuldades que elas enfrentam para não estarem cumprindo o seu papel de mãe, ou responsável, e não apenas julgar (Assistente Social Papoula, 48 anos, entrevista/ 2012).

A minha maior dificuldade se mostra na aceitação da minha pessoa por parte de algumas professoras, com resistência inicial devido a minha vinda para a creche ter ocasionado a substituição da pedagoga anterior, que eu nem sei se foi substituída ou se pediu para ser. Mas, essa barreira inicial foi vencida e agora estou podendo desenvolver um trabalho pedagógico coletivamente, podendo contar com a participação e colaboração de todos, o que enriquece o trabalho (Pedagoga Petúnia, entrevista /2013).

Apesar de divergirem no modo de perceber determinadas situações os profissionais tem como preocupação primeira o bem-estar das crianças, o que indica que o grupo trilha a mesma rota, mesmo que por vezes não pactuem do mesmo pensamento. Velloso (2009, p.24) aponta que “existe sempre a possibilidade de se encontrar caminhos criativos e construtivos para equacionar problemas complexos, como o trabalho em equipe, que exige uma especificidade de cada profissional e áreas comuns sustentadas em práticas e saberes do domínio de todo”.

Mesmo sem o consenso poderá haver caminhos alternativos para soluções que beneficiem a população usuária dos serviços públicos. Olhar para o outro e percebê-lo não é tarefa fácil, mas deve ser um exercício diário de todos os profissionais, não apenas da escola. Mesmo discordando da opinião da assistente social os profissionais da creche, de modo geral, reconhecem a importância de seu trabalho. Vejamos:

Eu acredito que aqui o serviço social faz um excelente trabalho, e que todas as escolas deveriam ter um profissional do serviço social para auxiliar o trabalho educacional (Angélica, entrevista /2012).

A meu ver, é um suporte a mais que faz a diferença no nosso trabalho enquanto creche. Essa profissional nos auxilia quando precisamos, nos respalda quando é preciso, e principalmente, defende os direitos das crianças mesmo que às vezes venha de encontro aos interesses dos seus pais (Gardênia, entrevista/ 2012).

Eu acho que é muito importante, pois chama os pais à responsabilidade e está sempre atenta para as necessidades das crianças (Orquídea, entrevista/ 2012).

Eu acredito que ela têm um papel muito importante de ponte entre a família e a escola, mostrando o lugar de cada um como responsável pelas crianças (Heliconia, entrevista /2012).

O Serviço Social compartilha desse trabalho coletivo que visa a humanização do atendimento às famílias. A assistente social desenvolve sua prática profissional principalmente com as famílias das crianças, pois elas são demandatárias de problemas na

maioria relacionados ao âmbito do trabalho, ou melhor, do não trabalho. Conforme Martinelli (1998, p. 136),

o Serviço Social, ao contrário de estar em vias de extinção, é, mais do que nunca, necessário, sobretudo na perspectiva da interdisciplinaridade, pois essa prática que realizamos, a prática do Assistente Social, é fundamental na construção de nexos de articulação entre as diferentes práticas sociais, dentro desse vasto campo vincular em que as profissões se movimentam, cabe ao trabalhador social ser o elemento favorecedor dessa prática interdisciplinar, pois sua formação profissional o prepara para tanto.

A profissional de Serviço Social que trabalha na Creche Municipal pesquisada tem procurado desenvolver sua prática conjuntamente com os outros profissionais. A gestora da creche exerce a liderança da equipe coordenando o trabalho. Ela dá suporte para o desenvolvimento do trabalho e avalia o desempenho de todos, atuando em conformidade com a gestão participativa que é fator primordial para o bom desempenho da equipe multiprofissional. Rocha e Gimenez (2010, p. 5) pontuam que,

Para que haja um efetivo trabalho com as famílias é preciso, primeiramente, entender as especificidades das demandas e seus desdobramentos, possuindo um norte para as ações, levando a equipe ao comprometimento profissional em relação à qualidade dos serviços prestados. Pois, acima de tudo, é necessário entender que estamos lidando com pessoas, sujeitos de direitos garantidos pela legislação, e fazendo com que o mesmo seja efetivado.

O trabalho realizado na instituição pesquisada tem se mostrado dinâmico, pois não apenas o assistente social trabalha voltada para as famílias, mas toda a equipe, procura realizar seu trabalho de modo a satisfazer os anseios das famílias atendidas pela Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes. Essa dinamicidade se deve ao fato de os profissionais trabalharem de forma coletiva, com uma visão de totalidade, na qual cada saber profissional tem importância primordial para o saber coletivo do grupo. De acordo com Zurro et al (1991, p. 29) a equipe multiprofissional é vista como:

Um grupo de indivíduos com contributos distintos, com uma metodologia compartilhada frente a um objetivo comum, cada membro da equipe assume claramente as suas próprias funções, assim como os interesses comuns do coletivo, e todos os membros compartilham as suas responsabilidades e seus resultados.

Para estes autores a perspectiva da equipe multidisciplinar é integrada por diversos profissionais de áreas diferentes, com objetivo comum. No caso da educação infantil e

especificamente da creche, os objetivos estão todos voltados para as necessidades dos alunos em que cada profissional, dentro de sua especialidade traz contribuições para potencializar o desenvolvimento do trabalho e assim possibilitar um melhor aprendizado e desenvolvimento pleno das crianças. A prática da equipe multiprofissional na área da educação é um processo que está se concretizando aos poucos, mesmo que esses profissionais já atuem na educação há muito tempo.

Isso se deve em parte ao que GARCIA (1994) ressalta dizendo que na educação os grupos interdisciplinares de especialistas ainda não encontraram linguagem, métodos de pesquisa e modos de percepção que lhes sejam comuns a ponto de lhes permitir uma visão única sobre os problemas da educação. Mas a equipe multiprofissional supera de certa forma essa barreira, pois apesar de divergirem por vezes na forma de perceberem uma determinada situação, isso não lhes impede de buscar uma solução em conjunto. Esse deve ser o espírito da equipe multiprofissional, pois, o trabalho multiprofissional implica em responsabilidade e respeito aos diversos saberes. Conforme Garcia (1994, p. 55).

Mais do que participar em atividades de inovação e mudança é necessário encontrar sentidos através de entendimentos e vontades. É o reencontro com o sentido de pertença quando ganha vulto a pergunta, quem sou eu? Mais do que ser professor, médico, psicólogo, assistente social ou fonoaudiólogo, é decisiva a atribuição de significados que cada um coloca na sua participação no processo educativo.

A equipe da CEMASP²³ integra as atividades educacionais da creche enquanto parceira de trabalho, dando suporte à identificação de necessidades de tratamentos e/ou acompanhamentos das crianças por profissionais de outras áreas. Trata-se de encaminhamentos e informações sobre as possíveis causas e necessidade de acompanhamento profissional para a resolução de um problema.

Parece que ainda está longe de essa equipe transformar-se numa equipe interdisciplinar, pois os conflitos de interesses ainda prevalecem em determinadas áreas. O trabalho em equipe permite ao profissional ver o aluno sob uma ótica mais ampla, permitindo ao professor poder definir a melhor metodologia a ser aplicada, percebendo o aluno em seu contexto. Não se trata do caso de se considerar “um especialista em educação, mas considerando-se partícipe desse processo”. (SAVIANI, 1989, p. 15).

²³ CEMASPE – Centro Municipal de Atendimento Sócio Psicopedagógico. A equipe de trabalho da Secretaria Municipal de Educação de Manaus tem a finalidade de dar suporte pedagógico, psicológico e assistencial aos estudantes da rede pública de Manaus. A equipe é formada por profissionais de pedagogia, psicologia, fonoaudiologia, serviço social dentre outros, atuando sob o comando dos Distritos Regionais de Educação.

Ao perceber-se como um membro desse corpo maior denominado educação, o professor, certamente será melhor compreendido, e seu trabalho visualizado e reconhecido. Faz-se necessário, compreender-se participante de um contexto, para entender os outros membros que compõem esse mesmo contexto. Somente com essa maturidade profissional, será possível o professor ser compreendido e seu trabalho reconhecido, não apenas por seus alunos, mas por toda a comunidade escolar, e neste contexto, estão inseridos os pais e responsáveis.

O crescimento profissional é melhor visualizado quando é reconhecido pelos usuários e pela equipe de trabalho, que é composta por profissionais diversos. O trabalho na equipe multiprofissional permite aos profissionais partilharem experiências e vivências específicas, para assim traçarem metas a serem alcançadas. Socializar os saberes profissionais requer de todos um esforço coletivo que pode significar um ‘sacrifício’ para uns, e uma necessidade para o grupo, pois as situações complexas que se apresentam atualmente na educação exigem dos profissionais respostas efetivas e imediatas. As políticas públicas podem e devem contribuir para o crescimento profissional dos técnicos e bem-estar da população.

3.2 A visão das autoridades sobre a Política Pública de Creche em Manaus.

A política pública de creche só foi reconhecida como tal há pouco tempo, mais precisamente com o Governo da Presidenta Dilma que tem priorizado o combate à pobreza e dado atenção às mulheres. Mas nem todas as autoridades políticas percebem a creche como uma política específica para as mulheres. Em Manaus a vereadora Jaqueline entrevistada nessa pesquisa ressalta que, não considera uma política específica porque ela não beneficia somente a mulher, mas a sociedade como um todo, a saber:

Ela é um bem social muito grande, ela dá um retorno coletivo e social muito grande, porque quando uma mãe coloca seu filho pequeno na creche e ele tem esse acompanhamento desde cedo, ele tem menos chances estatísticas de se tornar um marginal. E quem vai se beneficiar com uma criança que não se tornou marginal somos todos nós. Por outro lado, a mãe se liberta para o trabalho, o Governo vai gastar menos com as verbas públicas para construir cadeias, com remédios para libertar o indivíduo dos vícios e assim por diante. Todos ganham com isso, a família, a mãe e as crianças, desse modo podemos dizer que quem ganha com tudo isso é a sociedade como um todo. (Vereadora Jaqueline Pinheiro, 49 anos, entrevista/ 2013)

A visão desta vereadora sobre a creche é bem genérica, entendendo-a como uma solução para a maioria dos problemas sociais, o que certamente não é, embora a creche venha favorecer a sociedade como um todo, mas percebe-se que esta visão assistencialista da creche ainda está muito enraizada no imaginário popular o que com as lutas constantes dos movimentos de mulheres busca-se superar. De acordo com Silva (2008, p. 25),

No caso específico da creche, o debate político-ideológico tem buscado construí-la como uma instituição positiva legitimamente utilizada por pais e mães para o compartilhamento do cuidado e da educação dos filhos pequenos. Já as lutas populares urbanas colocaram ênfase no atendimento a necessidades de guarda e educação de crianças de famílias pobres que a reivindicavam como condição para a melhoria das condições gerais de vida.

Essa visão da creche remonta os anos de 1970 quando os movimentos sociais e os movimentos feministas tiveram uma participação efetiva no debate político ideológico, questionando os limites da ação do Estado e da família no que tange às crianças e a construção de parâmetros para o desenvolvimento de trabalhos em creches (SILVA, 2008).

É consenso entre as pesquisadoras da temática das relações de gênero que a política de creche é direcionada às mulheres, pois mesmo reconhecendo-a enquanto um direito

educacional, não se pode negar que ela dirige-se à mulher trabalhadora, em primeiro lugar, que foi requisitada para o mercado de trabalho e que, portanto necessita destes serviços para o seu filho. A vereadora apresenta um equívoco conceitual sobre a creche quando não ressalta que a mesma é uma questão de gênero (TORRES, 2005). Em outro trecho de sua fala a vereadora diz o seguinte:

Eu acredito que as coisas só se tornam reais, se as demandas se manifestarem para que elas aconteçam. Hoje a tendência é as mulheres voltarem ao mercado de trabalho, e os movimentos sociais estão aí cobrando que seja possibilitado esse retorno ao mercado de forma digna, que a mulher que tem seus filhos possa ter essa oportunidade e tenha um local para deixar os filhos enquanto trabalha. Os movimentos sociais estão quebrando paradigmas, e a gente percebe isso com o avanço de políticas específicas para as mulheres que partiram de cobranças do coletivo. Então, eu acredito que, quando as cobranças da população passaram a ser mais enfáticas, a resposta tinha que ser dada. Em Manaus, começou com a creche do Riacho Doce. Agora essa cobrança se tornou maior ainda em todo o país. E por isso, o Governo da Presidenta Dilma, criou os programas específicos de construção e ampliação das creches com verbas específicas para esse fim. E a mulher estando em evidência, faz-se necessário atender a essa demanda (Vereadora Jaqueline, entrevista/ 2013).

No Governo da Presidenta Dilma, o Programa Brasil Carinhoso é uma resposta às reivindicações feministas, pois o Brasil Carinhoso foi concebido numa perspectiva de atenção integral às famílias, priorizando seu atendimento às crianças de zero a seis anos, reforçando assim as políticas ligadas à saúde e à educação. Este programa vem integrar o Programa Bolsa Família²⁴ que prioriza o atendimento à mulher, pois, também traz em suas condicionalidades a prioridade do CAD²⁵ ser feito em nome da mulher. A valorização e reconhecimento da mulher como principal demandária dessa política deve-se ao reconhecimento das lutas das mulheres por direitos sociais.

O Programa Brasil Carinhoso teve início em 13 de Maio de 2012 com o anúncio da presidenta Dilma Rousseff, sendo este programa uma iniciativa do Governo Federal para beneficiar cerca de 2 milhões de famílias que tenham crianças de 0 (zero) até 6 (seis) anos de

²⁴ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. Este programa integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades, ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social.

²⁵ Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

idade. Este projeto terá seu desenvolvimento integrado em várias vertentes, e uma delas visa ampliar o número de creches em todos os estados brasileiros. Esse direcionamento do projeto trás benefícios significativos para as mulheres.

Os investimentos para a efetivação do Brasil Carinhoso segundo dados do FNDE – Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação, serão em torno de mais de 10 bilhões de reais no período de 2012 a 2014, sendo que os investimentos devem ser direcionados para a obtenção de melhoria de vida da população carente em termos de educação, saúde e vida social. O Governo Federal do Brasil espera com esse investimento, reduzir a pobreza extrema em até 40%, elevando assim a qualidade de vida dos brasileiros. Ao perguntarmos à gerente de creches sobre as principais dificuldades de efetivação da política pública de creche em Manaus, com a criação de instituições públicas, obtivemos a seguinte resposta:

A maior dificuldade de efetivação dessa instituição pública é a manutenção dela em termos financeiros e a infraestrutura. Ainda que essa política tenha a provisão e previsão do FNDE, muitas coisas ainda não são previstas e isso nós percebemos na própria estrutura física das instituições, nas peculiaridades que não são pensadas em sua totalidade. Um exemplo simples é o chuveiro da nova creche inaugurada recentemente que é fixo e não móvel, assim como o mobiliário e os brinquedos adequados para a estimulação das idades das crianças que tem sido uma dificuldade, pois é uma faixa etária específica que necessita de brinquedos condizentes à idade que são muito caros (Gerencia de creches Wissicilene Brandão, 40 anos, entrevista/2013).

Do mesmo modo, também foi ouvida a vereadora Jaqueline que pontuou outras dificuldades, a saber:

A maior dificuldade de efetivação dessa instituição pública é a manutenção delas em termos financeiros. Sabemos que uma creche para ser mantida por mês é mais caro do que a construção dela, e isso inviabiliza por vezes o processo de ampliação de creches nos bairros. E devido a esse alto custo, até as instituições privadas tem poucas creches, o próprio SESI tem diminuído a oferta de vagas. Outro ponto de empecilho é a falta de terrenos, ou espaços físicos públicos adequados que comportem uma construção do porte de uma creche, com uma dimensão adequada é outro fator importante. Para desapropriar um terreno não é um processo fácil e rápido e, como Manaus tem crescido desordenadamente, não se planejam espaços específicos como um espaço adequado para a construção de uma creche, delegacias etc. Acredito que nos bairros e conjuntos que estão se formando agora vai ser mais fácil, pois já existe espaço para esse fim, pois estão sendo planejados. Hoje a política pública está muito polarizada entre a educação infantil e o idoso cuja prioridade é guardar as crianças e os idosos, por isso tem se pensado mais nesses espaços públicos (Vereadora Jaqueline, entrevista 2013).

A manutenção de uma instituição do porte de uma creche requer realmente uma despesa muito alta, pois exige garantia de refeições balanceadas, não são apenas mobiliários diferenciados, mas todo o material que dará suporte é completamente diversificado, sem falar no quadro profissional que por vezes precisa ser triplicado para dar condições de funcionalidade. Mas os impostos pagos pela população são muito caros e o retorno deveria ser em serviços como os de creche.

A creche precisa ser reconhecida como um processo da Educação Infantil e seu recurso deve ser aportado pelo Ministério da Educação ou FNDE. Não justifica desse modo o discurso das autoridades que alegam os altos custos. Há recursos públicos para manter as creches haja vista a alta taxa tributária existente no país.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é uma autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, que é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). Sua finalidade está voltada para a garantia de uma educação de qualidade a todos, em especial a educação básica da rede pública. Para isso, o FNDE se tornou o maior financiador dos 26 Estados, assim como dos 5.565 municípios e do Distrito Federal, com o intuito de alavancar o desenvolvimento social atendendo diversos projetos e programas das escolas.

São programas essenciais como o de Alimentação Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, Biblioteca da Escola, Transporte do Escolar, Caminho da Escola, Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil. E essas ações, fazem do FNDE uma instituição de referência na Educação Brasileira. Há meios para buscar investimentos junto ao Governo Federal, então, o que está faltando para dar prioridade à política pública de creches e sua devida importância? Em resposta a este questionamento, perguntamos às autoridades responsáveis pela gerência de creches e a uma de nossas representantes na Câmara Municipal de Manaus qual a importância da creche no processo de Educação Infantil para o desenvolvimento social, elas revelam o seguinte:

É primordial, pois, as crianças que passarem pelo processo de educação infantil a partir das creches irão ser outras crianças, e as escolas, os CMEIs-Centro Municipal de Educação Infantil vão sentir essa diferença, e isso se dá no processo de desenvolvimento infantil como um todo. As crianças sendo cuidadas e educadas por profissionais serão com certeza crianças com possibilidades e potencialidades maiores do que aquelas que não

conseguiram esse atendimento e estão só ambiente familiar (Wissilene, entrevista/2013).

A creche é o primeiro momento de socialização que atende a criança não só na área da educação, mas visando o todo, o desenvolvimento da criança como um todo. As crianças de creche devem ter pelo menos uma alimentação balanceada, o que muitas delas não têm em casa. A creche que oferece uma alimentação adequada já resguarda essa criança pelo menos no que tange ao desenvolvimento físico, pois nós sabemos que a questão da nutrição é um dos maiores problemas da aprendizagem. Com fome a criança não aprende, não assimila conhecimentos. Ainda temos falha na creche pública, pois só temos uma e agora recente mais duas foram inauguradas, mas ainda não está funcionando plenamente, o que esperamos que ocorra logo. Mas pelo menos já podemos dizer que temos uma ação pública que certamente vai se ampliar (Vereadora Jaqueline, entrevista 2013).

A vereadora Jaqueline reconhece a necessidade dessa política pública, mas admite que esse é um processo que caminha a passos lentos, mesmo tendo uma legislação que obriga essa efetivação. Para a gerente de creches esta política está em desenvolvimento, ou seja, “está crescendo à medida que os profissionais responsáveis por ela começam a implantar projetos que visam ampliar essa política com uma equipe multiprofissional”.

A equipe multiprofissional como vimos anteriormente é uma realidade nova na educação e a política de creche exige um trabalho coletivo na medida em que a figura do professor não é suficiente para atender o aluno e sua família. Atender a população é dar respostas à sociedade e, de certa forma, atender as suas necessidades. Para Rosemberg (2001, p.24) trata-se de “incorporar o conceito de necessidade utilizado pelo modelo de avaliação de Educação infantil da Constituição Europeia cujo entendimento é ‘direito socialmente reconhecido’ podendo ser legal ou apenas instituído na prática”.

Conforme Silva (2008, p. 60), “após o reconhecimento legal do direito, configura-se uma situação não mais vivida nos anos 1970 e 1980, da transformação de necessidades em direitos, mas de um problema político referente à proteção de um direito social plenamente justificado”, mas insistentemente negligenciado pela política pública. Germano (1998, p.29) revela que “nesse contexto em que os Governos proclamam o enfrentamento da pobreza, a educação volta a ser encarada como um dos principais instrumentos de superação da miséria e do desemprego”.

Ao referir-se a possibilidade de ampliação da política pública de creche em Manaus a gerente deixou claro que “ela está caminhando para isso, não tenho dúvidas que essa política vai se ampliar, pois a própria sociedade não vai mais admitir ficar sem a efetivação desses serviços” (Wissilene, entrevista /2013) . Do mesmo modo, a vereadora Jaqueline também reafirma o fato de que esta política,

Já está sendo ampliada, pois já temos uma creche que inaugurou há pouco tempo e mais duas para inaugurar na outra semana, já se pode dizer que há uma ampliação, mas acredito que ainda é preciso muito para realmente atender como política pública, o público que dela necessita (entrevista /2013).

Aqui a política pública é vista como possibilidades de resolver os conflitos (PEREIRA, 2009), não por ela ser uma das formas de regulação social, mas porque a política é contraditória, pois traz aspectos positivos e negativos. Para Nogueira (2001, p. 23) “estão associadas coisas tão complicadas – poder, autoridade, interesses, ambições, força e persuasão, leis e armas, afeto e repressão – que seria impossível a política ser apenas e tão somente expressão do justo, do correto, daquilo que é bom”.

No Brasil uma política pública para se tornar efetiva, necessita da mobilização popular, e a creche atualmente está na mídia, colocada como notícia principal no quadro da educação que necessita alcançar índices de qualidade exigidos pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Este mecanismo que avalia a qualidade das escolas, deve suscitar a organização social por meio dos movimentos sociais e populares levando esses grupos a uma cobrança social no âmbito da luta política com vistas à efetivação dos direitos outrora conquistados e deixados no esquecimento. De acordo com a vereadora Jaqueline a política de creche ainda está engatinhando em Manaus, vejamos:

Não tem creches suficientes para atender a demanda, pois temos uma creche pontual que está atendendo uma comunidade e as outras comunidades que não estão sendo atendidas, como ficam? O número de vagas ofertado não é suficiente para atender a todas as mães que procuram a creche, sendo esse, um direito que não dá para ser atendido a contento, pois as mães vão procurar a creche pedindo uma vaga que lhe é direito e, mesmo preenchendo todos os critérios de necessidades não podem ser atendidas (entrevista /2013).

A ineficiência desta política é a causa principal da mobilização dos diversos movimentos sociais em busca de direitos. Nesse patamar de mobilização social em prol dos direitos sociais encontra-se a maioria dos municípios brasileiros, pois conforme Silva (2008, p. 61) “em comum, a maioria dos municípios brasileiros tem a pequena cobertura no atendimento, insuficiência ou inexistência de uma rede pública e disputas e resistências internas às prefeituras entre os setores da Assistência Social e da Educação”. A vereadora Jaqueline reitera sua posição informando o seguinte:

Eu acho muito tímida a política pública de creche, eu não vejo uma documentação própria, nós temos efetivamente a educação infantil. A política pública de creche como é uma coisa nova eu acredito que está engatinhando e se já existe um planejamento específico, eu ainda não tive acesso, sei que estão construindo um plano de ação para as creches, e estão avançando algumas ações, mas ainda está tímido a meu ver. Mas, acredito que a Secretaria de Educação está trabalhando, agora ela tem uma gerência de creche, que deve estar elaborando a ampliação das creches em Manaus. Mas, isso é um processo que não se efetiva de uma hora pra outra, demanda tempo. Como já tem uma programação de creches para serem inauguradas, acredito que essa gerência esteja trabalhando na elaboração da proposta de ampliação das creches, para dar direcionamento nessa política de creche, já tem o cardápio de creche que até pouco tempo nós sabemos que não havia, desse modo, já é possível visualizar a programação da Secretaria. (entrevista /2013)

O desafio posto à efetiva implementação da política de creche é a mobilização social e política, pois, conforme assinalam Rezende e Cavalcanti (2009, p. 94) “a Constituição garantiu à população organizada o direito de participar da gestão das políticas sociais, e a criação dos Conselhos foi o aparato institucional criado para esse fim”. As mulheres estão presentes com sua participação efetiva nos Conselhos e Fóruns, na reivindicação desta e de outras políticas públicas e estão dentro da gestão democrática do Programa Minha Casa Minha Vida. Mas, ainda não é o suficiente, a população precisa participar mais. Como apontam Rezende e Cavalcanti (2009, p. 95). “a nova forma de conceber a administração pública, não mais centralizada e burocrática, baseada na visão unilateral dos governantes, mas pensada de forma estratégica e participativa”.

Embora alguns profissionais da educação que trabalham diretamente na creche não a reconheçam como uma política de gênero voltada para as mulheres, cujos serviços são direcionados às crianças, há profissionais que reconhecem a necessidade de participação das mulheres na conquista do direito de creches. Vejamos:

Eu creio que a participação popular através da família e principalmente das mulheres da comunidade é fundamental, para que as reivindicações tenham sentido e prioridades. Sem envolvimento não há luta, sem luta não há conquistas e sem conquistas não se efetivam os direitos, e isso não é só na educação, isso é uma constância que todos devemos levar para as nossas vidas. (Orquídea, entrevista/2013).

Não há mais espaço para não ouvir o clamor popular à medida que a população se politiza e isto, segundo Bobbio (2003), é ter o poder de realizar certa ação que deriva de uma regra. “A ordem social posta pelo direito não é aquela que é dada pela existência, originada de

qualquer maneira, de normas que disciplinam as relações sociais: ela não exclui tais normas, ao contrário, serve-se delas e as compreende em sua órbita; contudo, ao mesmo tempo, as ultrapassa e supera” (BOBBIO, 2003, p. 28).

A creche é um direito de cidadania e, portanto dever do Estado, que deve provê-los a contento. Para Touraine (2007, p. 111), “as mulheres de hoje não são simplesmente as herdeiras satisfeitas daquelas que combateram em favor dos direitos das mulheres. Elas, falam entre elas, sentem estar descobrindo e até mesmo construindo um mundo novo”.

Rasgar o véu do conformismo e ir à luta é só um dentre os muitos desafios que as mulheres têm enfrentado para conquistar seus direitos, e lutar pela ampliação e manutenção deles é uma árdua labuta que cada mulher percorre. É um processo de organização contínua. As mulheres são audazes em traçar novos rumos, metas e objetivos comuns. Elas se sentem cansadas, mas não desanimadas, pois tem a certeza de estar contribuindo para o bem comum e a justiça social, contribuindo assim para a efetivação de políticas sociais. Conforme Pereira (2009, p. 106),

Deve se inscrever num quadro de mudanças que também preveja a recuperação e transformação do Estado, tendo como horizonte uma estratégia que vá além dos direitos como postulação normativa respaldada no lema ‘que o livre desenvolvimento de cada um seja a condição do livre desenvolvimento de todos’, proposto por Marx e Engels, 1988.

A política social poderá se expressar enquanto política pública de todos e para todos comprometendo tanto o Estado, quanto a sociedade, conforme pontuam Broschetti, Behring e Santos (2009, p. 94) dizendo que “ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos e decisões do Governo”.

As expectativas são promissoras, pois se avaliarmos que Manaus inaugurou sua primeira creche pública em 2008 e até o ano passado só possuía uma creche municipal, ocorrerá um avanço significativo se tivermos realmente no final de 2013 pelo menos 50 creches municipais em funcionamento conforme nos informou a gerencia de creches representado por nossa entrevistada Professora Wissilene. É um projeto audacioso que prevê uma ampliação bem maior do que o esperado, e por isso mesmo corre o risco de não se efetivar porque não basta construir as creches, é necessário mantê-las e essa é a parte mais difícil.

Embora nosso desejo seja que a ampliação do quantitativo de creches em Manaus se amplie o mais rapidamente, sabemos que é quase impossível que tenhamos 50 creches até o

final de 2013, haja vista que temos em funcionamento 3 creches e mais duas prontas para inaugurar e já estamos no início do mês de Agosto faltando apenas quatro meses para findar o ano. Esta pode até ser a meta da SEMED, mas certamente está longe de atingir seu ápice, pois não é apenas a vontade de uma secretaria que conta, mas a vontade política como um todo, o empenho dos governantes em respeito a vontade do povo.

O governo de Fernando Henrique Cardoso trouxe poucas contribuições ao ideário feminino, o que teve uma mudança significativa no decorrer do Governo de Luís Inácio Lula da Silva. O presidente Lula criou no seu 1º dia de seu governo em janeiro de 2003, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM, reconhecendo a luta histórica da cidadania feminina, suas reivindicações por uma estrutura de poder que pudesse encaminhar as demandas das mulheres.

Com essa atitude o Governo Federal reconhecia e tornava público o direito das mulheres às políticas públicas voltadas especificamente para elas. Essa Secretaria adquiriu *status* de Ministério cujas atribuições consistem em construir políticas públicas específicas para as mulheres, assim como articular-se com os outros ministérios para direcionar políticas ao público feminino. A criação da Secretaria é prova cabal de que valeu a pena a luta dos movimentos sociais de mulheres, as conquistas do feminismo foram obtidas, a luta foi renhida. A 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizada no ano de 2004 foi uma iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM que deu um novo rumo ao diálogo entre o Governo e cidadania feminina.

Nesta conferência, houve participação maciça de 120 mil mulheres advindas de todas as regiões do país que elegeram 2.000 mulheres para elaborarem o 1º Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres – PNPM. O 1º - PNPM advoga o direito à autonomia da mulher, a igualdade no mundo do trabalho e o reconhecimento do sujeito feminino. Conclamou o direito à educação inclusiva e não sexista, elaborou programas voltados à saúde da mulher respeitando seus direitos sexuais e reprodutivos, assim como programas voltados ao enfrentamento da violência contra as mulheres, tendo como instrumento a Lei Maria da Penha que já é considerada uma das mais importantes leis brasileiras. Esta Lei,

cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal²⁶, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção

²⁶ § 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (Lei Maria da Penha, Art.1º).

Este reconhecimento dos direitos da mulher deu impulso às novas conquistas. Em 2007 foi elaborado o II PNPM com a participação recorde de 200 mil mulheres que elegeram um comitê para a elaboração do II PNPM, com o intuito de orientar as diversas políticas de enfrentamento às desigualdades entre homens e mulheres em nosso país.

O II PNPM além de reforçar o que já constava no I PNPM acrescentou o direito das mulheres à participação nos espaços de poder e decisão, o direito à terra, a uma moradia digna, o direito e respeito à cultura, a comunicação de forma democrática e não discriminatória. Reforçava o enfrentamento ao racismo, sexismo e à lesbofobia, incluindo o enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem mulheres de todas as idades, especialmente as mais idosas.

Verifica-se a clara diferença no trato dos assuntos relacionados às mulheres nos Governo de FHC e Lula. Enquanto o primeiro cria um Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que sempre esteve atrelado ao Ministério da Justiça, dando poucas oportunidades às mulheres de expressarem seus anseios, o segundo propiciou o empoderamento das mulheres, dando autonomia para que elas mesmas participassem ativamente da construção de políticas voltadas aos seus próprios interesses. De acordo com Nalu (2000, p. 35),

Foi uma conquista do movimento de mulheres, como parte do reconhecimento destas como sujeitos sociais, como sujeitos de reivindicação, colocar-se como uma questão legítima a necessidade de as instituições políticas, os governos, os Estados se obrigarem a reconhecê-las na construção de políticas.

As mulheres são capazes de organizar-se para reivindicar direito à qualidade de vida com acesso e inclusão nas políticas públicas. Neste atual momento histórico do nosso país elas constituem-se no elemento central de inclusão nas políticas públicas, ou seja, a política pública brasileira prioriza a mulher como titular do benefício. De acordo com Moriére (2011, p. 3),

os Programas Minha Casa, Minha Vida; o Luz para Todos e a Construção de Cisternas que beneficiam a população de modo geral, impactaram

principalmente as mulheres ao lhes possibilitar melhores condições para a realização dos afazeres domésticos diários. Comodidades como uma casa construída em alvenaria e piso em cerâmica ou cimento, luz elétrica e água nas torneiras ou no quintal acessível a poucas passos resultam em ganho real de tempo que pode, dentre outras coisas, ser disposto para o cuidado consigo mesmas e realização de atividades que lhes proporcionem prazer.

Se compararmos esses ganhos à nossa realidade, talvez pareça pouco, mas se nos permitirmos adentrar a realidade das mulheres beneficiárias desses programas, certamente iremos perceber que os impactos positivos lhes permitiu mudança de vida, além da inclusão de gênero priorizando-as como beneficiárias dos programas. Rossini (2009, p. 227) chama a atenção para o fato de que “precisamos do respeito às diferenças entre os modos de vida que caracterizam cada povo, grupo social e suas culturas. Um passo a frente seria o respeito e a valorização do importante trabalho realizado pelas mulheres em benefício da humanidade”.

O Governo da presidenta Dilma Rousseff não só ampliou as políticas do Governo Lula como também implantou outras como é o caso da política de creches que atende as mulheres trabalhadoras, resgatando uma dívida histórica e de grande alcance social para com a cidadania feminina. Mas isto não é favor ou benesse é sim o reconhecimento de direitos negados a uma parcela da população que embora tenha sido considerada como minoria, sempre foi maioria e aos poucos e com muita luta têm se feito reconhecer. Que a luta possa continuar fortalecida pelo reconhecimento de que somos o que desejamos e certamente o Brasil inteiro deseja mais.

3.3 - A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o foco da Creche

As mulheres ganharam força com o movimento feminista ao longo de todo o século XX. A voz do feminismo ecoou pelo mundo inteiro na construção da cidadania e do sujeito feminino. Fazia necessário que essas vozes fossem ouvidas pelas instituições públicas e seus governos, suas demandas eram enormes e eram apresentadas sob o manto da equidade e justiça social. Não se podia mais ignorar o fato de que as mulheres são competentes, escolarizadas e capazes de contribuir com o desenvolvimento dos países.

No Brasil, esta realidade tem significativas mudanças como o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva que criou no seu primeiro dia de governo a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, em resposta às lutas históricas delas. Mulheres dos variados segmentos de gênero, brancas, negras, urbanas e rurais mostravam à sociedade do novo século que estavam prontas para ocupar seus espaços. Estavam preparadas para enfrentar os desafios e para ocupar postos antes nunca ocupados, o que se concretizou com a eleição da primeira Presidenta feminina de nosso país.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) foi criada sob Medida Provisória nº 103 em janeiro de 2003 com a função de desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como principal desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania. Foi convertida em Lei nº 10.683 no mesmo ano de 2003.

Essa Secretaria começou a desenvolver projetos voltados para o segmento feminino com a intenção de minimizar a discriminação e o descaso dirigido às mulheres por tanto tempo, buscando implementar políticas públicas direcionadas às mulheres, observando suas especificidades e necessidades outrora ignoradas.

A Secretaria é vinculada diretamente à Presidência da República Federativa do Brasil. Este fato é significativo porque dá visibilidade à ação do Estado em favor das mulheres, diferentemente do Governo anterior de FHC que foi marcado pela instabilidade e descontinuidade de políticas em defesa desses direitos, transferindo essa responsabilidade para as ONGs e para a sociedade civil. De acordo com Doimo (1993, p. 109),

Configurou-se um campo complexo de interação entre os atores diversos no processo de reorganização da sociedade civil brasileira. As organizações não governamentais (ONGs) constituíram setor importante desse campo, a partir dos anos de 1970 e 1980, fenômeno ‘desencadeado à base de redes sociais voltadas ao incremento de movimentos de ação direta’, as quais

compartilhavam dos princípios da autonomia, independência e democracia de base.

As ações mais efetivas da SPM no Governo Lula foram incluídas no Plano Pluri Anual - PPA 2004/2007 que colocou como desafio a redução das desigualdades de gênero e raça. Essa atitude deu visibilidade às mulheres e trouxe a luz do dia suas necessidades específicas, reconhecendo a mulher enquanto sujeito de direitos cujas lutas há muito vinham sendo ignoradas.

O Governo Lula com o Programa Setorial de Mulheres (2007/2010) estabeleceu os programas de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher, a Promoção da Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho e o Programa de Gestão de Políticas de Gênero, estabelecendo parceria entre o Governo e os movimentos sociais de mulheres em todo o país, implementando assim políticas específicas para mulheres no âmbito da saúde, do desenvolvimento agrário, no trabalho e emprego, comprometendo-se a cumprir com o compromisso de executar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Este governo, por meio da SPM buscou dialogar com os diferentes segmentos de mulheres que incluem as camponesas, trabalhadoras, empresárias, donas de casa, profissionais liberais e aquelas organizadas nas diferentes redes de organizações feministas, pautando este diálogo no respeito à diversidade étnico-racial para a construção do o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM.

Chegava finalmente o reconhecimento às vozes femininas silenciadas ao longo da história. De acordo com Perrot (2005, p.35). a história assenta-se no “olhar de homens sobre homens, os arquivos públicos calam as mulheres. ‘É preciso, todavia, não esquecer as mulheres, entre todos estes homens que sois, vociferavam, clamavam o que haviam feito ou que sonhavam fazer’. Fala-se deles. O que se sabe delas?”. As vozes femininas silenciadas ao longo da história tem deixado encoberto a luz das mulheres que agora começam realmente a expor seu brilho.

Não estamos defendendo neste estudo a face bondosa do Governo Lula para com as mulheres, ele não deu gratuitamente nada a elas. O que ocorreu é que este Governo ouviu a cidadania feminina em suas demandas históricas, reconhecendo as mulheres como sujeitos políticos e de direitos. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres é uma vitória da cidadania feminina brasileira. Estas ações do Governo já estavam pautadas por elas desde os anos 1970 quando reivindicavam as Delegacias Especializadas .

O governo Lula acolheu a política pública em favor das mulheres, pois, ele estava assessorado por militantes, professoras e trabalhadoras que conheciam muito bem a luta histórica das mulheres no que tange às suas especificidades. A política de creche foi inserida no PNPM imediatamente, mas, não “decolou” no Governo Lula.

O PNPM visa garantir a prevenção e o combate à violência, a assistência às mulheres e a garantia de que seus direitos seriam respeitados, cabendo a cada esfera de governo as responsabilidades. Para o Governo Federal coube centralizar todas as informações, elaborar planos de trabalho com os Estados e fiscalizar suas ações, enquanto que, para os Governos estaduais coube definir o cronograma de implantação do plano nos municípios, firmar os convênios com as ONGS e ministérios e garantir subsídio necessário para que a atuação das prefeituras ocorra de forma efetiva (PSM 2007/ 2010, p.8).

Para as prefeituras municipais coube garantir a implementação dos projetos e prestar contas dos mesmos aos governos estaduais. Essas ações em defesa das mulheres são realizadas em diversos setores, mas em especial através da assistência social, da justiça, segurança pública e pela saúde, tendo como principais parceiros a Casa Civil, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as empresas Eletrobrás, Furnas e Petrobrás.

Para dar conta de enorme e variada demanda são inseridos no Plano os serviços especializados que incluem as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, os Postos de Atendimento nas delegacias comuns, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar, as Casas-Abrigo, os Centros de Referência da Assistência Social, os Núcleos de Atendimento à Mulher e os Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais de Direitos das Mulheres (PSM 2007/ 2010, p.11,12).

Dentro desses serviços especializados estão os programas direcionados às famílias de baixa renda, que estão no patamar de extrema pobreza. Um desses programas foi lançado em 2012 pela Presidenta Dilma Rousseff, o “Brasil Carinhoso” que, de acordo com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, atenderá famílias com renda mensal inferior a R\$70,00 (setenta reais) atendendo assim famílias já assistidas pelo bolsa família, mas que continuam na condição de pobreza absoluta (O Estado de S. Paulo, 2012).

Dentro do programa *Brasil Carinhoso*, estão os projetos de ampliação dos quadros quantitativos de creche no Brasil, os serviços de saúde pública com programas específicos voltados às crianças pequenas com a distribuição gratuita de medicamentos de combate a asma e suplementos vitamínicos de ferro e vitamina A, visando melhoria na saúde infantil.

Ressalte-se que foi no Governo da Presidenta Dilma que a creche foi pautada como prioridade nas ações do Governo federal.

Talvez pelo fato de ela ser mãe e avó compreendeu melhor a necessidade da creche como auxílio à educação e ao desenvolvimento da criança e da mãe trabalhadora, que tem sua auto-estima elevada e sua qualidade de vida melhorada posto que a tranquilidade em saber que seu filho está bem é um dado positivo. Percebemos este fato ao perguntarmos a uma mãe se os serviços de creche na comunidade tem lhe ajudado. Obtivemos a seguinte resposta:

Nossa! A creche tem me ajudado muito pois eu não posso pagar uma pessoa para ficar com meus filhos, eu tenho dois filhos que estão na creche. Lá eu sei que eles estão seguros, tomam banho, comem e dormem direitinho, brincam com os coleguinhas e voltam para casa felizes. Eles são minha maior riqueza o pai está preso e eu só tenho eles (Rosa, entrevista/ 2012).

Então, é prioridade do Governo a ampliação do quadro de creches e para isso a Presidenta Dilma afirmou em discurso no lançamento do programa *Brasil Carinhoso* que faz-se necessário erradicar a miséria no Brasil e para isso será feito um investimento de 10 Bilhões de Reais entre 2012 a 2014, para a melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento físico, social e cognitivo das crianças. É por isso que a Ministra Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, afirmou que com essas medidas o governo pretende diminuir em 40% a pobreza extrema no país sendo 62% relativos à crianças de 0 a 6 anos de idade (Sec. Esp. Pol. Mulheres. Brasília, 2004/2012).

Raichelis (1998, p.153) assinala que “os assistidos dos programas e serviços assistenciais são os pobres, geralmente assim definidos a partir de sua renda e emprego que é fator importante para classificar os níveis de pobreza”. É verdade que as políticas de transferência de renda não conseguirão erradicar a pobreza neste país, mas certamente contribuirão para a garantia de necessidades imediatas, de alimentação, das famílias vivendo em estado de extrema pobreza.

A Presidenta Dilma Rousseff atenta para essas situações de extrema desigualdade social existente no país. A base desta atenção é a ampla política de assistência social implementada no Brasil pelos diferentes Ministérios como o MDA, MSD, MEC, SPM, Ministério das Cidades com o Programa Minha Casa Minha Vida. Todos têm a mulher como centralidade das ações.

Com a ampliação das creches, mais famílias serão atendidas e conseqüentemente, mais crianças serão beneficiadas, possibilitando às suas mães a oportunidade de trabalhar sem

preocupação com a segurança, cuidado e alimentação de seus filhos e filhas. Isto permite às mulheres o valor merecido reconhecendo sua conquista na luta por creche.

A creche é um meio seguro de atender essas crianças que se encontram no patamar de pobreza extrema, mas não somente a essa parcela da população, a creche visa prestar atendimento a todas as crianças de 0 a 6 anos, sendo esse um serviço público de educação. O Ministro da Educação Aloizio Mercadante, informou ao Jornal O Globo no dia 14/05/2012, que “1.507 creches estão sendo construídas e que as prefeituras municipais assinaram um termo de compromisso de construção de mais 1.512 creches em todo o Brasil”.

Finalmente, a Política Pública de Creche é reconhecida como necessária para o desenvolvimento do país e, segundo o Ministro, o Governo pretende firmar acordo com as prefeituras para construir até 2014 um total de 6 mil creches. As obras destas creches estão previstas no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) (Sec. Esp. Pol. Mulheres 104. Brasília, 2004/2012).

De acordo com os dados do IBGE (2010) a situação das crianças de 0 a 6 anos de idade é pior no Norte e Nordeste que concentram um índice de 78% de crianças em situação de pobreza absoluta, sendo em sua maioria na região Nordeste. Para minimizar essa situação os investimentos serão mais incisivos nessas duas regiões. O investimento na educação será maior com ampliação de 70% no repasse para a alimentação das creches, sendo este um dos maiores empecilhos enfrentado pelas prefeituras dos municípios para a instalação das creches públicas.

O Estado brasileiro vem fazendo a sua parte no que diz respeito ao atendimento das demandas das mulheres. E preciso reconhecer também, que a função da creche não é apenas a de um lugar onde deixar as crianças para a mãe poder trabalhar, é um lugar de crescimento e desenvolvimento físico, social e cognitivo, De acordo com a reportagem de O Estado de S. Paulo, (2012),

O país tem que ser medido pelo que faz pelas suas crianças, dando oportunidades iguais pra elas. E o grande caminho é a educação. A creche é o grande vestibular no qual a criança entra e garante uma vida melhor pra ela e uma oportunidade maior pra ela. Por isso eu dou muita importância para política de creches afirmou a presidenta Dilma Rousseff.

Este é um olhar crítico e emancipatório do conceito de creche não mais como “depósitos” de crianças ou apenas um lugar de cuidado, mas como espaço de pleno desenvolvimento da criança. É assim que a política de creche dá um salto no atual Governo,

demonstrando a evolução do Estado, mais precisamente na moldura do que Santos vê como novíssimo Estado, cujas relações são mais amplas e profundas com a própria sociedade civil. Para esse autor,

O Estado-novíssimo-movimento-social – assenta-se na ideia de que perante a *hubris* avassaladora do princípio do mercado, nem o princípio do Estado, nem o princípio da comunidade podem isoladamente garantir a sustentabilidade de interdependências não mercantis, sem as quais a vida em sociedade se converte numa forma de fascismo social [...]. Tanto a teoria liberal como a teoria marxista do Estado é a tal ponto que, transitoriamente pelo menos, o Estado pode ser mais adequadamente analisado a partir de perspectivas teóricas que antes foram utilizadas para analisar os processos de resistência ou de autonomia em relação ao Estado (SANTOS 2010 p.363, 364).

A função de regulação e mediação do Estado não se perde. Ele incorpora na gestão pública alguns organismos da sociedade civil como é o caso dos Conselhos e, mais recentemente, os movimentos sociais de moradia na gestão do Programa Minha Casa Minha Vida, O Estado não é mais visto como ditador, tirano de regras e normas, mas como o mediador e regulador de uma democracia representativa e participativa. O Estado brasileiro tem dialogado com os movimentos de mulheres e com o feminismo, ou seja, tem ouvido as demandas femininas no que tange ao direcionamento das políticas para as mulheres.

Não se constrói uma nação sozinha e o Estado já percebeu que a sociedade civil que o compõe tem um papel fundante na sua ação. É fundamental esse diálogo com os movimentos sociais que não é o de parceria é, outrossim, de participação ativa na polis para o bem comum e a justiça social, como diz Aristóteles (s/d.). Mantêm-se o conflito de interesses, ou melhor, o contraditório, entre sociedade civil e Estado, mas ambas dão-se as mãos pelo bem maior que é o interesse da população.

Gamble, (1982 p.45) considera que o contraditório Estado/sociedade civil é o elemento mais importante expresso no pensamento ocidental moderno. Para o autor o “Estado é uma realidade construída, uma criação artificial e moderna quando comparada com a sociedade civil”. Realmente as sociedades são formadas a partir da convivência em grupos enquanto que o Estado é criado a partir do interesse de grupos políticos dominantes. Santos (1990, p. 20) chama a atenção para o fato de que,

A modernidade do estado constitucional do século XIX é caracterizada pela sua organização formal, unidade interna e soberania absoluta num sistema de estados e, principalmente, pelo seu sistema jurídico, unificado e centralizado, convertido em linguagem universal, por meio da qual o Estado comunica

com a sociedade civil. Esta ao contrário do Estado é concebida como domínio da vida econômica, das relações sociais espontâneas orientadas pelos interesses privados e particularísticos.

A ação da sociedade civil é primordial para dar andamento a coisa pública, pois, é a partir da criação do Estado enquanto órgão regulador que são instituídas as políticas públicas. O antagonismo das classes não permite que as políticas públicas sejam direcionadas só para o interesse das classes dominantes, mas luta para que elas se voltam também para as classes subalternas que não tem as mesmas condições de acesso.

Esperamos que a política pública de creche se concretize e se expanda, para que as crianças tenham acesso à bens e serviços de qualidade para o seu desenvolvimento e as mães tenham onde deixar seus filhos com segurança. Que essa política não seja apenas mais uma a ficar no papel, mas que a sociedade civil e o Estado façam um pacto rumo ao desenvolvimento do país, investindo na educação de base, ou seja, na creche como primeiro passo para o desenvolvimento moral e cognitivo das crianças.

Esse serviço deve ser prestado com o máximo de rigor, competência e profissionalismo que certamente vai garantir o direito das mães trabalhadoras, mas, sobretudo irá contribuir para o acesso das crianças a uma educação de qualidade. A creche deve oferecer às crianças a socialização, entrosamento, espaço educacional e lúdico adequado, uma rotina com atividades direcionadas, professores qualificados e capacitados, coordenação pedagógica, apoio psicossocial, participação da família, assistência social e de saúde, para que as crianças tenham um ambiente saudável e ao mesmo tempo lúdico para o seu desenvolvimento. Rosemberg (1994, p. 196-197) ressalta que,

a base para que as creches constituam verdadeiros serviços educacionais reside na combinação de todos esses elementos, cada um isoladamente e em equilíbrio com os demais. Um *projeto* para creche deve levar em consideração todos eles, atentando para seu desenvolvimento sob claras diretrizes metodológicas. Não é possível tratar do desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças, e sua abertura para o ambiente que as cerca, sem levar em conta as condições de trabalho dos educadores de creche, seu *status* social, os instrumentos culturais e pedagógicos de que dispõem, seu treinamento e a organização dos serviços.

A creche municipal pesquisada possui todos esses elementos com um local adequado, profissionais qualificados para dar respostas efetivas à sociedade com qualidade dos serviços públicos prestados pela instituição. As mulheres chefes de família têm necessidade de assistência social, como direito de sobrevivência e convivência com seus filhos e, a política de

educação infantil, creche e pré-escola vêm para sanar em parte essa necessidade que está aliada com a necessidade de crescimento físico, desenvolvimento mental e emocional. Podemos perceber essa necessidade na fala de uma profissional da creche que ao ser indagada se seu trabalho atende plenamente as necessidades das crianças, respondeu o seguinte:

Eu acredito que não, pois as crianças não precisam ser apenas cuidadas, alimentadas e educadas nas escolas, ou na creche, elas precisam do carinho, da atenção e do amor da família, e o que nós percebemos é que na maioria dos casos isso não acontece, ou se acontece não é de modo satisfatório. As crianças demonstram na creche o que vivenciam em casa e muitas vezes, não há atenção dos pais, ou porque a mãe e o pai trabalham e não conseguem dar a atenção devida, ou porque, infelizmente, não priorizam as crianças, acreditando que dar os bens materiais é suficiente para que a criança cresça bem, e sabemos que não é. Por isso sempre que notamos que algo assim está ocorrendo com uma de nossas crianças, chamamos a Assistente Social e participamos o caso para que ela tome as devidas providências e chame os responsáveis para saber o que está acontecendo (Orquídea, entrevista/ 2012).

Para Demo (2005, p.179 -180) “essas mulheres precisam muito de assistência social, mas precisam principalmente de saber olhar-se como sujeitos capazes de tomar o destino em suas mãos”. A cidadania requer emancipação e a política social só poderá ser emancipatória se não implicar no desenvolvimento de sua cidadania e a mulher pobre, trabalhadora que é chefe de família têm uma liberdade que não pode usar, pois, mesmo estando liberta para o crescimento profissional, ela estará sempre cativa dos seus deveres de mãe, sendo cobrada, não apenas por seus filhos, mas principalmente pela sociedade. .

Além de ser mãe, trabalhadora, a mulher é dona de casa, a amiga, conselheira e por vezes necessita de um suporte psicológico para orientar suas ações e não cair no desânimo ou desespero. Nesse sentido o Serviço Social da Instituição procura saber o que está acontecendo com elas para orientar da melhor maneira possível quais os melhores direcionamentos a serem dados para cada caso.

No convívio diário desses profissionais eles presenciam inúmeras situações e necessidades, não apenas das mulheres atendidas pela creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes, na qual estamos realizando a pesquisa, mas principalmente das muitas mulheres que diariamente procuram o Serviço Social da instituição em busca de uma vaga para seus filhos e/ou filhas.

Ao voltar seu olhar para as necessidades específicas das mulheres a Presidenta Dilma reconhece não apenas a sua condição de mulher, mãe e avó trabalhadora, mas a luta arduamente travada pelas mulheres em favor do reconhecimento de seus direitos. Fazer valer

uma luta é reconhecer que o outro está à sua frente, é dar ao sujeito a oportunidade de se mostrar, de demonstrar seu valor, suas contribuições, seus sonhos e desejos.

Afinal, é oportunizar a releitura de uma história hegemônica que silenciou as mulheres. Significa dar importância, reconhecimento e merecimento à luta das mulheres em nosso país. É assim que teremos uma Nação verdadeiramente rica, que inclua todas e todos, respeitando as diversidades, culturas, que saiba reconhecer a contribuição significativa de sua gente, Mulheres e Homens, que escreveram e continuam a escrever a história deste querido e glorioso Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obviamente, não é tanto a falta de documentação sobre as mulheres, mas a noção de que tais informações não teriam a ver com os 'interesses da história', que gerou a 'invisibilidade' das mulheres nos relatos do passado.

(Maria Izilda Matos)

A luta pela creche encampada pelas mulheres é um exemplo vivo de uma história que continua a ser contada e recontada, de um cenário de exclusão vivido e vencido, com a união e esforço coletivo representado pelo movimento feminista e ampliado pelos movimentos de mulheres do mundo inteiro.

Esta pesquisa constata os desafios enfrentados pelas mulheres amazonenses em busca da creche pública, desde sua luta nas fábricas do Distrito Industrial de Manaus, até as lutas junto aos Fóruns de Mulheres em favor da equidade de gênero. Essa luta não cessa, têm sido permanente na articulação do movimento feminista em defesa dos direitos das mulheres, sobretudo a política de creche na medida em que há pouca efetividade de políticas públicas de creche em Manaus.

O movimento feminista aparece nesta pesquisa como o grande organismo propulsor da organização das mulheres rumo à construção de sua cidadania no Brasil. Sem a presença do feminismo como movimento social e como uma teoria que tem um olhar voltado para o entendimento do planeta, a partir das relações de gênero, o mundo não teria avançado no princípio da tolerância e do respeito para com as diferenças.

A participação das mulheres amazonenses nos Congressos e Fóruns, em especial no Comitê da Mulher Trabalhadora, foram peças fundamentais para se fazerem ouvir pelo Estado, colocando em pauta suas reivindicações. A cidadania feminina brasileira é responsável pela inclusão da Educação Infantil e creche no plano educacional da LDB, assim como as mulheres amazonenses foram as responsáveis pela ampliação da licença maternidade para 90 dias antes da Constituição de 1988 que ampliou para 120 dias.

As mulheres fizeram o lobby do batom para garantir na Constituição Federal de 1988 a obrigatoriedade da Educação Infantil, fazendo com que os Estados e municípios se organizem diante desta demanda. Mas, a obrigatoriedade de inserção na educação se direcionava apenas às crianças a partir de 4 anos de idade, deixando a creche como uma condição alternativa de responsabilidade dos pais.

Em Manaus, as mulheres metalúrgicas conseguiram incluir na Convenção Coletiva de 1995 uma cláusula que garantia o direito de creche às mães trabalhadoras, mas este direito foi sendo substituído por “compensações” como o vale creche que não cobria o custeio de uma criança na creche. Esta violação de direitos fez com que as metalúrgicas não parassem com a luta pela creche, a qual ganhou adesão de muitos outros movimentos sociais em Manaus.

Uma boa resposta a esta luta foi o reconhecimento por parte da Prefeitura Municipal de Manaus dos serviços da Educação Infantil e Creches como necessários para as mães. A Resolução nº 05/ CME/ 2001 traz a oferta de Educação Infantil às crianças de até seis anos de idade, que deveria ser ofertada em creches e entidades equivalentes para crianças até 3 anos de idade. Mas, como vimos na pesquisa essa resolução ficou apenas no papel, só sendo efetivada minimamente em 2008 com a inauguração da primeira creche municipal, a creche Profª. Eliana de Freitas.

Esta primeira creche foi fruto de luta das mulheres em Manaus, trouxe consigo desafios que estão continuamente sendo superados. Seu atendimento inicial deveria abarcar só a comunidade carente do seu entorno, porém, a demanda por instituições públicas desta natureza obrigou a instituição a ampliar seu atendimento a outros bairros. As mulheres, mães trabalhadoras, são as que mais procuram os serviços da creche pública, havendo, pois, uma massa de excluídos da política pública de creche em Manaus.

São mulheres em sua maioria que possuem condição socioeconômica baixa ou média baixa, cujos salários alcançam no máximo o patamar de 3 salários mínimos. Dentre essas trabalhadoras, grande parcela são mulheres chefes de família que conforme o IBGE (2000) tem aumentado significativamente. São elas as provedoras do lar que necessitam da efetivação da política pública de creche, para terem condições de trabalhar, cientes de que na creche seus filhos e filhas estão em situação de proteção.

A nossa pesquisa mostra, também, que os profissionais que trabalham na creche, em média 60 horas semanais, tem seu trabalho reconhecido pelas mães e pais das crianças assistidas, não como cuidadoras, mas enquanto educadoras que são, com responsabilidades maiores no que tange ao cuidado. Mas, não há reconhecimento salarial adequado, as quais deveriam receber salários diferenciados porque trabalham com a Educação Infantil que exige cuidados redobrados. Esta deve ser mais uma luta que o movimento feminista deve abraçar, pois quanto mais bem remuneradas forem essas professoras, melhor desempenharão seu papel de educadoras de crianças.

O salário diferenciado para essas profissionais implica em reconhecimento de uma etapa importante da educação que deve ser cercada de todos os cuidados. A formação

específica é outro ponto que deve ser priorizado, pois como constatamos nesta pesquisa as dificuldades para a execução de um trabalho pedagógico continuam sendo um desafio. E, na medida em que a creche é uma meta do Governo da presidenta Dilma Rousseff há necessidade de as Universidades incluírem em seus curso de Pedagogia disciplinas mais específicas relativas a essa fase educacional.

A valorização profissional deve ser também extensiva à Semed/Manaus que deveria valorizar a capacidade e experiência adquiridas pelos profissionais desta primeira creche, os quais em meio aos desafios, buscaram alternativas para a efetivação de seu trabalho. É necessário quebrar as barreiras do continuísmo, abrindo portas e dando oportunidades para que o novo entre e se integre, para prestarmos juntos, um serviço melhor à comunidade em geral.

É necessário o reconhecimento da equipe multiprofissional pela SEMED, para que a mesma passe a integrar os quadros de funcionários das creches, para que os serviços prestados a população sejam cada vez melhores e por isso é necessário a aprovação do Plano de Cargos e Carreiras cuja votação tem sido protelada, impedindo assim um avanço importante da educação em nosso Estado e para que isso aconteça deve haver mobilização profissional e apoio populacional.

Por outro lado, para que a voz do povo seja ouvida é necessário que a própria população participe das lutas sociais, participe mais ativamente dos movimentos sociais de mulheres, de bairros, dos fóruns e congressos, engrossando a voz que clama por uma sociedade mais justa e mais humana, pois sem envolvimento não há luta e sem luta não se conquista vitória.

Esperamos contribuir com este trabalho para as instituições de creche em Manaus, pois, a construção desta pesquisa despertou em mim a vontade de trabalhar e contribuir para a construção de uma educação melhor e mais humana. Meu crescimento não se restringiu apenas aos conhecimentos adquiridos, mas se ampliou no entendimento das necessidades humanas, da compreensão e da busca contínua pela ampliação dos direitos.

Esse cabedal de conhecimentos alimentará a minha busca pelo saber, permitindo assim uma doação mais efetiva do meu tempo em favor da retransmissão dos conhecimentos adquiridos, pois, somente com a partilha desses saberes terei certeza que a caminhada valeu à pena. Só estaremos felizes se partilharmos com o outro o que sabemos e o que aprendemos.

REFERÊNCIAS.

ALCÂNTARA, Maria Inês Pereira de, [et al]. **Teoria e prática da educação infantil.** Manaus: Editora Valer, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias**, 2009. Instituto Millenium: disponível em www.imil.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/ acesso em 14/03/2013.

ALVARÃES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira. **Desafios de identidade: espaço – tempo de mulher** - Belém: CEJUP: GPEM: REDOR, 1997.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o estado, em busca do parlamento.** São Paulo, Cortez, 1991.

ANDRADE, Denise Barbosa Milward de. **O Processo de Reestruturação Produtiva e as Novas Demandas Organizacionais do Serviço Social.** In: **Mod. 4. O Trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais.** CEFSS-ABEPSS-CEAD/NED-UNB. Brasília, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **A ‘engenharia da cooptação’ e os sindicatos no Brasil recente** Publicado originalmente no Jornal dos Economistas do Rio de Janeiro, n. 268, novembro de 2011.

ARENDT, Hannah - **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BANDEIRA, Lourdes e SIQUEIRA, Reis. **Relações de Gênero nas Ciências Sociais: um percurso em (de) construção.** Trabalho apresentado ao GT família, classes e práticas culturais, IV Encontro de Ciências Sociais do Nordeste. Salvador, Bahia: CRH/UFBA, 10 a 13 de dezembro de 1989.

BARSTED, Leila L. ALVES, Branca M. **Novos padrões e velhas instituições: feminismo e família no Brasil.** *In:* RIBEIRO, Ivete. [org], **Sociedade brasileira contemporânea – Família e valores.** São Paulo: Loyola, 1987.

BERQUÓ, Elza. (2002). **Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil.** *In:* BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUN, Sandra G. [org]. **Gênero, Democracia e Sociedade brasileira.** São Paulo: Editora 34.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica trado.** Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti / apresentação Alaôr Caffé Alves Bauru, São Paulo: EDIPRO, 2a ed. revista, 2003.

_____. **Dicionário de Política.** 7ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

_____. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campos, 1992.

BOSCHETTI, Ivanete [org].; BEHRING, Elaine [org].; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos [org]; MIOTO, Regina Célia Tamoso [org]. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** São Paulo: Cortez Editora. 2ª edição, 2009.

BRANDÃO, Margarida L. Ribeiro e BINGEMER, Maria Clara L. **Mulher e relações de gênero** [org]. Edições Loyola: São Paulo, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília: MEC, SEB, 2006. sitio <www.portal.mec.gov.br/> acesso em 23/06/2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Núcleos de Promoção de Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação no Trabalho.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego/Assessoria Internacional, 2003. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/>> Acesso em: 23/06/2012.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (104). Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/>> Acesso em: 23/06/2012.

_____. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.** Texto Contribuição para as Conferências Estaduais - Documento Base, p.23. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/>> Acesso em: 23/06/2012.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. (1996). **O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa.** In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 10.** Caxambu (MG). Anais. Belo Horizonte: ABEP: V.1.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e família.** São Paulo: Vértice, Fundação Carlos Chagas. 1990.

_____. Maria Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia [rgs.]. **A mulher e o trabalho: Trabalhadoras do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Teoria crítica da família.** In: AZEVEDO, M^a Amélia; GUERRA, Viviane A. [Orgs]. **Infância, violência doméstica: fronteiras do conhecimento.** 3^a Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ e SORJ, Bila (orgs). **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994.

CALDAS, Iraildes Gonzaga. (Monografia) **A organização Política dos Assistentes Sociais em Manaus: Uma História Para Contar**. Manaus, 1991.

_____, [coor]. **Caracterização das Condições de Vida das Famílias do Município de Iranduba - AM**. 1ª. ed. Manaus: EDUA - Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

_____ **Desafios de identidade: espaço-tempo de mulher/** Maria Lúcia Miranda Alvares, Eunice Ferreira dos Santos organizadoras. Belém: CEJUP: GEPEM: REDOR, 1997.

CAPELLA, Ana Cláudia N. **Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas**. In: **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCs, N. 41 semestral, 2006.

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. **Geração de renda: enfoque das mulheres pobres e divisão sexual do trabalho**. In: **Revista Social e Sociedade**, N. 105, editora Cortez, tema: Direitos sociais e políticas públicas Janeiro/Março 2011.

CARVALHO, Marília P. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999.

CASTANHO, Isaura I. **Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil** (publicação do MEC) Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida na Lei nº 10.683/2003. N. 31. **Serviço Social e Sociedade** nº 31, 1989.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CLT Adriano Campanhole & Hilton Lobo – **Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar**: textos revistos e atualizados. 66ª Ed., São Paulo: Atlas, 1985.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – Brasília, 1988.

CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO 94/95 do **Sindicato dos Metalúrgicos, Mecânicos, Elétricos, Eletrônicos, Similares e Construção Naval de Manaus - AM**.

COSTA, Ana Alice. **O feminismo ‘feminino’ e a esquerda no Brasil**, Caderno do NEIM, nº 2. Salvador UFBA. 1984. COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília (orgs.). Relatório do I Seminário Nacional; o feminismo no Brasil: Reflexões Teóricas e Perspectivas. Salvador. NEIM/ UFBA, 1990.

COSTA, Maria da Conceição M. Gouveia Lisboa de. **Tecendo o urbano, fazendo-se gente e cidadão: Associação de Moradores e Movimento de Luta pró-creche, Cidade Industrial 1976-1986**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1995 (Dissertação de Mestrado).

DEBERT Guita Grin, **As Delegacias de Defesa da Mulher: judicialização das relações sociais ou Politização da justiça?** 2006. Acesso em 09/06/2013. Disponível em <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/colenc.04.a03.pdf>.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil/** (org.); Carla Bassanezi Pinsky (coord. de textos) 10. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

DEMO, Pedro. **Dureza: pobreza política de mulheres pobres.** Campinas, SP: autores associados, 2005.

DIRETRIZ PEDAGÓGICA, da **Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes.** 2008.

DOÍMO, Ana Maria. **“Movimento Popular” no Brasil pós-70: formação de um campo ético-político.** Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

DOU, Diário Oficial da União disponível em <http://www.e-diariooficial.com> acesso em 10/04/2013.

DRAIBE Sônia, **A política social no período FHC e o sistema de proteção social** da Revista Tempo soc. vol.15 N. 2. São Paulo: Nov. 2003.

DULCI, Luiz Soares, **Participação e mudança social no governo Lula**, em Emir Sader e Marco Aurélio Garcia (orgs.), Brasil: **Entre o Passado e o Futuro**, São Paulo: Boitempo, 2010.

ECA – **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, LEI Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

EVERS, Tilman. **Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais.** Novos Estudos Cebrap, N. 4, São Paulo: 1984.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado capitalista: As Funções da Previdência e Assistência Sociais.** SP: Cortez 1985.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas públicas. 1999.** Publicado na Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004. Acesso em 12/04/2013. Disponível em <www.prefeituras.sp.gov.br>.

FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia; NOBRE, Míriam. **Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminina.** São Paulo: SOF, 2000.

FNDE 2012, **plantas e requisitos exigidos pelo MEC para as Creches financiadas pelo Governo Federal.** <<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia>>. Acesso em 22/03/2013.

_____ Portal FNDE 2012. <<http://www.fnde.gov.br/fnde/institucional>>. Acesso em 02/03/2013.

GAMBLE, Andrew. **An Introduction to Modern Social and Political Thought.** Londres, MacMillan. 1982.

GARCIA, Maria Adelina. **Multiprofissionalismo e Intervenção Educativa: As escolas, os Projectos e as Equipes.** Porto, Edições ASA, 1994.

GAYOTTO, Maria Leonor Cunha. [et.al.]. **Creches: desafios e contradições da criação da criança pequena.** – São Paulo: Ícone, 1992.

GERMANO, José Willington, **Pobreza e educação: o avesso da cidadania.** Revista Serviço Social e Sociedade n 57, Editora Cortez. 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 3ª. Ed, São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cíveis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Loyola [1.ed.,1995.]. **dos Movimentos Sociais**. 6.ed. São Paulo: Loyola [1.ed., 1997].

GOLDANI, Ana Maria. **Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção social**. In: Revista Brasileira de Estudos de População, V.19, n.1 Jan/Jun, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Poder, política e partido**/ Emir Sader; tradução Eliana Aguiar. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HADDAD, Lenira. **A Relação Creche Família**: Relato de uma Experiência. In Cadernos de Pesquisa (60): 70 – 78, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, fevereiro de 1987.

HAYEK, Friedrich. August. **Law, Legislation and Liberty**. Chicago, University of Chicago Press. 1979.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil**. (orgs) BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes;

MIOTO, Regina Celia Tamasso. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez Editora. 2ª edição, 2009.

IBGE 2010 – **Dados Gerais IBGE 2010 sobre a Cidade de Manaus** sob o cod.130260.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde**, São Paulo, 1974-84. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

TÂNIA, Monteiro; MOURA, Rafael Moraes JORNAL. **O Estado de São Paulo, BRASÍLIA - O Estado de S. Paulo – 2012**.

KLEIMAN, Angela B. **Aspectos Cognitivos da Leitura**, Kleiman, A. B., Editora Pontes, São Paulo, SP, 2002.

KRAMER Sônia [org] **Formação de profissionais de educação infantil: relatório de pesquisa**. Rio de Janeiro São Paulo, Ed Ática, 2005.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MACHADO, Luiz Antonio; ZICCARDI, Alicia. **Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos**. Rio de Janeiro, ITJPERJ, mimeo, 1979.

MACIEL, Ana Lúcia Soares; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 105, Cortez 2011.

MANCE, Euclides André. **O Papel Estratégico do Movimento Popular para a Democracia Popular** – o aprendizado dos anos 80 e 90 Ifil, Curitiba, 08 / 2007. Disponível em <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/movpop.pdf>>. Acesso em 09/06/2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas**. Revista Serviço Social e Sociedade, Cortez - SP, 1998.

MASSARO, Ana Claudia Campos, PESSOA, Heliana Assunção. Relatório Final de Pesquisa: **O Perfil das Creches em Manaus: Políticas Públicas e Privadas**. Manaus – AM 1995. CNPQ – UFAM. (Orientado pela Prof^a. Iraildes Gonzaga Caldas).

MEC - **Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil 2009.

MELO, Hildete Pereira. **Gênero e Pobreza no Brasil** (Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y el Caribe) Convênio: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) Brasília – 2005.

MIOTO, Regina C. T. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar**. In: Sales, Mione A., Matos, Maurílio C, Leal, Maria Cristina (orgs). *Política Social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

MORIÈRE, Laisy. **Seminário Nacional As mulheres e a reforma política** (publicado em 10 de maio no – auditório Nereu Ramos, Senado Federal.) 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e Seguridade Social**. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo, Cortez, (1995).

_____**O feitiço da ajuda.** As determinações do Serviço Social na empresa. São Paulo: Cortez, 1991.

NALU, Faria (org.). **Gênero nas Políticas Públicas:** impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista / Nalu Faria (org.), Maria Lúcia Silveira (org.) e Miriam Nobre (org.). São Paulo: SOF, 2000.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho feminino e as desigualdades do mundo do Brasil.** In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e.; YASBECK, Maria Carmelita. (orgs). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Cortez: São Luiz: Fapema, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política.** São Paulo: SESC, 2001.

NOVA, Escola – Revista. <<http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/4-a-6-anos/brincadeiras-faz-conta-2013>>.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de; Oliveira, Regina Coeli de. **Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos.** Revista Social e Sociedade N. 105 editora Cortez, tema: Direitos sociais e políticas públicas Janeiro/março 2011.

PEREIRA, José Wilas, **Segurança pública: mais que um dever, uma necessidade.** Artigo disponível em <<http://www.cdasa.ufcg.edu.br/portal/index.php:seguranca-publica-mais-que-um-dever-uma-necessidade>>. Acesso em 03/08/2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** AZEVEDO, S. Reforma do Estado e Democracia no Brasil. Brasília: Enap/ UNB, 1997.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história** / Michelle Perrot; traduzido por: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil** / Celi Regina Jardim Pinto,- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 – (Coleção História do Povo Brasileiro).

POCHMANN, Márcio. **Nova Casse Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social – caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____ **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social – caminhos da construção democrática**. 3ª ed. Revisada. São Paulo: Cortez, 2005.

REGIMENTO INTERNO da **Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes**. Manaus, 17 de abril de 2012.

RESOLUÇÃO nº 05/ CME/ 2001 da Prefeitura Municipal de Manaus, aprovada em 22/11/2011.

_____ N°04/CME/98 Aprovada em 05.03.98.

REZENDE, Ilma. CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. **Serviço Social e Políticas Sociais**. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

ROCHA, Edimarcia Fidelis; GIMENEZ, Simone Tavares. **O Papel do Serviço Social em uma Equipe Interdisciplinar**. *Etic - Encontro De Iniciação Científica* - ISSN 21-76-8498, América do Norte, 5 3 08 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. [Org.]. **Creche** – São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção temas em Destaques; 1).

_____. **Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil**. *Revista brasileira de educação*, n.16 S.P Fundação Carlos Chagas. Jan, abr 2001.

ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, Sônia Alves. **Gênero e meio Ambiente na Amazônia**. *Leituras de Resistência: corpo, violência e poder*. Vol. 2 *In: TORQUIST, Carmen Suzana; COELHO, Clair Castilhos [org]*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurício Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos** / Mione Apolinário Sales, Maurício Castro de Matos, Maria Cristina Leal, (organizadores). -5 -ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Estado e o Direito na transição Pós-Moderna: para um Novo Senso Comum sobre o Poder e o Direito**. *Revista Crítica de Ciências Sociais* N. 30, junho 1990.

_____. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática** – 4. Ed.- São Paulo: Cortez, 2002. Conteúdo: V.1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.

_____. **A gramática do Tempo: para uma nova cultura política/ Boaventura de Sousa Santos**. – 3. Ed.- São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção para um novo senso comum; v.4).

SANTOS, Mirthes Moraes dos. **O entendimento do processo de leitura. A decodificação dos símbolos linguísticos.** Monografia, brasilecola.com, 2012.

SAVIANI, Demerval, 1994-. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas / Demerval Saviani.**- 8.ed.rev.- Campinas, SP: Autores Associados. 2003. – (Coleção educação contemporânea).

SCHERER, Elenise Faria. **Assistência aos desassistidos manauaras.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989.

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.** In: **Revista Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

_____ Artigo: **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html acesso em 03/05/2012.

SECRETARIA, Especial para **Articulação de Políticas Públicas.** Prefeitura de Manaus. Página visitada em 02/11/08.

SECRETARIA de **Políticas para as Mulheres.** Acervo – Revista do Arquivo Nacional E Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim) – Rio de Janeiro. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – Legislação. Acesso em 11/05/2013. Disponível em www.cedim.rj.gov.br.

SEMINÁRIO Nacional **“As mulheres e a reforma política”** – (auditório Nereu Ramos, Senado Federal.)10 de maio de 2011.

SEVERINO, Antônio José. **Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade.** *In:* Serviço Social e Interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Isabel de Oliveira e. **Educação infantil no coração da cidade.** São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Lúcia Santos da (organizadora) **PRÁXIS.** Cadernos 3. **A prática do Serviço Social.** Editora Cortez. 1997.

SILVAN Denison, **Protagonismo Feminino no Amazonas.** (Orgs), TORRES, Iraildes Caldas e SANTOS, Fabiane Vinente. *In:* **Intersecções de Gênero na Amazônia.** EDUA, 2011.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). **O povo em movimento.** Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980.

_____**“Movimentos Sociais em São Paulo: traços comuns e perspectivas”.** *In:* BRANT, Vinícius Caldeira (org). **O povo em movimento.** Petrópolis, Vozes, 1981.

SPOSATI, Aldaiza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Os direitos (dos desassistidos) sociais.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, Edward. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa,** (Vol.I – A Árvore da Liberdade) / E. P Thompson. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As Novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2005.

_____. **Mujeres Pescadoras y cambio de significacion del Mito de Panema em La Amazonia**. In: Libro de VI Congreso Chileno de Antropologia. Valdivia, Chile: Universidad Austral de Chile, 2007.

TORRES, Iraíldes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente dos. (Org.) . **Intersecção de Gênero na Amazônia**. 1. ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas - EDUA, 2011.

TOURAINE, Alain. **Podremos vivir juntos?** Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. **Na fronteira dos movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Dossiê: Movimentos sociais, vol. 21, n. 1 (jan. –abr. 2006a).

_____. **O mundo das mulheres**. Trad. Francisco Moraes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TRIGINELLI Pedro e MATOS Vítor Do G1 MG e do G1, em Brasília <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/05/novo-programa-beneficiara-2-milhoes-de-familias-com-criancas-pequenas.html>>. Acesso em 18/05/2013.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. <www.tse.jus.br.2012>. Acesso em 18/05/2013.

VEIGA, Márcia Moreira. **Creches e políticas sociais**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FUMEC, 2005.

VELLOSO, Cid. **Equipe Multiprofissional de Saúde** <<http://www.unifra.br/>>. 2009. Acesso em 18/05/2013.

ZURRO, A. M.; FERREROX, P.; BAS, C. S. **A equipe de cuidados de saúde primários: manual de cuidados primários**. Lisboa: Farnapress Edições, 1991. *In*: LOUZADA, Shênia Soraya Soares; LOUZADA, Genecy Lemos Soares. **Os relatos escritos na escola sobre a criança**. Revista FACEVV/ nº 7 – Jul/ Dez. 2011. Disponível em <<http://www.facevv.edu.br/>> acesso em 14/06/2013.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS –UFAM
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE –PPGSS
 E-mail: ppgss@ufam.edu.br

ANEXO 1

Formulário de Pesquisa de Mestrado: A Política Pública de Creche: uma necessidade social voltada ao atendimento das mulheres.

I – Identificação de Mãe e / ou Pai **Não atendidos** pela Creche Municipal Prof^a. Eliana de Freitas Moraes:

I – IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome: _____

1.2 Naturalidade: _____

1.3 Trabalha: () Sim () Não

1.3 Local de Trabalho: _____ Atividade: _____

II - SITUAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR:

2.1 Estado Civil: _____

2.2 Número de Filhos: _____

2.3 Idade dos Filhos: _____

III – PERCEPÇÕES A CERCA DA POLÍTICA PÚBLICA DE CRECHE EM MANAUS.

3.1 Você acredita que existe em Manaus uma política pública de creche?

3.2 Você já se beneficiou dos serviços de uma creche pública?

3.3 Como você se sentiu em relação a esses serviços públicos?

3.4 Você acredita que os serviços de creche em Manaus precisam melhorar?

3.5 O que você espera dos serviços da creche pública?

3.6 Como você se sente sem esse atendimento público?

Manaus _____ de _____ de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS –UFAM
 INTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE –PPGSS
 E-mail: ppgss@ufam.edu.br

ANEXO 2

Formulário de Pesquisa de Mestrado: A Política Pública de Creche em Manaus: uma necessidade social voltada ao atendimento das mulheres.

I – Identificação de Mãe e / ou Pai **Atendidos** pela Creche Municipal Prof^ª.

Eliana de Freitas Moraes:

I - IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Idade:

Estado Civil: _ _____

Grau de escolaridade: _____

II - SITUAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR:

2.1 Qual é a sua procedência?

() Interior do Estado;

() da Capital Manaus;

() de outro Estado, qual? _____

2.2 Estado Civil: _____

2.3 Número de Filhos: _____

2.4 Idade dos Filhos: _____

2.5 –Você mora em casa;

() Própria () Alugada () Cedida

III- SITUAÇÃO SOCIO-ECONOMICA / QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

() Assalariado com carteira assinada.

() Assalariado sem carteira assinada.

() Autônomo

() Aposentado/ Pensionista

() Trabalhador Rural.

() Desempregado

IV- PROBLEMÁTICA SOCIAL:

4.1- Quais os problemas sociais que você considera mais graves de sua comunidade?

4.2- Quantas crianças você tem matriculadas na creche municipal?

4.3- Há quanto tempo você utiliza os serviços da creche?

4.4- Os serviços de creche nessa comunidade tem lhe ajudado? De que maneira?

4.5- Para você esse serviço é suficiente?

4.6- Quanto ao desempenho dos profissionais que trabalham na creche como você avalia? Explique.

O trabalho da Gestora: _____

Da Pedagoga: _____

Do Serviço Social: _____

Das Professoras: _____

Das Cozinheiras: _____

Dos Serviços Gerais: _____

4.7- Você conhece alguém que necessita do atendimento na creche, mas que não está inserido? Em caso afirmativo, quantas famílias?

4.8- Você sabe por que essas famílias não foram atendidas pela creche?

4.9- Você tem conhecimento de alguma associação ou instituição que ofereça os serviços de creche gratuita aqui em Manaus? Em caso afirmativo onde e qual instituição?

V - CONSCIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

5.1- Você participa ou já participou de alguma agremiação/grupo ou movimento social? Se a resposta for (Sim) de qual? Caso a resposta seja (Não) Por que não participa?

5.2- Em sua opinião a quem a creche presta serviço?

a) As crianças b) As Mães c) As famílias.

5.3- Para o atendimento na creche você considera necessária a presença do Assistente Social? Por quê?

5.4- Em sua opinião qual a importância da creche pública para as mães trabalhadoras?

5.5- Como mãe como você se sente em relação ao atendimento que lhe é prestado na creche?

5.6 - Você acha que esse atendimento pode melhorar? Em caso afirmativo, de que maneira?

5.7- Em sua opinião os serviços de creche são:

- Bondade do Prefeito;
- Um direito social;
- Um direito social da mãe trabalhadora;
- Uma assistência social gratuita.

ANEXO 3

Entrevista de Pesquisa de Mestrado: A Política Pública de Creche em Manaus: uma necessidade social voltada ao atendimento das mulheres.

I – IDENTIFICAÇÃO: Gerencia de Creches da SEMED.

- 1.1 Nome: _____ Idade, _____
- 1.2 Naturalidade: _____
- 1.3 Pós-graduada: () Sim () Não Qual área? _____
- 1.4– Há quanto tempo trabalha na SEMED? _____
- 1.5 – Atividade que exerce: _____

II – ABORDAGEM ESPECÍFICA.

- 2.1 - Como se encontra o processo educacional da Educação Infantil e Creche em Manaus?
- 2.2 - Em sua opinião qual a importância da creche no processo da educação infantil?
- 2.3 - Quais as principais dificuldades enfrentadas pela SEMED para a implantação das creches em Manaus?
- 2.4 - A SEMED fornece um serviço parcial de creche ao município? Quais?
- 2.5 - Se fornece esse serviço parcial, porque ele não é divulgado para a população?
- 2.6 - Como você compreende a Política Pública de Creche?
- 2.7 - Quais os fatores de vulnerabilidades que mais justificam a ação de políticas públicas?
- 2.8 - Essa política se mostra efetiva em Manaus?
- 2.9 - É possível a ampliação dessa política pública em Manaus?
- 2.10 - Que estratégias são utilizadas para ampliar a política pública de creche em Manaus?
- 2.11 - Em sua opinião porque essa política publica não se ampliou de modo mais propício, ou seja, de acordo com a demanda?
- 2.12 - Em sua opinião a creche publica presta serviços a quem?
- 2.13 - Dentro de um contexto socioeconômico e político, quais as perspectivas de transformação e ampliação da política pública de creche em Manaus?
- 2.14 - Em sua opinião a creche é uma conquista de quem?
- 2.15 - Como você avalia os serviços públicos de creche no município de Manaus?

2.16 - A SEMED tem um programa específico de atendimento às creches? Nesse atendimento há materiais e alimentações adequadas para esse publico específico?

2.17 - Quantas creches públicas estão funcionando hoje efetivamente na capital?

2.18 - Existe uma política de ampliação das creches em Manaus? Para quantas?

2.19 - Qual a previsão de ampliação das creches públicas até o final deste ano?

2.20 - Qual a previsão de ampliação dessa política até o final desse Governo?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS –UFAM
 INTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE –PPGSS
 E-mail: ppgss@ufam.edu.br

ANEXO 4

Entrevista de Pesquisa de Mestrado: A Política Pública de Creche em Manaus: uma necessidade social voltada ao atendimento das mulheres.

I – IDENTIFICAÇÃO da Vereadora municipal do município de Manaus.

- 1.1 Nome: _____ Idade, _____
 1.2 Naturalidade: _____
 1.3 Pós-graduada: () Sim () Não Qual área? _____
 1.4 Atividade exercida desde: _____

II – ABORDAGEM ESPECÍFICA.

- 2.1 - Como se encontra o processo educacional da Educação Infantil e Creche em Manaus?
- 2.2 - Em sua opinião qual a importância da creche no processo da educação infantil?
- 2.3 - Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Prefeitura para a implantação das creches em Manaus?
- 2.4 - Como você compreende a Política Pública de Creche atualmente? É possível dizer que temos uma política de creche em Manaus?
- 2.5 - Quais os fatores sociais que mais justificam a ação de políticas públicas de creche?
- 2.6 - Essa política se mostra efetiva em Manaus?
- 2.7 - É possível a ampliação dessa política pública em Manaus?
- 2.8 - Como a Câmara Municipal pode auxiliar para a ampliação da política pública de creche em Manaus?
- 2.9 - Em sua opinião porque essa política publica não se ampliou de modo mais propício, ou seja, de acordo com a demanda?
- 2.10 - Dentro de um contexto socioeconômico e político, quais as perspectivas de transformação e ampliação da política pública de creche em Manaus?
- Em sua opinião a creche publica presta serviços a quem?
- 2.11 – Em sua opinião a Creche é conquista de quem?
- 2.12 - Como você avalia os serviços públicos de creche no município de Manaus?
- 2.13 - Existe algum projeto específico na Câmara voltado para a política de creche?
- 2.14 - Como representante Pública e como Mulher a senhora pretende fazer algum projeto voltado para a ampliação e atendimento social nas creches públicas, ou fiscalização das que já existem?
- 2.15 - Como mulher como à senhora observa a contribuição da política pública de creche em favorecimento específico para as mulheres

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS –UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
–PPGSS
E-mail: ppgss@ufam.edu.br

ANEXO 5

Entrevista de Pesquisa de Mestrado: A Política Pública de Creche em Manaus:
uma necessidade social voltada ao atendimento das mulheres.

Instrumental de pesquisa com Lideranças e ou participantes de Movimentos
Sociais de Mulheres em luta por creche em Manaus.

I - IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Idade:

Sexo: () M () F

II- ABORDAGEM ESPECÍFICA

2.1- Qual o Movimento Social que você participa?

2.2 - Tempo de trabalho/ engajamento no movimento de luta por creche em Manaus?

2.3 - Em sua opinião como a luta por creche se mostra atualmente em Manaus?

2.4 - Que instituições estão diretamente ligadas ao movimento de luta por creche em Manaus?

2.5 - Como você identifica a demanda por creche em nossa cidade?

2.6 - Você acredita que após a conquista do direito de creche às mulheres trabalhadoras o número de creches aumentou em Manaus?

() Sim () Não Explique_____

2.7 - Quantas creches públicas você tem conhecimento que atuam atualmente na cidade?

2.8- Você acredita que o movimento de luta por creche cresceu de acordo com a demanda posta? Por quê?

2.9 - A luta por creche é considerada como uma prioridade pelo movimento social de mulheres em Manaus?

2.10 - Há um grupo organizado de luta por creche na cidade de Manaus? Se sim qual é, e se não por quê?

2.11 - Como você avalia o serviço de creche na cidade de Manaus?

2.12 - Para você há necessidade de ampliação desses serviços?

2.13 - Há uma fiscalização nas empresas estaduais, municipais e do Distrito Industrial realizada pelo MLC (Movimento de Luta por Creche) ou Ministério do Trabalho quanto ao cumprimento da lei referente ao atendimento das mães trabalhadoras em Manaus?

2.14 - Você acredita que a prestação desses serviços está em consonância com o que preconiza a lei trabalhista?

2.15 - O que você acha que pode ser feito para melhorar o quadro atual relativo às creches na cidade de Manaus?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS –UFAM
 INTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
 –PPGSS
 E-mail: ppgss@ufam.edu.br

ANEXO 6

Entrevista de Pesquisa de Mestrado: A Política Pública de Creche em Manaus: uma necessidade social voltada ao atendimento das mulheres

Instrumental de pesquisa com Profissionais da Creche Municipal Professora Eliana de Freitas Moraes.

I - IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: () M () F

Tempo de Formação: _____ Instituição _____

II- ABORDAGEM ESPECÍFICA

- 2.1 - Quanto tempo você trabalha nessa Instituição?
- 2.2 - Quais os instrumentais técnico-operativos que você utiliza no exercício da profissão?
- 2.3 - Para você esses instrumentais são suficientes para o atendimento ao público?
- 2.4 - Como você desenvolve seu trabalho na instituição?
- 2.5 - Quais as maiores dificuldades encontradas para o bom desenvolvimento de seu trabalho?
- 2.6 - Os pais das crianças colaboram para o bom desenvolvimento do seu trabalho?
- 2.7 - Você acha que seu trabalho atende plenamente às necessidades das crianças? Por quê?
- 2.8 - Você tem conhecimento de outras instituições públicas ou gratuitas que ofereçam os serviços de creche aqui em Manaus? Se sim, Qual?
- 2.9 - Como você avalia o trabalho do Serviço Social desenvolvido nesta Instituição.
- 2.10 - Você acha que o Serviço Social é necessário nas escolas? Por quê?
- 2.11 - Você considera que o seu trabalho atende plenamente aos interesses da comunidade? Justifique.

2.12 - Qual sua carga horária de trabalho?

2.13 - Quais os maiores desafios na prestação do serviço público de creche?

2.14 - Você desenvolve ou já desenvolveu algum trabalho social? Qual?

2.15 - Você acredita que o quadro geral de creches públicas precisa ser ampliado?
Por quê?

2.16 - Como você avalia os serviços públicos de creche no município de Manaus?

2.17 - De que forma é desenvolvido o trabalho da equipe multiprofissional nesta instituição.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS

ANEXO 7

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sr.^a a participar do Projeto de pesquisa: “ **A Política Pública de Creche em Manaus: uma necessidade social voltada ao atendimento das mulheres**”, das pesquisadoras **Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres** (Professora Dr.^a do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, através do endereço: Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário - Bairro Coroado I, ou pelo telefone do Departamento de Serviço Social 3305-4578) e da mestrandia em Serviço Social **Mara Tereza Oliveira de Assis**, (Assistente Social da Creche Municipal Prof.^a Eliana de Freitas Moraes – endereço: Rua 16 de Agosto S/N no Bairro Riacho Doce III Cidade Nova, telefone 3221 6273) cujo objetivo é verificar em que situação se encontra a Política Pública de Creche na cidade de Manaus voltada ao atendimento das Mulheres, enfatizando seus principais entraves e desafios para sua plena efetivação, destacando a figura do movimento feminista como demandatário dessa política cujos serviços são direcionados às crianças.

Esta pesquisa assume fundamental importância para o serviço social no que se refere aos estudos de relações de gênero que vem procurando compreender a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, que demanda a necessidade em colocar seus filhos na creche enquanto trabalham. Com isso a ampliação da política pública de creche em Manaus é fundamental para a ampliação da cidadania das mulheres e o reconhecimento de seus direitos sociais. Informamos ainda, que sua participação é inteiramente voluntária e consiste em apenas responder perguntas de um formulário que será aplicado, sendo que tais informações obtidas poderão ser gravadas, além de registros fotográficos, sendo estes utilizados para fins do presente estudo, devendo guardar sigilo sobre a sua pessoa.

Informamos, que você pode se negar a responder qualquer pergunta, bem como também se retirar do estudo a qualquer momento que desejar, sem que com isso, tenha qualquer prejuízo. Em caso de dúvida, você pode procurar informação, a qualquer momento, com a orientadora responsável por este estudo, a **Profa. Dra. Iraildes Caldas Torres** do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, através do endereço: Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário - Bairro Coroado I, ou pelo telefone do Departamento de Serviço Social 3305-4578.

Informamos que toda pesquisa envolvendo seres humanos oferece riscos, dentre eles a fidelidade dos dados coletados, e para evitá-los, procuraremos realizar a análise dos dados à luz das teorias para qualifica-los, quantifica-los de modo eficaz, mantendo a fidelidade das informações coletadas, para que os resultados sejam reais e de acordo com a efetivação da pesquisa. E se você concordar voluntariamente em colaborar com este trabalho, assine o

presente termo em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em posse da pesquisadora. Assim permitirá que sejam utilizados os instrumentos de pesquisa para coleta de dados, que depois de serem analisados serão divulgados somente em nível acadêmico, sem que você ou qualquer informação que tenha dado, seja identificado.

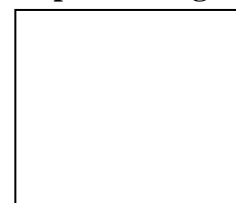
Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do Projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

“Assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.”

_____ Manaus, ____/____/____
Participante da Pesquisa

_____ Manaus, ____/____/____
Pesquisadora Responsável

Impressão digital



Manaus, _____ de _____ de _____